

Em vez de serem forças democráticas, como recentemente se afirmou no Brasil /^{durante} longos anos, essas forças militares constituem hoje o cene da reação no país, são a garantia armada do ^{atual} regime ditatorial e ~~que representam~~ representam uma ameaça ao movimento de libertação dos demais países da América Latina.

escritos de Carlos Marighella

editorial livramento

*ESCRITOS DE
CARLOS
MARIGHELLA*

Editorial Livramento

Direitos reservados conforme a legislação em vigor.

1.^a edição, dezembro de 1979

© 1979 by Editorial Livramento
EDITORA E LIVRARIA LIVRAMENTO LTDA.
Av. Waldemar Ferreira, 174 — Butantã
CEP 05501 — São Paulo

APRESENTAÇÃO

O Editorial Livramento inicia, com esta obra, a publicação de textos vinculados à história de nossos dias e de interesse abrangente. Esta nossa coleção História Presente procurará trazer ao conhecimento de estudiosos, pesquisadores, curiosos e leigos todo amplo espectro de concepções políticas que atuaram na questão da libertação brasileira em seu passado recente. Nosso esforço objetiva transformar esta coleção em instrumento útil àqueles que procuram situar-se no processo histórico que se desenvolve à sua volta, e de que, bem ou mal, participam.

É evidente que os obstáculos à realização deste trabalho não são pequenos, indo desde o acesso a material de difícil localização, até aos melindres próprios da época que atravessamos.

Com exceção do texto "Algumas Questões Sobre as Guerrilhas no Brasil", publicado no Jornal do Brasil, edição de 5 de setembro de 1968, todos os demais foram traduzidos da edição chilena, realizada pela Editorial Prensa Latinoamericana em novembro de 1971.

* * *

Quase todos os textos aqui reunidos já foram publicados em outros idiomas, a saber, Inglês, Francês e Espanhol. A presente edição é, no entanto, após dez anos da morte de Carlos Marighella, a primeira publicada no Brasil.

Não são muitos os brasileiros, e isto talvez constitua a regra entre as gerações mais novas, que puderam travar contato direto com o todo do pensamento político desse líder comunista. Nossa idéia, ao editar estes "Escritos de Carlos Marighella", foi proporcionar, a todos aqueles que se interessam pela teoria e a prática do processo revolucionário brasileiro, um material extremamente valioso para a análise de idéias que marcaram profundamente todo um período da luta de classes em nosso país.

Muitos desconhecem a condição de teórico de Carlos Marighella e associam sua imagem apenas aos anos de luta armada no Brasil, que o regime militar e a ideologia burguesa convencionaram divulgar como "terrorismo". Na realidade, esses anos representaram tão somente um período de sua trajetória como revolucionário: quando liderou a formação da ALN (Ação Libertadora Nacional), em 1967, Marighella já possuía nada menos que 38 anos de militância política.

Sua adesão ao Partido Comunista, em 1929, ainda estudante de Engenharia, foi seguida de intensa atividade política que, se por um lado lhe valeu o respeito dos companheiros de Partido, por outro desencadeou o ódio e a perseguição implacável de seus inimigos de classe. Em 1935 Marighella já fazia parte da Comissão Especial do Comitê Central e era responsável por todo o trabalho de imprensa e divulgação do Partido. Chegaria ao Comitê Estadual de São Paulo em 1937, contando 26 anos de idade.

A capacidade de organização e de liderança de Marighella e seu prestígio junto ao povo se refletiram em sua eleição como deputado à Assembléia Constituinte de 1946, representando a Bahia, seu Estado natal. Ele nascera em Salvador, a 5 de dezembro de 1911.

A atividade política legal de Marighella, e do próprio PC, dura pouco, e em 1948 é forçado a retornar à clandestinidade, de onde não sairia até sua morte em 1969.

A clandestinidade não consegue, entretanto, conter seu ímpeto revolucionário. Em 1952 passa a integrar a Comissão Executiva do Comitê Central e, no ano seguinte, é enviado à China (segundo alguns, como forma de afastar-se a "ameaça" que sua figura representava aos olhos dos velhos dirigentes). Lá permanece por mais de um ano, estudando e conhecendo de perto a Revolução Chinesa, recentemente vitoriosa sob a direção de Mao Tsetung.

Em 1958, o n.º 1 da revista "Estudos Sociais" publica ensaio de Marighella intitulado "Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil", alentada contribuição a respeito da questão agrária em nosso país, particularmente no que se refere à cultura do café, da cana de açúcar e do algodão.

A atividade revolucionária de Carlos Marighella foi marcada por várias prisões, tendo inclusive sido deportado para a ilha de Fernando de Noronha. Talvez a mais conhecida dessas prisões seja a de 1964, episódio que resultou em seu pequeno livro "Por que Resisti à Prisão". Escrito em 18 capítulos, os 12 primeiros são um relato minucioso do fato, enquanto os 6 últimos (incluídos na presente coletânea) abrem um debate político e ideológico em torno do episódio, dele extraindo conclusões importantes quanto ao processo de luta interna então em curso dentro do PCB. Na "Carta à Executiva", Marighella comenta o tratamento dispensado ao livro pelo grupo dirigente do Partido, fazendo severa crítica ao comportamento deste no sentido de cercear a circulação de idéias dentro do coletivo partidário.

O início da ruptura de Marighella com a ortodoxia do PCB se manifestara já em 1962, quando tece duras críticas à orientação imprimeada pelo Partido por ocasião da renúncia de Jânio Quadros. O golpe militar de 64, pegando despreparada para qualquer resistência toda a esquerda brasileira e, particularmente, o PCB, leva Marighella a aprofundar suas críticas à orientação oficial do Partido. Em 1966 escreve "A Crise Brasileira", talvez um dos mais importantes trabalhos teóricos de Marighella, onde analisa a fundo a sociedade brasileira e faz crítica demolidora às ilusões que o Partido nutria quanto à política de alianças com a burguesia e quanto ao processo eleitoral. Destaca, em contraposição, a importância do trabalho junto aos operários e camponeses e a necessidade da luta armada popular como caminho para a derrubada da ditadura e para a instalação de um Governo Popular Revolucionário. Suas idéias foram muito mal recebidas pela direção do PCB e, em dezembro daquele mesmo ano, Marighella apresenta sua carta-renúncia à Comissão Executiva do PCB. Permanece, no entanto, à frente do Comitê Estadual de São Paulo.

Em junho de 1967 elabora sua "Crítica às Teses do Comitê Central", afrontando o conjunto de teses baixado pelo Comitê Central às bases do Partido à guisa de material preparatório ao VI Congresso, retomando o mesmo tema no artigo "Eletismo e Marxismo".

Em agosto de 1967, em Cuba, realiza-se a 1.ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), reunindo revolucionários de todo o continente. A direção do PCB resolve boicotar a reunião, não enviando representante algum. Marighella decide aceitar o convite da Comissão Orga-

nizadora da Conferência e, contrariando orientação dos dirigentes do PCB, segue para Havana. O Comitê Central apressa-se, então, a enviar telegrama a Cuba, desautorizando Marighella e ameaçando com sua expulsão do Partido (expulsão inegavelmente arbitrária, uma vez que fora eleito pelo Comitê Estadual de São Paulo delegado ao VI Congresso, ainda por realizar-se). A contundente resposta de Marighella resulta no cumprimento da ameaça por parte do Comitê Central.

Expulso do PCB, Marighella, ainda em Cuba, e poucos dias após a morte de Guevara na Bolívia, publica o opúsculo "Algumas Questões Sobre a Guerrilha no Brasil", texto que seria divulgado pelo Jornal do Brasil em 1968. Nele, Marighella reafirma a essência da Declaração Geral da OLAS e deixa claro que a luta armada no Brasil tomaria necessariamente contornos próprios, rebatendo a teoria do "foco guerrilheiro".

Retorna ao Brasil em fins de 1967 e, nos meses seguintes, o PCB é sacudido por uma cisão que o atinge de alto a baixo. Desde 1966 se intensificava a luta interna no PCB e os militantes que divergiam da política do Comitê Central se aglutinavam em torno de dirigentes como Marighella, Mário Alves e Câmara Ferreira.

A ruptura com o PCB em 1967 teve proporções ignoradas por muitos: dos 37 delegados escolhidos como representantes das bases do PCB em S. Paulo para participarem da Conferência Estadual do Partido, realizada em maio de 1967 em Campinas, nada menos que 33 se alinham às teses defendidas por Marighella, o que por si só atesta a penetração de suas idéias junto a seus camaradas. A maior parte das bases operárias e o setor estudantil do Partido rompem com o Comitê Central e se aproximam, em seguida, de Marighella. Mas a cisão não atingiu apenas o Estado de São Paulo: numerosas bases do Partido no campo e em vários outros Estados rompem com a direção oficial. No Rio de Janeiro, em proporções semelhantes a São Paulo, Mário Alves dirige a dissidência que daria origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Divergências de ordem teórica impedem, no entanto, que Marighella e Mário Alves permaneçam juntos numa mesma organização. O primeiro parte imediatamente para a ação e, em fevereiro de 1968, surge o "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo", em que Marighella expõe os motivos do rompimento com o PCB e anuncia a formação de uma organização disposta a dar início imediatamente às ações políticas armadas. A organização formada, que mais tarde adotaria o nome ALN, tem à testa Marighella e Câmara Ferreira e já em 1968 dá início às primeiras operações de guerrilha urbana, nas quais Marighella toma parte pessoalmente.

Embora a obra teórica de Marighella incluía numerosos outros trabalhos, os aqui selecionados retratam de forma clara o período das críticas iniciais à política do PCB e a fase de elaboração, com base nessas críticas, de uma proposta para levar a cabo a Revolução em nosso país. Os desdobramentos dessa proposta são em grande parte conhecidos. Os erros cometidos e a derrota sofrida pelos grupos que passaram à ação armada, no entanto, não excluem a necessidade de refletirmos sobre o acontecido. E se muitos erros foram cometidos, as críticas formuladas por Marighella à atuação passada dos comunistas não perderam sua validade e, ainda hoje, merecem ser objeto de estudo por todos os revolucionários. É, por fim, inegável que as concepções guerrilheiras, para as quais contribuiu Marighella, foram responsáveis por uma mudança qualitativa no panorama da luta de classes no Brasil. Pela primeira vez, efetivamente, foi colocada a questão concreta da violência revolucionária como exigência frente à violência do regime e das classes dominantes.

Dez anos após a morte de Marighella, o Brasil vive uma situação política bastante modificada, embora continue de pé o regime militar. Começa a ser feito, mais ou menos abertamente, o balanço da experiência guerrilheira que teve curso há poucos anos. Algumas publicações já romperam o cerco imposto à divulgação das lutas no Araguaia e outras estão sendo preparadas para relatar episódios da guerrilha urbana. Parece claro que o nome de Marighella tem importância central em toda discussão que se pretenda realizar na avaliação do período, resultando daí ser indispensável a publicação de documentos como os aqui reunidos, sem dúvida subsídios fundamentais para um estudo histórico.

A figura de Marighella ainda está envolta por paixões que vão do ódio declarado à veneração acrítica, passando pelos matizes intermediários da discordância respeitosa, da simpatia discreta e muitos outros. Só mais tarde será possível compreender com mais objetividade seu papel, da mesma forma que, é lícito lembrar, figuras históricas como Tiradentes e Frei Caneca não foram compreendidas, no seu tempo, em sua magnitude exata. Também é cedo para uma conclusão definitiva sobre a eventual dimensão de seus erros e acertos, da mesma forma que a própria figura de Guevara ainda não pôde ser apreciada em toda a sua plenitude.

De qualquer forma, a publicação destes textos é uma contribuição ao estudo da história recente do país e ao debate permanente sobre os rumos do processo revolucionário brasileiro. Concordando ou discordando no fundamental, o leitor não deixará de reconhecer a profundidade de suas análises, a acuidade de muitos raciocínios e a honestidade revolucionária que permeia os escritos. Estes textos, em sua maioria de luta interna, não fazem ataques pessoais, não aviltam o debate. Revelam, acima de tudo, o porte respeitável de um militante que dedicou 40 anos de sua vida à luta dos trabalhadores, à causa da libertação nacional e do socialismo.

Dezembro de 1979

OS EDITORES

Resistência ou Conformismo

Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1.º de abril, ou se conformam com ela.

O conformismo é a morte. No mínimo, viver de joelhos. Sofrer humilhações sem fim. Amargar o espeznimento ante os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e seus inquisidores-chefes.

Antes tínhamos a chamada democracia representativa. Nela, a inflação prosseguia em sua marcha acelerada. Os trustes norte-americanos mandavam. O latifúndio predominava. Milhões de homens do povo não podiam votar. Analfabetos e praças não tinham o direito de voto. Os comunistas não podiam ser eleitos, ainda que pudessem votar. Era uma democracia racionada. E racionada por isto. Porque os direitos individuais pelo menos eram respeitados, mas as restrições à participação do povo nessa democracia eram flagrantes. E injustas. Tal democracia, pela sua própria estrutura, constituía por si mesma um empecilho à realização das reformas sociais — as chamadas reformas de base. E por mais que oferecesse oportunidades — amparando os direitos individuais — sentia-se emperrada. E não podia avançar pacificamente. Como de fato não avançou; e acabou golpeada. As forças de direita e o fascismo militar brasileiro deram-lhe o tiro de misericórdia.

O que havia de errado nesse tipo de democracia vinha de longe. Era um vício de origem. Um pecado original. Não se tratava de uma democracia feita pelo povo. Quem a instituiu foram as classes dirigentes. Nesse arcabouço erigido pelas elites, as massas conquistaram alguns direitos, ali introduzidos graças às suas lutas. Historicamente o mal dessa democracia era, acima de tudo, o seu conteúdo de elite, com a ostensiva marginalização das grandes massas exploradas — o proletariado crescendo sem nunca chegar à integração de direitos, exigida pelo seu papel na produção. E os camponeses inteiramente por fora — párias da democracia — sob a ultrajante justificativa de sua condição de atraso, e suprema escravização aos interesses dos senhores da terra.

Era uma democracia do poder econômico, tutelada pelas forças armadas. Agora, após o golpe de 1.º de abril, já não temos aquela democracia, cujas benesses, aliás, eram encaminhadas inexoravelmente para o poder econômico, tal a desenvoltura com que este agia e era acobertado. As forças políticas defensoras dos interesses do poder econômico não se tornava, então, necessário enfrentar o ônus moral da ditadura, ou seja, na prática, a supressão das liberdades.

O *status quo* anterior deixou de existir quando o poder econômico se viu ameaçado pelo descontentamento das massas, e pela sensível inclinação para a busca de outra solução, em detrimento dos potentados. A democracia burguesa, vigente até então, tornou-se uma coisa do passado. O sonho de uma noite de verão.

As restrições às classes exploradas e aos seus direitos continuam nos dias de hoje. Mas são muito mais profundas. A rigor, o que se aplica atualmente contra os explorados, e mesmo contra toda a nação, vai além do que se poderia chamar de restrições. O fato real é que direitos e conquistas sociais vão sendo revogados e abolidos, e continuarão a sê-lo, enquanto persistir e subsistir a atual ditadura, precária, mas feroz e traiçoeira.

Nos dias de hoje, por isso mesmo, o poder econômico prossegue mantendo e reforçando sua supremacia, em prejuízo das classes exploradas, como é evidente. As classes dirigentes não vacilaram em empregar a violência e subverter a ordem constitucional para liquidar com as liberdades, evitando que delas se favorecessem as massas, e opondo uma barreira à participação do povo no poder.

As elites continuam dispondo do poder político. E a ditadura que instituíram o é sob a tutela das forças armadas, tal como antes, com a democracia racionada.

Dessa apreciação histórica do conteúdo da democracia brasileira, em seu passado, e da natureza da atual ditadura, resulta a descoberta de um denominador comum — o predomínio inalterado do poder das classes dirigentes, a defesa suprema dos seus interesses contra os interesses das grandes massas, quer sobrevivam ou não as liberdades.

É este denominador comum que precisa ser eliminado.

Alguns dos instrumentos jurídicos dessa prevalência das elites se mantêm de pé ao longo de nossa história. A cadeia, a polícia, os tribunais — sem falar nas leis de defesa do Estado, como é o caso da Lei de Segurança Nacional — são, e sempre foram (até que sejam derogadas dessa investidura), os principais meios jurídicos da afirmação do poderio e da supremacia das classes que dominam no

Brasil. As grandes massas têm que curvar-se a esse poderio, passar sob essas forcas caudinas.*

Da ordem instituída pelas elites brasileiras resultou a tradição do “teje preso por ordem do delegado”, lema que traduz o instituto da submissão à prepotência dos senhores da democracia convencional.

A desobediência à ordem do delegado é o crime — o desacato à autoridade e a resistência à prisão. Em vez do “ninguém pode ser preso sem ordem do juiz”, é a instituição do “ninguém pode deixar de ser preso se for ordem do doutor delegado”.

Estabelecida a ditadura policial-militar fascista de 1.º de abril, a polícia sobrelevou-se à justiça (mesmo a justiça das classes dominantes), o que põe em relevo a enormidade do arbítrio. E o DOPS — a polícia política — tornado ponto de apoio fundamental das forças armadas que tutelam a nação (no dizer deles), fêz-se símbolo e meio prático de sujeição da maioria à minoria exploradora que governa.

Foi contra essa odiosa submissão à ordem dos potentados que representam e defendem os interesses das classes exploradoras, foi contra essa violência aos direitos individuais e à própria ordem democrático-burguesa que eu me insurgi, ao não aceitar a voz de prisão no interior do cinema Esky-Tijuca.

Num período normal, essa voz de prisão possivelmente não seria desacatada. Ou melhor, ela viria revestida das formalidades burguesas — a ordem do juiz, o convite a prestar esclarecimentos à polícia ou à justiça, mas em condições adequadas, tudo como mandava o figurino das classes dominantes, segundo os preceitos do direito clássico burguês.

Em condições anormais e de completa ilegalidade, com a ditadura policial-militar fascista desencadeando o terror e anulando a própria democracia burguesa, mas falando falsamente em seu nome e silenciando, ao mesmo tempo, sobre os crimes e violências cometidos, eu não podia deixar de protestar publicamente. Para revelar a realidade. Chamar a atenção sobre a farsa. Dizer a todo o povo que o rei está nu.

Era e é uma opção. Que, sob tal aspecto, não se torna necessariamente obrigatória para todos os patriotas. E que, talvez, não seja preciso repetir.

* Forcas caudinas: designativo das forcas ou desfiladeiro por onde os Samnitas fizeram passar as legiões romanas. Empregado no sentido de *grande humilhação*.

A resistência à prisão em plena ditadura, mesmo correndo o risco de ser baleado como fui, é um modo de exprimir confiança na capacidade e receptividade do povo, para a compreensão de um ato de protesto (mesmo individual), a prova de fidelidade aos compromissos com a luta pela liberdade.

Uma atitude de resistência e de não conformismo ajuda a desmascarar a farsa, e é o prenúncio da vitória.

De mim, que não pretendo ser mais que um lutador pela pátria e a liberdade, dentro da minha condição de comunista, não se pode esperar senão a coerência de prosseguir lutando ao lado de todos quantos resistem. Em meio a milhares, centenas de milhares, milhões de brasileiros inconformados, eu reivindico apenas um lugar na luta de resistência.

Este livro é uma mensagem de resistência. E é, sobretudo, endereçado à nova geração. Os jovens de hoje é que melhor poderão compreendê-lo e, com seu entusiasmo e espírito revolucionário, estudá-lo, interpretá-lo de vários ângulos. Para as conclusões que se tornam necessárias.

A nova geração brasileira, a despeito dos que pretendem distorcer-lhe o caminho, é uma geração política. Marcha para a frente, confiante em seu destino, determinada a alcançar a liberdade e o progresso, olhos voltados para o marxismo contemporâneo. Não importa que os moços de hoje estejam filiados a correntes filosóficas diversas. Aceitem ou não o primado da matéria e do reflexo do ser sobre a consciência, militem no campo do materialismo ou nas hostes do espiritualismo, como é o caso da plêiade de católicos preocupados com a questão social, os jovens avançam em busca de uma saída. O marxismo contemporâneo não poderá deixar de fasciná-los e estimular-lhes o espírito criador. Com a audácia e o entusiasmo que lhes são próprios, os jovens continuarão afluindo com maior vigor ao campo da luta. E ajudarão a reformular, sob a égide do marxismo, os problemas capitais da revolução brasileira — revolução cuja liderança incontestável, no terreno prático e ideológico, pertence de direito e historicamente à classe operária.

Um velho revolucionário brasileiro, exilado em consequência da *abrilada* *, dirigia-se por uma carta a seus companheiros no Brasil, com uma pergunta formulada no exílio: "Por que perdemos?"

A resposta não pode ser muito simples. E talvez haja muita controvérsia antes de tê-la completado. É indubitável, porém, que, aplicado corretamente à realidade concreta do país, o marxismo não

* Referência ao golpe de Estado de 1.º de abril de 1964.

demanda vigília demasiado longa para apontar a solução dos problemas.

O marxismo, dizia Lenin, é a análise concreta da concreta situação. O despreparo das esquerdas, pela falta de aguda análise teórico-ideológica da situação brasileira, tendo como resultado o emprego de práticas e princípios defasados com o momento histórico, levou-nos à derrota.

O marxismo ensina que o motor da história são as massas, cujo movimento é inelutável. Tudo depende de que o trabalho de base tenha a importância fundamental, pois é este o trabalho que impele as massas e dá solidez à ação. O trabalho de cúpula, embora indispensável, não constitui o lado decisivo na solução do problema. Agreguemos, ademais, que não cabe aos marxistas manter ilusões na liderança exercida pela burguesia nacional, como aconteceu em relação à fração da burguesia que ocupava o poder nos idos de março.

Para as forças populares e nacionalistas, como de um modo geral para as esquerdas, a razão de ser da vitória reside numa só questão, já por si em evidência sobre as demais. Esta questão é o permanente e ao mesmo tempo flexível manejo do marxismo-leninismo, o que repele qualquer dose, por mínima que seja, do dogmatismo. A realidade brasileira exige acurada atenção e incansável estudo. E como realidade objetiva, tomada por ponto de partida, requer a análise histórica aprofundada de suas grandes características.

O povo brasileiro tem uma longa experiência no combate permanente que trava com as classes dominantes, visando a obter o triunfo da democracia (não a democracia burguesa formal, mas aquela que mais de perto diz respeito à realidade econômico-social) e, simultaneamente, objetivando chegar ao aniquilamento do imperialismo e do latifúndio.

O evento de 1.º de abril, por demais doloroso ao nosso povo, é mais uma grave experiência (a mais recente, aliás) que demonstra o grau de violência a que se elevará o preço de nossa libertação.

E esta, tenhamos isto presente, não será jamais o fruto do conformismo, senão o resultado de uma tenaz resistência, com ponto de apoio na organização do povo pela base.

Marxismo e Liberdade

Como já é sabido, um dos objetivos que visei reagindo à prisão foi trazer à luz a posição do marxismo ante a liberdade.

Os ideólogos das classes dominantes, interessados no retrocesso do país, vêm apregoando, sistemática e propositadamente, que o

marxismo é a renúncia à liberdade. Ou, por outra, querem fazer crer que o marxismo e a liberdade são polos opostos, em conflito permanente.

Nada melhor que o golpe de 1.º de abril para demonstrar que os que combatem o marxismo com a arma da supressão das liberdades não têm a menor autoridade moral para insinuar o pretenso conflito entre o marxismo e a liberdade.

A subversão da ordem partiu do golpe “gorila” que mudou a Constituição. Ou melhor, os golpistas a tornaram letra morta com o emprego de meios violentos. O que, aliás, é crime previsto pela mesma Constituição e punido pela Lei de Segurança das próprias classes dominantes.

A *abrilada* surgiu como um movimento anticomunista e anti-marxista, a pretexto de combater uma fantástica ditadura que estaria para ser implantada pelos comunistas no país.

Por uma ironia da História, os comunistas, agora acusados de subversão, defendiam a democracia burguesa, interessados que são na permanência de um clima de liberdade e na conquista da legalidade para o Partido Comunista. O golpe que destruiu as liberdades no Brasil sobreveio a 1.º de abril. Não foi desencadeado pelos comunistas e sim pelos “gorilas”, que implantaram a ditadura, ou seja, o fim da ordem institucional burguesa estabelecida em 1946.

Isto não prova outra coisa senão que as classes dominantes temem o avanço do povo brasileiro pela trilha da liberdade. Foi para cercar as liberdades que desencadearam o golpe. Neste confronto a razão fica com o marxismo, pois os golpistas, embora alegando o contrário, desdizem-se, ao identificarem o marxismo não com a falta de liberdade, mas precisamente com a expansão desta última.

O marxismo não representa apenas uma doutrina de interpretação do mundo. Como teoria, seu alcance é muito mais profundo. Sua essência, convem acentuar, reside na imperiosidade da transformação da sociedade, como decorrência inexorável da luta de classes e seu desenvolvimento.

O marxismo é, assim, uma doutrina revolucionária. Como tal, não pode haver nada capaz de ultrapassá-lo em matéria de liberdade. Pois se o marxismo é a revolução definida em seu verdadeiro sentido, isto é, em seu sentido histórico, constitui em essência a doutrina que (no terreno teórico e prático) encarna a liberdade — expressão da recuperação e da conquista de direitos até então vedados às classes exploradas ou contra elas utilizados.

Por circunstâncias ocasionais e fatores de ordem histórica, o julgamento do marxismo foi intentado no Brasil precisamente por aqueles a quem o povo tem motivos de sobra para odiar e condenar.

Talvez por isso, temendo de antemão a desaprovação popular e reconhecendo a felonía premeditada, intitularam-se “revolucionários” e, ao golpe desencadeado, deram o nome de “revolução”.

Mas o que vem a ser revolução?

A revolução é sempre o resultado do desenvolvimento da sociedade e tem a ver com as relações de produção e o sistema de propriedade. O essencial numa revolução é a questão do poder. Mas esta questão não se traduz pela substituição de uns homens por outros nos postos de mando. Isto é, não se trata de substituir os antigos dirigentes do aparelho de Estado por outros, pertencentes às mesmas elites ou classes até então dominantes. O problema consiste em saber que novas classes chegaram ao poder derrubando as velhas classes dirigentes.

Pari passu com o problema da passagem de novas classes ao poder, surge a questão de saber qual o novo sistema de propriedade estabelecido. Que classes passam a ser proprietárias daí por diante. Quem passa a ser dono dos meios de produção. Que nova estrutura econômica e social é estabelecida. Que superestrutura passa a ser levantada ou entra em vigor. Que novas instituições políticas, jurídicas e sociais entram em ação. Sem isto, que são coisas elementares, não há revolução.

Ora, no Brasil a *abrilada* não efetuou nenhuma dessas mudanças substanciais. Classes anteriormente desprovidas de qualquer papel dominante, em especial as classes exploradas, permanecem onde estavam. Nenhuma delas atingiu o poder.

O imperialismo ianque — principal entrave de nossa independência e livre desenvolvimento — não foi expulso do país. O latifúndio continua a ser a forma preponderante da propriedade territorial. A estrutura da sociedade brasileira prossegue a mesma, com a divisão de classes que a caracteriza até agora.

Não houve, pois, revolução. Os “gorilas” simplesmente desfecharam o golpe e acabaram com a democracia. O termo é mesmo golpe, quartelada, abrilada, gorilada. E o mais jocososo de tudo: um autêntico 1.º de abril.

Os autores do golpe tentam fazê-lo passar como “revolução” apenas porque no Brasil o golpe é repudiado e condenado pelo povo, em virtude das desastrosas conseqüências que nos tem acarretado.

O golpe de 10 de novembro de 1937 implantou o Estado Novo, espécie de fascismo peculiar ao Brasil na época da ascensão do nazismo. O de 29 de outubro de 1945 levou à deposição de Getúlio Vargas e destinava-se a impedir a livre eleição de uma Assembléia Constituinte. O de 24 de agosto de 1954 induziu ao suicídio de Vargas e objetivava anular a Constituição de 1946. O de 11 de no-

vembro de 1955 tinha em vista impedir a posse do presidente eleito, o que motivou, na mesma data, o contragolpe vitorioso, chefiado pelo então general Lott. Isto fêz fracassar os intuitos dos golpistas. O de 25 de agosto de 1961 conduziu à renúncia de Jânio e à insubordinação dos ministros militares fascistas, sublevados com a posse de Jango — substituto legal do presidente renunciante. O de 1.º de abril — o mais recente e calamitoso — deu origem à deposição de Jango e levou à ditadura dos “gorilas”.

Todos estes golpes visavam ao cerceamento das liberdades, ou temporariamente conseguiram suprimi-las, facultando às velhas classes dirigentes do país o exercício do poder discricionário, maior exploração do povo e transações escusas com o imperialismo.

As massas não simpatizam com o golpe, que já conhecem. Suas esperanças — mesmo as mais tênues — convergem para a idéia (acalentada permanentemente) de que uma revolução de verdade acabaria sendo a melhor saída. Seriam possíveis, assim, transformações radicais favoráveis às classes exploradas e à independência da nação.

Para os “gorilas”, que necessitam consolidar-se no poder tentando enganar as massas, é mais conveniente identificarem-se como “revolucionários” e não como golpistas.

Do ponto de vista de classe, o golpe corresponde aos interesses das classes retrógradas ou dos setores mais retrógrados da burguesia brasileira e dos latifundiários.

Representantes desses interesses (que não podem confessar), os golpistas, vitoriosos, fazem tudo para passar como salvadores da nação e defensores das massas.

O golpe, entretanto, ao instaurar a ditadura militar fascista, mostrou que seu objetivo principal é revogar as conquistas sociais obtidas até hoje no Brasil e paralisar o avanço da democracia. Isto significa tentar fazer o país regredir da democracia burguesa já instaurada entre nós como decorrência das lutas de 1930 e como resultado da derrota do Estado Novo, derrota à qual se seguiu a redemocratização da vida política brasileira (posteriormente à Segunda Guerra Mundial).

A experiência histórica brasileira incumbe-se por si só de situar o golpismo ao lado da ditadura, e o marxismo ao lado do progresso e da liberdade.

A ditadura existente no Brasil caracteriza-se, aliás, por fatos irretorquíveis que atentam contra a ordem constitucional e, em especial, contra a ordem jurídica.

Há quem afirme que vivemos em regime antidemocrático e semiditatorial. A verdade, porém, é que a constituição foi, na prática,

revogada. Os brasileiros não dispõem dos mínimos direitos elementares, necessários e imprescindíveis ao funcionamento de uma democracia. Não se trata somente da suspensão dos direitos e garantias individuais. Nem é preciso enumerar a infindável lista de transgressões praticadas pelo governo atual. O direito adquirido, o ato jurídico perfeito, a coisa julgada já não são respeitados. A lesão do direito individual é sistematicamente excluída da apreciação do poder judiciário. Até o direito de defesa é cerceado, negado, reduzido à expressão mais simples. O Parlamento ainda existe, mas sob o cutelo do Ato Institucional. O regime é *dopsiano*, isto é, manda o DOPS, a lei suprema é a polícia. E, sobretudo, o que há é a ocupação militar do poder político do país.

O Presidente da República afirmou, em discurso do Dia do Soldado: “O Ato Institucional é obra essencialmente revolucionária para repor a nação na ordem jurídica, restabelecer a ordem pública e a ética na administração do país. O Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal acataram-no e incorporaram suas atividades à nova situação brasileira. Fora daí é a contra-revolução”. Não pode haver uma confissão mais clara. O Ato Institucional nada repôs do que diz ser sua finalidade precípua, e muito menos quanto à normalização da ordem jurídica. O que o governo está fazendo é apenas um monopólio, onde a prática democrática prima pela ausência. Oposição, neste caso, para os detentores do poder, significa simplesmente contra-revolução. Para o povo, entretanto, o que aí está é sinônimo de polícia e militarismo, expressões de força inteiramente confundidas com o Executivo por mais que se pretenda dourar a pílula.

Não corresponde à realidade afirmar apenas que vivemos sob o arcabouço de um regime antidemocrático e semiditatorial. Mais do que isto, o regime atual é a própria ditadura — a ditadura policial-militar fascista.

Os resultados e conseqüências do seu advento forçado não deixam margem à mínima contestação — são o pior sacrifício já imposto ao povo brasileiro.

O país foi submetido como que a um vasto IPM geral e nacional. Uma parte considerável da população foi ou está sendo inquirida. Outra parte é destinada ao cárcere, está nas prisões ou passou por elas. Os inquisidores e carcereiros são os militares, exatamente a minoria que detém agora os privilégios. É o regime da mediocridade irresponsável, onde o conhecimento intelectual não vai além dos sublimites do raciocínio e a reação dos sentidos se manifesta sob a forma de primarismo e selvageria.

E, enquanto o país é entregue aos trustes norte-americanos e se faz a defesa acintosa do latifúndio — conservado intacto — o

marxismo é apresentado como principal alvo de ataque dos golpistas, que nele concentram suas baterias.

Este modo de proceder decorre de um só fato: é impossível defender os privilégios das classes dirigentes, e os interesses do capital estrangeiro, sem combater o marxismo, doutrina que influencia fortemente o mundo de hoje, sobretudo no terreno da economia política, da filosofia e da sociologia. O que há de mais avançado e progressista, em qualquer parte do Brasil, não só não desconhece o marxismo como nele vai buscar sua fonte de inspiração.

Se o marxismo é o seu principal alvo de ataque, seria a morte para a ditadura não se lançar contra ele. E os "gorilas" insistem em fazê-lo, identificando o marxismo com tudo quanto é idéia nova e progressista. Todavia, como reverso da medalha, a morte que eles procuram evitar atacando o marxismo lhes está irremediavelmente reservada pelos efeitos do mesmo marxismo, e de tudo o que se opõe ao atual regime.

Como um edifício construído sobre a polícia e as forças armadas, a ditadura tem seus pilares nos IPMs. É por meio desses IPMs que o poder militar prossegue em sua tarefa de perseguições e vinditas, mesmo depois de ter atingido milhares de pessoas com cassações de direitos políticos, demissões sumárias e punições odiosas, impostas pelo Ato Institucional fascista de 9 de abril e a Comissão Geral de Inquérito (CGI).

O Partido Comunista, a imprensa dita comunista, o ISEB * e a UNE ** têm um lugar especial nesta avalanche de repressões *ipe-mianas*. A ditadura vale-se igualmente dos IPMs para depor e afastar ou prender os governadores dos Estados que não rezam pela cartilha dos "gorilas". Ao mesmo tempo, novos IPMs são instalados para levar ao cárcere e punir cidadãos acusados de atentados terroristas e outras atividades, muitas delas de caráter provocativo e de iniciativa da própria polícia ou dos grupos fascistas que atuam impunemente no país.

Tornou-se comum a inquirição sistemática e infundável dos acusados e suspeitos, prolongando-se os IPMs por tempo indeterminado. Através deste método e por meio de processos-crime forjados com base na Lei de Segurança Nacional, os "gorilas" visam a atingir sobretudo a liderança comunista, a classe operária, os sindicatos e a liderança sindical, os camponeses, seus líderes e organizações, os intelectuais e as novas gerações de estudantes. Este plano repressivo tem como objetivo final privar o povo brasileiro de liderança revolucionária. Corresponde, no plano nacional, àquilo que o nazismo e o

* ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

** UNE: União Nacional dos Estudantes.

fascismo tentaram na Alemanha e na Itália, antes da Segunda Guerra Mundial, com a liquidação massiva dos líderes operários e intelectuais.

Na verdade, no Brasil o marxismo está submetido a uma espécie de processo-crime permanente. Tentando atingir dessa maneira o marxismo — colocando-o, por assim dizer, “sub judice” — a ditadura imagina amedrontar as classes médias, desbaratar as forças de esquerda e as fileiras comunistas, paralisar a ação de qualquer democrata ou patriota (mesmo não marxistas), e anular qualquer oposição ou resistência.

Daí a preocupação de considerar subversivos todos os que se opõem à ditadura e seus desmandos, sem excluir a oposição burguesa. Apresentados como marxistas, comunistas, inimigos da segurança nacional, espões a serviço de uma potência estrangeira, os opositores da ditadura são capitulados em crimes da alçada da justiça militar.

Detentores do poder, os militares, a cuja frente se encontra um oficial superior espuriamente eleito para a Presidência da República (segundo a linguagem pitoresca do professor norte-americano Charles Wagley, Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Colúmbia, citado pelo embaixador Juraci Magalhães), pretendem enquadrar na disciplina dos quartéis e nas penalidades do Código Militar a vasta população civil do país.

O interesse da ditadura em capitular os civis em crimes militares é com vistas a aterrorizar o povo e silenciar o seu descontentamento.

Os fatos não deixam dúvida. Por onde quer que se aprecie a razão de ser do “gorilismo”, sua ação se apresenta invariavelmente ligada à subversão, à ditadura, à anulação das liberdades, ao retrocesso e à submissão ao capital estrangeiro, à indignidade moral e ao rebaixamento da condição humana. Enfim, o “gorilismo” é o fascismo.

Os que se opõem ao “gorilismo” nem todos são marxistas. E nem poderiam sê-lo, pois se filiam às mais diversas correntes filosóficas hodiernas. Ou mesmo não seguem filosofia alguma. Quando, porém, os “gorilas” os englobam a todos numa só designação pejorativa, pensando ofendê-los ao atribuir-lhes a condição de marxistas, estão, sem querer, reconhecendo a inocuidade do ataque que desfecham contra o marxismo. Pela impossibilidade de condenar, com as penas da Lei de Segurança, um número tão considerável de opositores e críticos da ditadura.

Na prática, estão erguendo o marxismo a um pedestal. E, com isso, demonstrando a fonte de inspiração da liberdade.

O Fascismo Militar Brasileiro

Ao ser preso e depois, em declarações no cartório do DOPS da Guanabara, fiz questão de tornar público que vivemos sob uma ditadura militar fascista. E outra não pode ser a caracterização do atual estado de coisas.

Ilusões generalizadas do governo João Goulart obscureciam a visão das forças populares e nacionalistas, impedindo as esquerdas de examinarem a possibilidade de surgimento desse tipo de ditadura.

Entretanto, as premissas para a implantação da ditadura militar fascista de há muito estavam lançadas. Suas raízes encontram-se no fascismo militar brasileiro, cujas origens remontam ao período do Estado Novo, instituído pelo golpe de 10 de novembro de 1937.

O exame da recente história política do país mostra como o fascismo militar brasileiro pôde evoluir de suas origens até a ditadura atual.

A derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial não significou a extinção dos focos do fascismo militar no Brasil. Além do mais, a redemocratização da vida política brasileira foi iniciada e levada a efeito sob a vigência da Constituição de 10 de novembro, carta parafascista que regeu nossos destinos na época da ascensão do nazi-fascismo, e que, por isso mesmo, constitui um incentivo ao fascismo militar brasileiro no plano ideológico.

Os autores e colaboradores do Plano Cohen, como o general Mourão Filho, um dos chefes do golpe (e os remanescentes integralistas), continuaram atuando, depois de uma rápida adaptação às nossas condições de após-guerra. Os militares golpistas, por sua vez, jamais foram desalojados de suas posições.

A recente evolução do país no sentido democrático-burguês (Assembléia Constituinte, Constituição de 1946, eleições nos vários períodos presidenciais), sempre deixou uma porta aberta ao fascismo, relegando à impunidade os atentados dos golpistas e da extrema-direita contra as liberdades e a democracia, pelo evidente temor das classes dominantes ante uma expansão popular capaz de levar os explorados às proximidades do poder.

De um ponto de vista estritamente militar, o fascismo brasileiro está relacionado com os setores ideológicos estadunidenses que, na Segunda Guerra Mundial, se opuseram ao nazismo não pelo interesse em defender as liberdades, mas para liquidar a concorrência do imperialismo alemão no mercado mundial e tomar seu lugar na partilha do mundo.

Estes setores estadunidenses passaram à política da "guerra fria" no dia seguinte ao término da guerra mundial, enveredaram pelo

macartismo, sustentam hoje a “guerra psicológica” e, com o assassinato de Kennedy, deram às direitas em todo o mundo o sinal para que levantassem a cabeça, procurando mudar a correlação de forças onde quer que fosse possível. Estes setores defendem a necessidade da guerra atômica, levantam a bandeira do anticomunismo, são ferozes partidários do colonialismo, e estimulam os golpes na América Latina para suprimir as liberdades e impedir o avanço da democracia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o grupo de oficiais que evoluiu para o fascismo militar brasileiro o fez sob a inspiração desses setores ideológicos norte-americanos, lutando contra o hitlerismo nos campos de batalha menos por um sentimento de defesa das liberdades do que pela subordinação à aliança do Brasil com os EUA (uma espécie de aliança do pote de barro com o pote de ferro). Mesmo nossas forças armadas, em conjunto, não são imunes a tal influência e, como diz o jornalista Hermano Alves, em recente artigo no Correio da Manhã “estão vivendo à custa de mitos: o mito da participação brasileira em um conflito global; o mito de um alerta permanente contra uma “agressão interna” de origem comunista; o mito de uma participação racional dos militares — como corporação — na direção dos negócios políticos, financeiros, econômicos e diplomáticos”.

Esta vassalagem ideológica fez do fascismo militar brasileiro um sustentáculo da guerra-fria e do ACORDO MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS, e lhe deu a tônica do anticomunismo, da “guerra psicológica”, e do golpismo. Nos dias atuais tornou-o defensor de uma nova tese estrangeira — a da eliminação das áreas de atrito com os EUA —, ou seja, a supressão de quaisquer barreiras à penetração e domínio do capital norte-americano no Brasil.

São estas contingências que explicam porque o fascismo militar brasileiro firma seu principal ponto de apoio num grupo radical de oficiais, e porque, não obstante muitos deles terem lutado contra o nazismo nos campos da Itália, desempenham o papel de sustentadores da atual ditadura, defendem a subordinação do Brasil aos EUA, concentram o fogo no combate ao comunismo e se tornaram autores do golpe que liquidou a democracia — golpe inspirado e apoiado pelos norte-americanos.

Formados em cursos políticos e de guerra sob os auspícios ideológicos do macartismo e do nacionalismo burguês do tipo nasserista, os homens que constituem o núcleo fundamental do fascismo militar brasileiro evoluíram para a organização radical fascista de suas fileiras, e pressionam para a consolidação da ditadura eliminando as aparências de legalidade.

O fascismo militar brasileiro, entretanto, não se confunde com o nazismo ou com o fascismo do Estado Novo. Ele é fruto também

das condições dos dias de hoje. Suas bases atuais estão no sistema de propriedade brasileiro e nos fatores circunstanciais que informam a situação internacional, no sentido desesperado de uma reação contra o avanço da luta pela paz e pela libertação dos povos. É que, tomada em conta a situação internacional, verificou-se um processo de maior concentração monopolista nos países imperialistas. Tal fenômeno não só desperta a concorrência econômica dos EUA, mas a torna mais intensa e agressiva, levando a acelerar o processo de concentração, conforme assinala Palmiro Togliatti no *memorandum* que escreveu em Ialta pouco antes de falecer. Publicado na revista italiana "Rinascista", de 5/9/64, o trabalho de Togliatti foi traduzido pelo O Estado de S. Paulo de 13/9/64. Nele, a propósito da concorrência norte-americana, diz o grande líder comunista italiano:

"Assim reforçam-se as bases objetivas de uma política reacionária tendendo a liquidar ou limitar as liberdades democráticas, a manter os regimes fascistas, a criar regimes autoritários, a impedir qualquer progresso da classe operária e a reduzir consideravelmente seus padrões de vida".

O fascismo militar brasileiro — pelas suas origens e evolução — não podia deixar de seguir os ditames da política dos EUA, em face da agressividade da concorrência econômica e do aumento da concentração monopolista, bem como em consequência da competição entre os dois sistemas sociais mundiais opostos — o do imperialismo e o do socialismo.

Do ponto de vista econômico, o fascismo militar brasileiro, correspondendo aos setores mais retrógrados do país e defendendo os interesses da burguesia entreguista e do latifúndio, não pretende levar avante as reformas de base necessárias ao progresso e desenvolvimento do país. Ao contrário, impeliu a ditadura para as mais vergonhosas concessões ao imperialismo norte-americano. Daí porque o governo atual, imposto contra a vontade do povo e sem sua audiência, modificou a lei de remessa de lucros, comprou as concessionárias norte-americanas de serviços de luz e energia elétrica da AMFORP, restabeleceu o domínio privado das refinarias particulares nacionalizadas, abalando o já enfraquecido sistema do monopólio estatal do petróleo, entrega as reservas de minérios brasileiros ao truste norte-americano da HANNA e lhe concede um porto particular, realiza a desnacionalização do país sob o pretexto de eliminar as áreas de atrito com o capital estrangeiro, permite e subvenciona o levantamento aerofotogramétrico de nosso território pelos norte-americanos (desvendando aos EUA o panorama completo de nossas riquezas minerais e entregando os mapas ao governo norte-americano, num insofismável atentado à nossa soberania e à segurança nacional).

Para realizar tal política, não se peja o governo de seguir à risca as diretrizes do FMI, todas elas contrárias aos interesses da nação, e se apóia na Consultec — agência de tráfico de influência dos trustes norte-americanos, dirigida e assessorada pelo Ministro do Planejamento Roberto Campos e outras autoridades governamentais.

Por muito menos do que isso, governos como o de Vargas e Dutra foram chamados de traição nacional. Não pode ser outra a ilação, quando nos defrontamos com um governo como o atual — entreguista, antinacional, antipopular, antitrabalhador; governo que, no plano político, suprimiu as liberdades, revogou na prática a Constituição. Em síntese, uma ditadura policial-militar fascista, apoiada no Ato Institucional e nos chamados IPMs, entregues ao comando arbitrário e prepotente dos militares.

O fascismo militar brasileiro caracteriza-se pela repressão militar de caráter policial, onde as forças armadas exercem o papel de polícia, lado a lado com o DOPS — o que levará fatalmente a transferir para os militares o ódio que o povo dedica aos agentes policiais.

Fascismo militar brasileiro e estado policial-militar são duas faces da mesma moeda. Polícia, cadeia, impostos, tribunais, burocracia, corrupção, constituem os instrumentos desse Estado policial-militar, onde os IPMs são instalados sob a chefia de oficiais que integram o grupo fascista, em troca de pagamento de polpudas diárias. Leve-se em conta o conluio dos golpistas com a corrupção, concretizado no acordo entre os autores do golpe e o governo Adhemar de Barros, conforme denunciou o general golpista Dalísio Mena Barreto, encarregado do IPM da CMTC (S. Paulo), e ter-se-á um quadro edificante do atual conúbio fascista-policial-militarista.

O fascismo militar brasileiro é o núcleo de um poder ditatorial que subverte a ordem constitucional e todos os preceitos de ordem humana e do direito privado e internacional. Mas, por isso mesmo, em consequência de sua brutal ilegalidade, levará o país ao caos, como já está levando, e obrigará ao aparecimento inevitável de focos de resistência de massas, cujo destino será o progressivo crescimento, engrossado pela simpatia maciça do povo brasileiro.

Os Rumos da Ditadura

Ao surgir vitoriosa, com o golpe de 1.º de abril, a ditadura atual trazia em seu bojo as premissas que levariam à temporariedade de sua existência e ao desgaste ante a opinião pública nacional e internacional.

Isto decorre do fato de que os autores do golpe e instituidores da ditadura lançaram mão da mentira, para dar fim à legalidade, com o emprego da violência. Afirmaram que o govêrno João Goulart

era comunista e que os comunistas preparavam a guerra revolucionária. Blasonaram que iriam combater a subversão e a corrupção. Na realidade, conquistado o poder, nada puderam provar quanto à guerra revolucionária, apesar dos IPMs e processos instaurados. E, quanto à corrupção, jamais poderão explicar ao país a aliança espúria dos golpistas com o mais corrupto dos políticos brasileiros — o governador Adhemar de Barros.

Tendo suprimido a democracia por um golpe traiçoeiro, caíram no descrédito e tornaram vãos seus esforços para mostrar que agem segundo os preceitos da legalidade democrática.

Incumbiram-se até mesmo de fazer ruir o edifício dos três poderes harmônicos e independentes, que era o apanágio da democracia burguesa. Quem manda no país, com poderes discricionários, é o Executivo (completamente militarizado), cuja hipertrofia cresce sem cessar, cevada pela arrogância dos militares guindados aos postos de mando. Enquanto isso, dos outros dois poderes, um — o Parlamento — está reduzido à impotência, e o outro — o Judiciário — na prática marginalizado.

A linha de conduta da ditadura empurrou-a por um atoleiro, ou por um beco sem saída, pela nenhuma vocação para conduzir a bom termo os destinos do Brasil. A ditadura atual é um fator de retrocesso. E, em virtude dos interesses retrógrados que representa, não resolveu os problemas brasileiros, que continuam sendo problemas de reformas de estrutura.

A ditadura levou, assim, a uma baixa do ritmo de desenvolvimento econômico, a mais acentuada de todos os tempos. Fez aumentar o ritmo da inflação e os índices já absurdos da carestia de vida — o que lhe deu o galardão de governo que mais elevou o custo de vida de quantos governos já passaram em nossa terra.

Aumentou a intranquilidade do país e não lhe deu a prometida estabilidade política. Ao contrário, novos fatores de crise de governo continuarão surgindo e levando a nação à perplexidade, com o que prosseguirá a instabilidade crônica do sistema político brasileiro.

A ditadura embaraçou-se em suas próprias teias por ter sido levada, numa época onde é notória a influência do sistema socialista mundial, a tentar encobrir seu caráter prepotente e totalitário com a aparência de legalidade.

Este fingimento lhe acarretou um ônus moral e político inesperado. Tem que manter o Parlamento, mas o deixa mutilado e submisso — um apêndice da ditadura — reduzido ao papel de eunuco deliciado com a automutilação. O instituto do *habeas-corpus* é conservado de pé, mas ninguém pode crer na sua validade quando a ordem jurídica é desacatada e destruída dia a dia, de modo inexorável.

Declarações solenes de respeito ao Poder Judiciário são formuladas repetidamente, mas as decisões da justiça são inúmeras vezes escamoteadas ou interpretadas ao sabor das conveniências dos militares.

Juristas escolhidos a dedo — e muitos deles fascistas que serviram ao Estado Novo — justificam, por meio do engodo e da chicana, o direito da força militar e da ditadura. Revestem assim os golpistas de atributos que lhes permitem revogar preceitos constitucionais e impor o que querem. Com os recursos militares das forças armadas, a ditadura capitaliza sua superioridade sobre os civis para levar avante objetivos políticos inconfessáveis.

Vale a pena chamar aqui a atenção para um importante livro editado por Zahar Editores, Rio de Janeiro. É uma coletânea de trabalhos de três autores norte-americanos e um mexicano, e intitula-se “Militarismo e Política na América Latina” — exatamente o título do primeiro ensaio. Edwin Lieuwen, a cuja pena se deve o estudo que encabeça a coletânea, escreve:

“O fato é que o preparo militar pouco contribui para equipar o oficial com o conhecimento necessário para administrar um Estado Moderno. Como sua carreira profissional o isola das principais correntes da sociedade, sua percepção dos problemas nacionais pode ser deficiente. E, à medida que o progresso técnico tornou as questões militares mais complicadas, e à medida que novas tarefas econômicas e responsabilidades sociais tiveram um efeito semelhante sobre as tarefas da administração civil, tornou-se cada vez mais difícil para o soldado ser também estadista.”

Tratando-se, pois, de uma ditadura militar e imiscuindo-se em assuntos políticos extramilitares, criou uma contradição com o poder civil.

O Brasil entrou numa fase de militarização da política — resultado lógico de um militarismo que se implantou no poder pela força — entendido como militarismo o predomínio dos militares sobre os civis em todos os aspectos da vida da nação, e subordinação dos interesses do país aos interesses do poder militar.

A contradição militarismo *versus* poder civil voltou a ser um fenômeno político na vida do povo brasileiro.

Tal contradição tenderá a crescer, sobretudo em face de alternativas como o recurso eventual à decretação do estado de sítio, à supressão dos partidos políticos ou uma reformulação para diminuir seu número, a aplicação de novos Atos Institucionais e, até mesmo, de uma nova Constituição, preparada de encomenda pela ditadura.

O prosseguimento da política de intervenção federal ilegal nos Estados para afastar os governadores eleitos, a deposição de prefeitos, o emprego de decretos-leis como no tempo do Estado Novo, a reela-

boração para pior das leis repressivas, o apelo à tática provocadora de organizar atentados terroristas de iniciativa policial para justificar medidas de exceção, constituem outros pontos de atrito e de avantejamento indébito do poder militar.

E o mesmo sucede em relação às demandas com a cúpula do Poder Judiciário, culminando com sua pretendida militarização pelo aumento do número de vagas e a nomeação de ministros de confiança da ditadura militar fascista.

Mas não se trata somente de contradição com o poder civil. A ditadura pôs a nu a ambição de poder dos militares e, como reflexo da crise social do país, agravou as contradições entre eles. A existência da chamada “linha dura” é um exemplo. Definida como um estado de espírito predisposto à violência pelo inconformismo ante o esvaziamento do golpe abriescio, a “linha dura” constitui um instrumento na mão da ditadura, com vistas a intimidar a oposição e a atingir sem resistência os desígnios de consolidação do poder atual.

Ao mesmo tempo, a “linha dura” é beneficiária das manobras provocativas do líder civil da extrema-direita, o governador-candidato à sucessão presidencial, Carlos Lacerda, e disto se prevalece para tentar diretamente o exercício do poder, deixando à margem os intermediários porventura existentes e os pouco convincentes artifícios legais até agora usados pela ditadura. Muitas outras contradições, inclusive as que se relacionam com a aviação embarcada, podem crescer violentamente.

São estas circunstâncias que impelem a choques e atritos, particularmente entre os grupos fascistas em luta pelo controle do poder e preocupados com a disputa sucessória. As possibilidades de um golpe dentro do golpe, como saída eventual para as dificuldades da ditadura, não podem ser descartadas. A América Latina é pródiga em tais situações, e não é improvável uma repetição à brasileira do que sucedeu na Argentina, sacudida por sucessivas crises militares após a queda e prisão de Frondizi pelos “gorilas” criolos. O mínimo que se pode esperar é que o Brasil não fuja à regra latino-americana, mantendo-se dentro dos clássicos padrões de uma republiqueta sob a tutela indesejável das forças armadas.

Para esse trágico destino, a ditadura atual preparou o terreno, tornando-se credora da maior impopularidade de que um governo já fez praça no Brasil. O descontentamento lavra em todas as camadas dentro do país, a começar pela classe operária. Os trabalhadores sofrem com o desemprego, cujas causas são agravadas, cada dia que passa, sob o guante da ditadura. O peso das dificuldades atuais é transferido para os ombros dos que alugam sua força de trabalho, mercê da nefasta política salarial do governo. E, sem sindicatos

(impedidos de realizarem eleições livres, em consequência de arbitrária intervenção governamental), os assalariados são privados dos seus tradicionais meios de defesa reivindicatória.

Os camponeses, cuja miserável situação não se modificou (e não se modificará sem a reforma agrária que lhes dê a terra e institua novas relações de produção no campo), são perseguidos e massacrados em sua luta de vida e morte contra o latifúndio. E não têm a menor dúvida de que o governo atual é seu pior inimigo e o melhor protetor dos latifundiários.

As classes médias, enganadas com as promessas dos golpistas, vêem que não têm mais liberdade e que seu padrão de vida foi reduzido a um nível ínfimo.

As donas-de-casa sentem-se mais sacrificadas, e muitas das que participaram nas chamadas “marchas da família com Deus pela liberdade” * têm agora certeza do logro em que caíram.

Intelectuais, cientistas, professores, estudantes, artistas, homens de profissões liberais (o setor da “intelligentsia” do país mais em evidência) são vergastados aos golpes de chicote do terrorismo cultural e ideológico, e buscam o exílio. Ou então, amargam nos IPMS (a cargo de militares boçais) o usarem o pensamento e se devotarem aos livros, à pesquisa científica e ao estudo.

Tendo chegado a esse ponto, a atual ditadura tornou mais fundo o fosso que a separa do povo brasileiro. O pior para ela não é a falta de apoio da classe operária, que nunca aceitou o golpe e só tinha motivos para temê-lo. A encruzilhada para a ditadura está em que as classes médias, logradas, lhe retiraram a confiança. Avaliando mal a situação, alguns setores opostos à ditadura ainda a julgavam uma ditadura à moda pequeno-burguesa ou apoiada na pequena burguesia. Acontece, entretanto, exatamente o contrário. Se não fosse demasiado perigoso entrar pelo terreno da analogia histórica, tornarse-ia muito mais adequado — por sua trajetória — comparar a atual ditadura brasileira à reação termidoriana, reação da burguesia mais conservadora que substituiu e reprimiu violentamente, no curso da Revolução Francesa, o governo de Robespierre (favorável ao povo).

O fato é que os homens da atual ditadura militar fascista não encarnam nenhuma das aspirações das classes médias brasileiras. Curvam-se, ao invés, aos interesses alienígenas. Servem às pretensões dos grupos burgueses mais conservadores e defendem os privilégios dos piores setores do latifúndio, o que os compromete com o entre-

* A 19 de março de 1964 realizou-se em São Paulo uma marcha, organizada pelas forças interessadas na deposição de João Goulart, da qual participaram muitas donas-de-casa cujo principal objetivo era protestar contra a alta do custo-de-vida.

guismo e a reação mais odiosa. É isto o que no plano interno torna a ditadura um poder feroz, apoiado na força das armas, mas resvalando incessantemente para o caos, pela inépcia, a brutalidade contra o povo e a subserviência ao capital estrangeiro.

No plano internacional, a ditadura não conseguiu “explicar” o golpe de abril, que para a maioria dos países não tem outro significado senão o de um retrocesso e de uma manifestação temporã do militarismo latino-americano, atrelado à tese da ocidentalização pregada pelo Pentágono, Departamento de Estado e círculos dirigentes norte-americanos. O Brasil adquiriu a antipatia de governos liberais como o do Uruguai e o do México e, pelas suas posições políticas, é censurado, combatido e malquisto pelas forças populares e nacionalistas da América Latina, tendo perdido qualquer possibilidade de liderança nessa parte do Continente.

A ditadura reduziu a política externa brasileira a uma sucursal da política externa dos EUA e, nesse sentido, perdeu qualquer resquício de independência, tendo rompido relações com Cuba. Orientando-se pela geopolítica, doutrina que deu origem ao nazismo e ao fascismo, e que serve de base à atual política externa do Itamaraty, o Brasil desempenhou um papel ridículo, pressionando o Uruguai, invadindo suas fronteiras e interferindo em seus negócios internos, na vã tentativa de fazer calar os exilados brasileiros. Em vez de ganhar terreno, porém, encontra a repulsa do povo e governo uruguaios, particularmente daquele povo irmão, que reage nobre e dignamente em favor de sua soberania e do seu direito à autodeterminação.

Violando as normas do Direito Internacional, como no recente caso da interrupção da viagem de Peron e sua prisão, quando em trânsito pelo Rio de Janeiro, a atual ditadura logrou atrair para o Brasil o ódio e as críticas do povo argentino e, no terreno diplomático, a desaprovação até mesmo da Espanha franquista.

O Brasil, com a ditadura que o domina, transformou-se, como é voz corrente, no “capanga do hemisfério”, executando ordens e recados de governos de outros países latino-americanos, temerosos de praticarem diretamente tais infâmias diante de seus próprios povos. O perigo maior é que o exercício ilícito da “capangagem” por um país subdesenvolvido no Hemisfério o impele compulsoriamente à condição de “dedo-duro” da América Latina, a uma espécie de “casaca-de-couro” ou “mata-cachorro” dos EUA.

É isto que melhor serve aos propósitos do imperialismo norte-americano, desejoso de contar com um “pau-mandado” para interferir nos assuntos internos dos países latino-americanos e completar, assim, seus planos de submissão da América Latina.

Impopular no país, em particular ante a classe operária e as classes médias, e desacreditada no conceito internacional, a atual ditadura — à mercê dos choques e conflitos internos e sujeita à eventualidade de um golpe dentro do golpe — não pode deixar de enfrentar dificuldades em sua trajetória. Seu objetivo consiste, por isso, em tentar consolidar definitivamente e ampliar seu poder repressivo, e, ao mesmo tempo, evitar o ascenso do movimento de massas em potencial, cujos alicerces estão nas forças populares nacionalistas.

O empenho dos “gorilas” em repetir com insistência que “não voltaremos à situação anterior” e que “o comunismo não voltará a levantar a cabeça”, significa da parte dos golpistas o temor pela restauração das liberdades democráticas e a falta de confiança no futuro da ditadura.

Não será de modo próprio que os “gorilas” cederão à normalidade constitucional e democrática.

Um tal resultado só se tornará possível com a derrota da ditadura e por imposição das forças que em frente única lhe dão combate.

Um dos pontos mais importantes na evolução deste quadro é o das eleições. O golpe de abril adiou as eleições e prorrogou o mandato do Presidente, dolosamente escolhido por um Parlamento subserviente e atemorizado.

Postergando o pleito sucessório de 1965, os golpistas e o Parlamento (por força de sua sabujice) apareceram identificados com a mesma idéia de não permitir a livre consulta ao povo. Os interesses mais escusos das classes dominantes, que os golpistas e o Parlamento representam, não teriam melhor defesa do que o adiamento das eleições, mesmo com todos os vícios do sistema eleitoral brasileiro e seu caráter discriminatório contra os comunistas (que não podem ser votados), e contra as grandes massas camponesas (na maior parte analfabetas e, por isso, impedidas de votar).

Os fatos históricos demonstram que o temor das classes dominantes é a eleição de um líder popular à Presidência da República. É isto que até hoje tem levado a reação no Brasil às mais absurdas teses e constitui o fundamento jurídico e prático do golpismo brasileiro. Uma dessas teses foi a maioria absoluta, tentada inúmeras vezes sem resultado e, finalmente, imposta com o golpe de 1.º de abril. A recusa à posse dos eleitos, e o número de vezes que já agitou a opinião pública e deu origem a golpes e conspirações, é outro sintoma do estado de espírito da reação. E ainda há o exemplo de João Goulart, único líder popular eleito pelo povo e levado à Presidência através de um vasto movimento de frente única de massas, após a renúncia de Jânio. Ainda que pertencente aos quadros da burguesia, Jango foi deposto pelo golpe de 1.º de abril.

Eis aí fatos concretos que dispensam maiores observações sobre a natureza das eleições no Brasil e a tão apregoada validade e respeitabilidade da democracia representativa.

Os preparativos eleitorais assustam os golpistas pelas inevitáveis brechas que abrem no sistema da ditadura, ensejando campanhas de esclarecimento do povo e o uso das liberdades democráticas. É de esperar que reduzam ao mínimo tais possibilidades, de que procurem, mesmo inutilmente, obter compromissos para o candidato único, ou estudem outras saídas reacionárias para conter o ímpeto das massas sacrificadas pelo regime ditatorial. Porque, com eleições livres, elas serão derrotados. Uma evolução desfavorável à ditadura no campo eleitoral levá-la-á, obviamente, a um tão grande número de restrições, que as eleições serão reduzidas a menos de uma farsa, se não tiverem que ser novamente adiadas ou mesmo suprimidas.

Uma farsa eleitoral no Brasil não é improvável, pois este é o lugar comum na América Latina. Edwin Lieuwen, no estudo anteriormente mencionado, já havia retratado situações idênticas. Diz ele:

“Os governos militares predatórios só se puderam manter no poder com métodos tirânicos. Organizaram, por isso, polícias secretas, ostensivamente com o objetivo de “impor a lei”, mas, na realidade, para estrangular a oposição. Embora tais métodos fossem evidentemente contrários à liberdade e à democracia, o expediente político levou os militares a colocar seu despotismo por trás de uma fachada constitucional. Todas as constituições latino-americanas sancionam a declaração de um estado de sítio, em momentos de grave emergência nacional, tornando perfeitamente legal a suspensão “temporária” dos direitos constitucionais. Nessas condições, e depois de suprimidos todos os partidos e candidatos potencialmente rivais, o ditador militar pode ser eleito “democraticamente”, sem oposição.”

O caminho para a farsa já está aberto. Os candidatos rivais tiveram seus direitos políticos cassados, outros possíveis rivais, eleitos governadores estaduais quando vigorava a democracia, foram presos, depostos, submetidos a IPMs ou afastados por intervenção federal, e os mesmos recursos podem ser empregados contra os que se apresentarem como candidatos de oposição. A recente lei das inelegibilidades é um exemplo.

Em caso de derrota eleitoral, ainda restará à ditadura impedir a posse do eleito — arma cujo emprego as classes dominantes sistematicamente vêm reclamando no país como preço para admitir as eleições. O regime militar fascista imperante entre nós não terá o menor escrúpulo em seguir tal caminho, eis que os militares responsáveis pela ditadura estão identificados com as forças sociais em decadência, e têm uma obsessão doentia — deter a marcha ascensional das esquerdas.

O tremendo desgaste a que está submetida a ditadura leva, entretanto, outros grupos comprometidos com ela a se lançarem à campanha eleitoral, fingindo-se de oposição, e ensaiando a defesa de teses nacionalistas (caso da HANNA e da política entreguista de minérios do governo). Pretendem canalizar em seu favor o descontentamento popular, ainda que se apresentem como intérpretes da verdadeira ditadura (pois a atual é dada como fracassada). Ao mesmo tempo visam a sensibilizar o eleitorado ganho pelas idéias nacionalistas e afeito à luta pelas reformas de base, eleitorado cujos líderes tiveram seus direitos cassados ou se encontram no exílio.

Para os grupos que adotam este procedimento, embora ligados à ditadura e com livre trânsito dentro dela, o caminho escolhido não é isento de perigos, uma vez que, no torvelinho da política de força, é normal que as facções militares (ou apoiadas nos militares) se entredevorem impiedosamente.

Eleições sob a ditadura, com exclusão da participação dos que foram esbulhados por 10 anos de seus direitos políticos, sem garantia dos direitos individuais, ou sem liberdade de ação para as forças populares e nacionalistas, significa sancionar o caminho da consolidação do poder das classes mais retrógradas que dirigem o país e tentar barrar o avanço das massas em busca da independência em relação aos EUA, e em direção ao progresso e à paz.

Em 1945 as classes dominantes encontraram uma saída, com a liberalização da ditadura do Estado Novo, que decretou a anistia a todos os presos políticos e marcou eleições livres para a Assembléia Constituinte, com a participação dos comunistas, então sobrevivendo à legalidade. Mas este caminho foi fruto de fatores internos e externos que pressionaram a ditadura. Um fator decisivo, de caráter externo, resultou não de um desenvolvimento pacífico, mas de um fenômeno de extrema violência, qual seja a Segunda Guerra Mundial, em que o nazi-fascismo foi levado a uma esmagadora derrota. A liberalização da ditadura não poderia repetir-se hoje no Brasil com a atual ditadura militar fascista. Em vez da guerra mundial, que irrompeu em virtude da violência do nazi-fascismo, tivemos, em contrapartida, o emprego da violência pelos golpistas, em plano interno, e a vitória do fascismo militar brasileiro. Sem a superveniência de fatores violentos, como resposta à violência dos golpistas, é pouco provável que a atual ditadura brasileira enverede pelo terreno da liberalização e queira submeter-se ao teste das eleições livres, ou mesmo a uma prova eleitoral, sem garantias de uma vitória certa (e pré-fabricada) contra seus opositores.

A ditadura deve ser derrotada. E o único meio para a reconquista da democracia, ou melhor, para a conquista de uma democracia em

consonância com a realidade econômica e social brasileira, é a luta de massas com as forças populares e nacionalistas à frente.

Os rumos da ditadura, derivados de suas próprias contingências, não preannunciarão jamais um benefício para as grandes massas, e será ilusório esperar que das contradições entre os golpistas, ou dos conflitos por eles gerados, venham a surgir melhores resultados, a não ser com a interferência maciça e atuante das forças populares e nacionalistas.

O Papel das Forças Populares e Nacionalistas

O principal inimigo interno do povo brasileiro é a atual ditadura. Por intermédio dessa ditadura age o imperialismo norte-americano e os latifundiários defendem seus privilégios.

Não há outro caminho para nosso povo senão a luta de massas contra seu principal inimigo interno, isto é, a ditadura.

Mas, no que diz respeito a esta luta, há duas opções. Uma dessas concepções vê a ditadura dividida por contradições e prefere concentrar o fogo na “linha dura”, para evitar um mal maior. Segue o método de apoio às declarações do chefe do Poder Executivo, supostamente favoráveis ao respeito constitucional. E que, com a realização das eleições, a ditadura seja derrotada e expulsa. Partilham desta concepção setores burgueses democráticos opostos à ditadura.

A falha deste método de luta é que dá primazia às contradições entre eles e não vê que, malgrado as divergências no interior da ditadura, o Poder Executivo e a “linha dura” estão unidos nas questões de que depende, em última análise, a sorte da aventura de 1.º de abril. O que prova que jamais chegaremos à normalidade constitucional pela via dos conflitos mais ou menos graves entre “gorilas”. O Executivo é simplesmente o mandatário da “linha dura”. Os exemplos a respeito são muitos, e o mais recente — o da intervenção em Goiás — serviu para mostrar a inutilidade da confiança nas declarações do Poder Executivo de fidelidade e submissão à lei.

A outra concepção enfrenta a situação de maneira realista. As contradições devem ser encaradas sob o ponto de vista do alargamento das brechas entre os golpistas. Mas o fim que se deve ter em mira é derrotar a ditadura, e nunca o apoio a uma de suas alas para que se consolide em troca do retorno à democracia (o que, na verdade, só traria a institucionalização do golpe).

Não alimentando ilusões numa “ala branda” da ditadura, esta outra concepção é a que está em consonância com a natureza das forças populares e nacionalistas e os objetivos de sua luta.

A estas forças interessa o desmascaramento da ditadura, tomada como realmente é — uma ditadura militar-fascista — ainda que

revestida de aparências legais, e não como meia ditadura ou ditadura de centro-direita, conforme pretendem alguns setores de opinião, esperançosos numa normalidade constitucional através da derrota da "linha dura".

Em matéria de violência e ilegalidade, a atual ditadura chegou ao máximo. Que se pode esperar mais? A única coisa que resta é que os golpistas se cansem de tanta farsa e renunciem às aparências legais, agindo às escâncaras. Mas mesmo isto é para eles o passo mais arriscado, não totalmente em face da opinião pública interna, mas por causa das repercussões no estrangeiro. Como explicar que a *abrilada* veio em favor da democracia se, além da imprensa popular e nacionalista já proibida, a imprensa burguesa de oposição for suspensa ou censurada abertamente, o Parlamento fechado e a justiça regular substituída por tribunais especiais? Como legalizar a entrega do país aos trustes e monopólios norte-americanos? Como legalizar os acordos de lesa-pátria concluídos e a serem concluídos com os EUA? Os próprios círculos dirigentes estadunidenses não exigiram que a compra da AMFORP fosse legalizada pelo Parlamento?

A luta contra a atual ditadura, para ser correta e capaz de mobilizar amplas massas, tem que começar pela denúncia do caráter militar-fascista do governo e do seu empenho em fingir respeito à legalidade, como o gato escondido com o rabo de fora.

O conteúdo desta luta é de oposição popular e de combate cerrado à ditadura. E somente com este conteúdo a luta das forças populares e nacionalistas terá êxito.

São muitas as forças que têm interesse na luta contra a ditadura. Há, porém, entre elas, diversidade de objetivos, de programa, de tática, de formas de luta e organização. Não se pode esperar que tais forças renunciem ao seu próprio modo de existir, a fim de que se unam na luta contra o principal inimigo interno de nosso povo. Mas, através do diálogo e no processo da luta, elas chegarão à unidade em torno de pontos comuns.

O que se pode considerar como questão central é o problema das liberdades democráticas. O sistema político brasileiro atual deve deixar de ser uma ditadura para ser uma democracia, onde imperem as liberdades públicas e seja feita uma abertura para o progresso.

Para as forças populares e nacionalistas não é difícil concluir pela impossibilidade de chegar a este objetivo sem a substituição do atual governo por outro diferente, estruturado em bases diversas, com propósitos e finalidades definidas pela composição de frente única que lançar por terra a ditadura.

Com outro governo, que não a ditadura, surgem as condições para a solução dos problemas imediatos de nosso povo.

Estes problemas consistem num conjunto que pode ser resumido em poucas linhas: revogar o Ato Institucional e declarar nulas as cassações de mandatos, demissões, reformas e outras punições, todas elas destituídas de fundamento legal; anistia, com a liberdade de todos os presos políticos e a volta dos exilados; cessação da intervenção nos sindicatos, eleições sindicais livres, abolição de qualquer tutela do Ministério do Trabalho; revogação das medidas destinadas à anulação de conquistas sociais; cessar as perseguições e caçadas aos camponeses e o seu massacre ou de suas famílias; revogação das leis e decretos de inspiração do Ministério da Educação contra os interesses dos estudantes; cessar as perseguições aos intelectuais; liberdade à vida intelectual, à criação artística, à pesquisa científica e à atividade editorial; respeito à consciência religiosa e nenhuma subordinação da religião ao Estado e vice-versa; revogação das medidas pró-imperialismo norte-americano ou destinadas ao enfraquecimento e liquidação do monopólio estatal; revogação das medidas econômico-financeiras que favorecem o Fundo Monetário Internacional, agravam a inflação e a carestia e paralisam o desenvolvimento econômico do país; impedir a transferência para o exterior dos principais centros de decisão da economia; determinar a caducidade das concessões conferidas a estrangeiros e não permitir qualquer concessão ou autorização nova; defender a indústria nacional e aplicar uma política externa nacionalista e independente; suspensão de todas as leis e decretos que favorecem o despejo e prejudicam os inquilinos e o direito de morar; redemocratização da vida política brasileira.

As forças da frente única empenhadas na luta contra a ditadura deverão travar o diálogo para a formulação do processo de redemocratização.

A Constituição de 1946 não assegura realmente uma democracia imune aos ataques do golpismo e do fascismo. E isto porque ela se destina a garantir o poder econômico das classes retrógradas e o antigo sistema de propriedade, não permitindo qualquer reforma agrária, ou redistribuição da terra, e, muito menos, a modificação das relações de produção no campo. O caráter retrógrado da Constituição de 1946, neste particular, reflete a fraqueza do movimento camponês à época em que ela foi elaborada. Mas seria um erro imperdoável, uma vez derrotada a ditadura atual, prosseguir aceitando que o camponês brasileiro continue marginalizado, sem direito a possuir um pedaço de terra, sem direito ao trabalho e às vantagens de que já goza o trabalhador da cidade e sem nem ao menos poder votar, reduzido à humilhante condição de analfabeto.

Ademais, negando o direito de voto aos analfabetos e aos praças, e servindo de escudo às classes dominantes para negar a legalidade aos comunistas e ao seu partido, impedidos de serem votados, a

Constituição de 1946 elimina as possibilidades de existência de uma democracia brasileira a que sejam incorporadas as grandes massas.

As condições em que lutamos pela democracia agora são outras, e a própria vigência da ditadura atual obrigou as forças populares e nacionalistas à reformulação de inúmeras questões. É um contra-senso esperar que, após o emprego da violência pelos golpistas e a subversão que eles realizaram, as forças mais conscientes em luta contra a ditadura viessem a propor pura e simplesmente o retorno à situação anterior, a volta àquela democracia mal protegida, tímida ante os direitos das grandes massas, impiedosa para com os camponeses brasileiros.

Estamos mais de acordo com a maneira com que Togliatti enfrenta o problema, no seu “pro memoria” de Ialta, a que já nos referimos em capítulo anterior. Eis o que diz Togliatti:

“A luta pela democracia assume, neste quadro, um conteúdo diferente do que tinha até agora, mais concreto, mais ligado à realidade da vida econômica e social. A programação capitalista é, de fato, sempre ligada a tendências antidemocráticas e autoritárias, às quais é preciso opor a adoção de um método democrático também na direção da vida econômica.”

As premissas para o estabelecimento do futuro do país e seu destino democrático são condicionadas pela natureza da frente única de combate à ditadura. Trata-se, pelo seu conteúdo, da frente única antitadadura.

É uma frente única de vasta amplitude de massas. Pela sua composição de classe, exige a participação da burguesia nacional e da pequena-burguesia, como dos operários e camponeses, além de quaisquer setores das classes proprietárias, em oposição à ditadura no momento atual.

Do ponto de vista político, não exclui a participação de nenhuma força e de nenhum partido, alas, agrupamentos ou setores que dêem combate à *abrilada* e ao governo.

Até mesmo se dará que, por certo tempo, suas forças ajam em separado, cada qual por seu lado, ainda que tacitamente marchando em perseguição de fins idênticos.

Afora as questões comuns relacionadas com a redemocratização do país e outros objetivos imediatos, divergências e pontos de vista opostos podem surgir, e surgirão por certo, nessa frente única.

O caminho atual, porém, visto sob o ângulo da mobilização de massas, será o do trabalho tenaz pela constituição da frente única antitadadura. As forças populares e nacionalistas aí terão um papel importante, e deverão sobretudo estribar-se numa sólida aliança do

proletariado com a pequena-burguesia urbana e rural, cabeça-de-ponte do fortalecimento e expansão da aliança de operários e camponeses.

É preciso trabalhar intensamente no campo, com as massas rurais — o calcanhar de Aquiles da revolução brasileira — e, por toda parte, dedicar atenção aos problemas da pequena-burguesia.

O futuro próximo do país, em essência, está em saber para que lado se inclinará a pequena-burguesia. E nada será conseguido no sentido do avanço das forças populares e nacionalistas se a pequena-burguesia não se decidir pela justiça da posição em que se coloca o proletariado. O fato é que o país não pode ficar sob a ditadura. E, uma vez que seja esta substituída, não deve recair necessariamente num setor da burguesia — e por sinal o mais vacilante — a hegemonia na condução do processo democrático.

Quanto mais e com quanto maior independência e iniciativa agirem agora as forças populares e nacionalistas, quanto maiores serão as possibilidades de manter sua influência no ulterior desenvolvimento democrático brasileiro e até mesmo de garantir desde o primeiro momento sua participação no novo governo.

É evidente que estaremos em face apenas de determinadas possibilidades no futuro, mas cumpre trabalhar pela conquista da hegemonia para as nossas forças.

As forças populares e nacionalistas não são forças de contenção da luta. São forças atuantes, imbuídas de impulso revolucionário. Seu grande ponto de apoio é o trabalho de base, onde se destaca o esforço pela organização e pelo abandono das ilusões dos que pensam que é melhor confiar na liderança da burguesia. A frente única antiditadura é uma necessidade imperiosa, mas jamais um instrumento para impor a passividade das massas, para conversações ou debates acadêmicos na cúpula e a subordinação das forças populares e nacionalistas aos interesses políticos e ideológicos da burguesia nacional.

É impossível rejeitar a aliança com a burguesia nacional, mas também não se pode cruzar os braços e render-se à sua vontade e discricção. O caráter agressivo e a rusticidade da luta contra a ditadura, a pertinácia, a vigilância, a decisão e a firmeza não virão das forças da burguesia nacional e sim das forças populares e nacionalistas.

Estas forças são decisivas dentro da frente única antiditadura, para que possa desenvolver-se a resistência de massas, como forma de luta geral do povo brasileiro.

E, na verdade, o que está havendo por todo o país é uma luta de resistência, que atinge a todas as classes e camadas sociais descontentes e insatisfeitas, e que mobiliza setores variados da população. Esta luta de resistência surgiu das condições internas do país, em

que a vitória do golpe se produziu sem que para isto tivesse sido disparado um só tiro.

Juntamente com todas as forças antigolpistas, as forças populares e nacionalistas foram derrotadas, mas não capitularam. A capitulação ocorreu com os setores burgueses que dispunham de meios para resistir e preferiram ceder aos golpistas para evitar o choque violento e, com ele, a possibilidade de uma vitória das massas, pela ascensão das esquerdas ao poder.

O porquê da situação concreta que levou a decisão da luta contra o golpe a depender exclusivamente de um determinado setor burguês é assunto relacionado com as ilusões da liderança revolucionária na liderança da burguesia nacional.

Mas o que interessa para a luta de resistência é constatar que, não tendo capitulado, as forças populares e nacionalistas foram obrigadas a recuar.

Empreendendo, porém, a retirada, e passando à defensiva, não quer dizer que cessem de fustigar o inimigo e deixem de organizar a resistência. Contra-ataques e ações parciais de resistência tornam-se, assim, possíveis e mesmo necessárias.

No essencial, a frente de resistência se movimenta em todo o país. Resistem os sindicatos ou os sindicalizados, lutando por eleições sindicais livres e por seus direitos. Resistem os camponeses com o aparecimento dos líderes camponeses locais, em sua movimentação pelo interior, levantando bandeiras reivindicatórias, fugindo às perseguições dos militares e das forças policiais. Resistem os estudantes, defendendo suas organizações e o direito de participarem da vida política do país. Resistem os intelectuais, enfrentando com altivez os IPMs e desmascarando o caráter anticultural e terrorista da ditadura militar-fascista. Resistem as donas-de-casa e, em geral, as mulheres que se recusam a colaborar com a ditadura e os golpistas ou censuram o governo pelo aumento espantoso da carestia, e fazem o trabalho de solidariedade aos presos e suas famílias, aos perseguidos políticos e aos exilados. Resistem os presos torturados nas marmorras do DOPS e do CENIMAR * e em quantas enxovias ou porões existem no Brasil, sob a guarda pouco honrosa de carcereiros e espancadores militares, agora transformados em capitães-de-mato. Resiste uma parte da imprensa e, com ela, o que há de melhor no plano individual do jornalismo brasileiro, denunciando a ditadura e dando alento a todos os lutadores. Resistem, finalmente, os comunistas, os socialistas, os trabalhistas, os católicos e, em suma, todas as demais forças cujos líderes foram presos, punidos ou exilados em consequência da ditadura.

* CENIMAR: Centro de Informações da Marinha.

Onde quer que surja a luta de resistência, é ela saudada com satisfação e, por toda parte, encontra apoio, solidariedade e simpatia.

Dessa resistência se alimenta a oposição popular.

Por sua vez, a luta de resistência dos exilados brasileiros se desenvolve com o apoio dos povos que amam a democracia e se solidarizam com o povo do Brasil empenhado em dar combate à ditadura.

O que está em jogo, portanto, é a utilização, na mais ampla escala possível, de formas de luta de resistência de massas.

A ditadura surgiu da violência empregada pelos golpistas contra a nação, e não pode esperar menos do que a violência por parte do povo para enfrentar os crimes cometidos pelo governo e os militares em detrimento da condição humana e dos interesses nacionais.

As forças populares e nacionalistas, e entre elas os comunistas, declararam no passado, repetidas vezes, que a violência dos golpistas seria respondida com a violência. Mas, por inadvertência de todos, estas declarações ficaram em palavras e não foram acompanhadas por atos. O golpe foi afinal desencadeado pela força das armas e não encontrou nenhuma resistência, pois nada estava preparado, e a perplexidade se propagou entre os que deviam se opor ao atentado. Mas violência gera violência, e estamos diante dela.

É um fato objetivo o aparecimento de formas de luta individuais. Há os que acreditam no heroísmo pessoal e se louvam na eficácia da ação de pequenos grupos de homens. A ditadura é a única responsável pela irrupção de tais métodos de luta. Eis que, pelo menos, se torna necessário usar do direito elementar de defesa — a faculdade de reagir ante a baixezça, a ignomínia e o abuso do governo e seus sustentáculos, que matam, espancam, levam ao suicídio, perseguem e humilham cidadãos, na maior e mais sórdida das tropelias já praticadas contra o povo brasileiro.

Em conseqüência, a realidade sócio-econômica brasileira poderá levar ao aparecimento de guerrilhas e outras formas de luta surgidas da experiência das massas. É importante ter em conta tais formas de luta ao organizar a luta de resistência e ao levar avante a frente única antiditadura, o que, mesmo partindo do nada, pode fazer crescer a caudal subterrânea e chegar ao objetivo imediato — a derrota da ditadura.

E para isso não importam os prazos, pois se trata de realizar uma luta revolucionária de massas, extensa e profunda.

Nenhuma possibilidade legal pode ser desprezada, desde os entendimentos pela cúpula à luta jurídica ou à luta de caráter humano pela solidariedade aos presos políticos e suas famílias, aos perseguidos

políticos e exilados, luta que tem uma importância imensa e que jamais pode ser relegada a segundo plano.

Mas é evidente que a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade, depois do emprego da violência pelos inimigos do povo.

A revolução cubana é um exemplo ilustrativo de que na América Latina ou, pelo menos, em muitos países latino-americanos nada há a esperar de uma via pacífica para a conquista da independência ou do progresso social. As eleições são apenas um termômetro para as classes dominantes aquilatarem o grau de consciência do povo. E, a fim de impedir uma solução definitiva a favor das massas, por meios legais e constitucionais, as elites não vacilam: empregam a violência e vão ao estado de sítio, quando não ao golpe. Sem que o povo organize sua própria força e sem que disponha de seus próprios recursos (desde a autodefesa de massas à sua organização armada), sem admitir a possibilidade de insurreição popular, somente com base na confiança em relação à capacidade dirigente de setores burgueses interessados em reformas, é impossível libertar o povo.

A lição da experiência de Cuba não está em localizar as nossas "sierras maestras" ou em produzir cópias de situações, mas em saber apreciar a validade das teses táticas e princípios revolucionários postos em ação para decidir a vitória de um povo como o cubano. Teses táticas e princípios que sempre assumem características próprias, quando aplicados à realidade concreta deste ou daquele país da América Latina. E não será difícil vir a compreender as razões da vitória do povo cubano e do acerto da posição de Fidel Castro e seus companheiros.

O futuro do Brasil pertence ao socialismo. Então as fontes de riquezas serão estatizadas e novas relações de produção entrarão em harmonia com as forças produtivas. E será eliminada a farsa de uma liberdade que para as elites tem plena expansão e para as massas apenas o significado de um mito.

As forças populares e nacionalistas constituem hoje, na medida da intensidade e consequência de sua ação contra a ditadura, o grande ponto de apoio para este desejado futuro. E, dentro das forças populares e nacionalistas, os comunistas, com seu partido, que deve ser unido, combativo, revolucionário, preparado política e ideologicamente para enfrentar as situações.

A Nova Geração e a Liderança Marxista

As gerações de brasileiros nascidos no período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial passaram pela experiência do fascismo e do nazismo, viram o surgimento do integralismo e do Estado Novo

em nosso país e conheceram os efeitos da Segunda Guerra Mundial. As gerações nascidas no período imediatamente posterior, passaram por outra experiência. Não viram o nazi-fascismo nem sofreram suas conseqüências diretas. Sua experiência é a da influência da guerra fria, dos tremendos embates da coexistência pacífica e suas controvérsias, agravadas pela disputa nuclear.

Nesse novo período, após a Segunda Guerra Mundial, o marxismo reafirmou-se como teoria social. Desenvolveu-se, estendeu-se e penetrou em larga escala entre a nova geração.

Em 1957 surgiu a “Declaração de Moscou”, formulação programática dos problemas do movimento comunista e operário internacional, logo seguida da “Declaração de 1960”. Como que numa réplica a estes grandes documentos marxistas, a Igreja surgiu em campo com a “Mater et Magistra”, onde formula seu pensamento em face dos rumos da época contemporânea.

A nova geração não pôde, como não pode, fugir ao confronto ideológico dos dias de hoje, e sua insatisfação traduz-se na ação e na busca de novos caminhos para a liberdade, a redenção, o progresso social e material, e a satisfação das necessidades e exigências culturais. O papel do marxismo tem sido imenso na pesquisa e na atividade prática da nova geração, no terreno político e social. O marxismo, com sua experiência de mais de um século de aplicação à realidade, comprovou seu acerto pela prática.

A comprovação dessa grandiosa experiência transformou-o no marxismo dos dias de hoje, no marxismo da época contemporânea, teoria que prossegue sendo a grande e poderosa força do proletariado e das grandes massas em sua luta por toda a parte, e onde quer que se manifeste o domínio do capitalismo ou se façam sentir os efeitos nefastos do jugo do imperialismo. O marxismo dos dias de hoje é o marxismo-leninismo em sua expressão teórico-tática mais completa, já agora incorporado com os resultados teóricos e práticos da vitória da revolução e do comunismo em países da Europa, Ásia, África e América Latina, totalizando uma população de mais de um bilhão de pessoas.

A nova geração de brasileiros viu mais recentemente na Revolução Cubana uma prova da afirmação do marxismo-leninismo dos dias atuais, e isso não pode deixar de produzir efeitos e conseqüências entre nós.

Uma dessas conseqüências é a maneira atenta pela qual é observada a liderança marxista ante a condução e o encaminhamento das soluções exigidas pelos problemas brasileiros.

Tais soluções interessam sobretudo às novas gerações, que não somente acompanham a vida política de hoje no país, mas dela parti-

cipam — vítimas das mesmas trágicas conseqüências impostas à nação pelo golpe dos “gorilas”.

Em face da nova situação, novas questões foram trazidas à luz, desafiando a liderança marxista e chamando à luta as novas gerações. As premissas destas novas questões, entretanto, já haviam sido postas em causa desde a época da ascensão do fascismo.

Em 1935 desencadeou-se a insurreição militar dirigida pelo Partido Comunista e a Aliança Nacional Libertadora. Esta insurreição teve um nítido sentido de luta contra o fascismo — e, por isso mesmo, se tornou necessária — ao mesmo tempo que significou o levantamento do protesto do povo brasileiro contra a ação e o domínio do imperialismo em nosso país.

À derrota da insurreição de 1935 seguiu-se a implantação do Estado Novo, de feição fascista, que sobreviveu no país até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o nazi-fascismo foi derrotado. Daí por diante, uma sucessão de golpes e de ameaças golpistas tem perturbado a marcha da democracia, imprimindo à vida política brasileira a característica de uma instabilidade crônica. No desenrolar desses acontecimentos, os comunistas constituíram-se no alvo preferido dos ataques reacionários. A legalidade de seu partido não durou mais que um ano e uns meses, sendo o seu registro cassado em 1947. Seus representantes foram em seguida expulsos do Parlamento, e até hoje se proíbe aos comunistas o direito de serem votados. No fundo do ataque e do combate incessante aos comunistas, o que se quer mesmo é atingir a liberdade — os direitos fundamentais do homem e as franquias constitucionais.

Por fim, a nova geração conheceu a experiência da *abrilada* e suas conseqüências: a suspensão das garantias individuais, o terror ideológico e cultural (que pôs juntos no mesmo campo de luta os comunistas e os católicos liderados por Alceu de Amoroso Lima), a entrega do país aos norte-americanos, o estabelecimento da ditadura e, em suma, uma espécie de reedição do Estado Novo — com o Ato Institucional redigido pelo mesmo fascista que elaborou a Constituição de 1937.*

A constante em todos esses momentos tem sido o papel das forças armadas agindo contra o povo e contra as liberdades. A exceção gritante foi somente em 1955, quando do 11 de novembro. O então general Lott, na função de Ministro da Guerra, chefiou o contragolpe e defendeu a Carta Magna, assegurando a posse do Presidente eleito. A momentânea mudança de correlação de forças favoreceu a democracia, sem que, entretanto, o povo tivesse tido

* O Ato Institucional (n.º 1), de 9 de abril de 1964, foi também redigido pelo jurista Francisco Campos.

maior participação nos acontecimentos. Mesmo nesse caso, ainda que com um desenlace favorável, a decisão da sorte da democracia esteve inteiramente ao arbítrio das forças armadas e de seus chefes eventuais.

Uma análise atenta dos fatos revela, pois, que a lei histórica de evolução da vida política brasileira é a supressão das liberdades pelas forças armadas, através do golpe, sempre que a democracia avança e as massas se aprestam para chegar ao Poder.

A circunstância de que os fatos que conduziram a esta lei histórica se repetem há 30 anos com os mesmos efeitos — depois do aparecimento do proletariado na arena política brasileira — mostra a necessidade de levá-los em conta na situação do país e incorporá-los na apreciação dos rumos para onde se dirigem as forças populares e nacionalistas.

Decorrem daí algumas questões importantes para o modo de agir da liderança marxista.

Primeiro: as forças militares, em seu conjunto, são um instrumento do aparelho de Estado para a repressão permanente da expansão das massas em busca da democracia.

Segundo: é impossível obter a vitória sem organizar independentemente a força do movimento de massas, por meios ideológicos e materiais, e com o emprego de táticas apropriadas — condições indispensáveis à superação do poder repressivo das forças militares.

A análise, ainda que sucinta, do comportamento da liderança revolucionária, e em especial da liderança marxista, no período anterior ao golpe de 1.º de abril, contribuirá para assinalar a validade dessas conclusões.

Adotando, no fundamental, uma linha geral correta, chegamos ao movimento de massas que se desenvolveu sob o governo de Jango e que, sob a bandeira das reformas de base, colocou a nação diante do “Caminho Brasileiro” da Mensagem Presidencial dos idos de março.

Este caminho significava a marcha para as reformas através da pressão pacífica do movimento de massas sobre o Parlamento, por sinal refratário a qualquer mudança de estrutura na base econômica do país. Era um caminho sob a hegemonia da burguesia nacional.

A grande falha deste caminho era a crença na capacidade de direção da burguesia, a dependência da liderança proletária à política efetuada pelo governo de então. A liderança da burguesia nacional é sempre débil e vacilante. Ela é destinada a entrar em colapso e a capitular sempre que do confronto com os inimigos da nação surja a possibilidade da passagem do poder ao controle direto ou imediato das massas.

Continua sendo exato que a aliança com a burguesia nacional é uma necessidade na conjuntura histórica brasileira. Seja como for, porém, torna-se imprescindível travar a batalha pela conquista da hegemonia, sem o que o futuro do movimento de massas estará comprometido.

E o único meio de disputar a hegemonia com a burguesia nacional era exatamente a luta para ganhar as massas na base da vigilância contra o golpe e para a resistência, com ou sem governo, caso se concretizasse a ameaça da reação.

A experiência histórica brasileira ensina, como já foi assinalado, que o inimigo sempre se prepara para interceptar o caminho da democracia, quando percebe o avanço do movimento de massas e sua marcha inexorável para a conquista do poder. Esquecida ou menosprezada a lição desta experiência, estava selada a sorte do governo, que se propunha levar avante reformas de estrutura contra a obstinada oposição das forças retrógradas do país, apoiadas pelos EUA.

A liderança tinha ilusões quanto ao evidente perigo do golpe, denunciando-o várias vezes, embora a isso não se seguissem as medidas capazes de enfrentá-lo. Repetiam-se as advertências de que responderíamos à violência com a violência, de que os golpistas seriam esmagados se levantassem a cabeça, sem que as palavras coincidissem com os atos.

A nenhuma resistência organizada ao golpe de 1.º de abril, exceto a greve geral, foi o resultado mais sensível do erro tático de confiar na capacidade de direção da burguesia, sem o apelo à organização de massas e à ação e vigilância independentes.

A ausência dessas condições levava a liderança a um salto no abismo, pois não lhe facultava uma base de sustentação para o avanço do movimento de massas e não lhe assegurava a retaguarda indispensável para a resistência ante a reação.

A política de conciliação da burguesia chocava-se com as exigências do movimento de massas. À medida, porém, que a burguesia via desmascarada sua política de conciliação, defrontava-se, como sempre, com a alternativa de avançar com as massas ou ser esmagada pelas forças da direita.

A tendência da burguesia é para a capitulação sem resistência ante a direita, salvo se a organização da força de massas estiver em tal nível que possa derrotar o golpe da reação. E, ainda que não o esteja, a tarefa da vanguarda é alertar as massas e procurar prepará-las para enfrentar com luta os acontecimentos previstos. Este o caso da autodefesa de massas, cujo emprego a liderança deixou de recomendar e tornar efetiva, mesmo quando a reação já havia

passado a agir, impedindo comícios, atos públicos e congressos patrocinados pelas forças populares e nacionalistas. E foi num ambiente de completa apatia das forças antigolpistas que as grandes cidades do país assistiram às “marchas da família com Deus pela liberdade”, preparadas e postas em movimento pelos conspiradores do centro e da direita sob a inspiração do fascismo.

O recurso à greve, e somente à greve, em particular à greve geral, sem a aliança operário-camponesa, foi outro erro tático. Leve-se em conta a debilidade do movimento camponês — o ponto fraco da revolução brasileira — e ter-se-á um quadro do prejuízo que significava a insistência em lançar na luta o proletariado sozinho. É fora de dúvida que a mudança de qualidade do movimento de massas só começa a verificar-se quando as massas camponesas passam a agir politicamente, apoiando de maneira consciente as lutas do proletariado nas cidades. Tal mudança, porém, jamais ocorrerá enquanto a liderança revolucionária — e dentro dela a liderança marxista — não se empenhar a fundo em convencer as massas urbanas, e em primeiro lugar o proletariado sindicalizado, da necessidade de um trabalho intenso junto aos camponeses, com o objetivo de despertá-los para a luta política e fazer crescer a luta de classes no campo.

À insuficiência da penetração no campo, alie-se o desprezo pelo trabalho entre a pequena-burguesia, resultado da incompreensão do papel das chamadas classes médias na revolução. As classes médias tornaram-se o alvo que a reação procura mobilizar contra o proletariado, assustando-se com a propagação da tese falsa de que o marxismo é contra todo e qualquer direito de propriedade.

Errada também taticamente era a confiança alimentada no dispositivo militar da burguesia no poder, o que implicava numa subordinação absoluta às diretrizes do governo nesse terreno. A prática mostrou que, antes de preencher uma finalidade nacionalista (a favor do povo e da nação), o dispositivo militar da burguesia no poder está atrelado ao mesmo sistema repressivo das forças armadas, de onde provém, e nada fará para aniquilar a reação e o golpismo num conflito decisivo em que as massas tenham possibilidade de vitória. E foi o que sucedeu em face do golpe de 1.º de abril.

Aos fatores em causa, que contribuíram fundamentalmente para a derrota das forças populares e nacionalistas e para o insucesso da liderança revolucionária, deve-se acrescentar a subestimação do trabalho pela base, substituído quase que exclusivamente pelo trabalho de cúpula. No fundo, era a subestimação da própria massa.

Fazia-se uma apreciação errônea do processo de radicalização política no Brasil, deixando-se de levar em conta que o aparecimento

de grupos radicais pequeno-burgueses de esquerda é um fato objetivo, sintoma do descontentamento provocado pela crise social e a ineficiência da ação dos governantes. O único que se impunha — como recurso tático acertado — era aceitar a realidade e, através de uma análise concreta, denunciar a gravidade da situação, tratando de alertar e preparar as massas para resistir ao desencadeamento da reação e do golpe que viria, como veio. Seria uma atitude revolucionária, de luta, a única, aliás, compatível com o exercício da liderança de massas e a conquista da hegemonia.

A liderança marxista teria aí conseguido a mais completa autoridade, uma vez que apoiada na ação, e a perplexidade seria evitada. O fato é que sem trabalho profundo com as massas, sem preparação política e ideológica, sem clareza sobre os rumos dos acontecimentos, sem a concentração de forças contra a reação, isto é, contra o golpe de direita e o fascismo militar, sem reforçar a vigilância de classe e estimular o espírito revolucionário, torna-se difícil, torna-se mesmo impossível a ação revolucionária ou a revolução.

Havia também falta de clareza e de força (por falta de intensivo e ininterrupto trabalho de base) para levar a termo a frente única e dar desenvolvimento ou consequência à frente de mobilização popular, onde se encontravam os aliados radicais de esquerda e preponderava a confusão.

Fatores novos interferiram na situação internacional — como foi o assassinato de Kennedy — mas não lograram despertar a sensibilidade e a vigilância da liderança para a possibilidade de um levante das direitas. Na verdade, tais acontecimentos eram o sinal para que as forças da reação em todo o mundo e, logicamente, também no Brasil, levantassem a cabeça e tentassem a mudança da correlação de forças, onde quer que fosse possível, ainda mesmo em caráter transitório. Esta é uma circunstância que, de modo geral, continua tendo legitimidade nos dias de hoje, forçando a liderança revolucionária a uma grande vigilância e acuidade.

Havia falta de unidade na liderança revolucionária, o que se explica pela falta de preparo teórico e ideológico. É uma falha tradicional que se revela invariavelmente em face dos acontecimentos de maior envergadura, quando então a liderança se vê a braços com a perplexidade e a surpresa.

A experiência brasileira ensina que no passado, com uma linha stalinista, fomos à derrota, como ainda agora também saímos derrotados aplicando uma linha geral correta, do ponto de vista do marxismo contemporâneo. Isto quer dizer que há uma causa mais profunda na raiz do erro, que não nos permite dar um passo adiante nos momentos decisivos ou de desfecho das crises.

Esta causa é de ordem ideológica e só pode ser superada com o estudo atento dos erros cometidos e a reformulação de inúmeras questões e conceitos situados até agora num plano subjetivista e dogmático e, em geral, de caráter pequeno-burguês ou burguês, e não proletário, como devia ser.

A permanência desse estado de espírito na liderança provocará uma sobrecarga maior de influências ideológicas de fora, dificultando o avanço da revolução.

O mais urgente de tudo é, combatendo a expectativa, tomar a frente da luta de resistência. Autoridade e hegemonia conquistam-se através da luta e, para tal, nada mais oportuno e mais adequado do que a luta de resistência. Seria prejudicial aguardar que os setores da burguesia descontentes com o golpe tomem a si a tarefa de liderar a luta de resistência. Por certo, estes setores da burguesia participarão de tal luta, com o apoio e a simpatia da nação. Aliás, a derrota da ditadura, significando igualmente a derrota do imperialismo norte-americano e das forças internas retrógradas, é do interesse da burguesia nacional que, por isso mesmo, constitui parte integrante da frente única. Mas a luta de resistência, para ser conseqüente e não sofrer os efeitos da conciliação a que seria levada pela burguesia nacional, precisa ser marcada pela participação intensa das massas, estimuladas pela ação política e o trabalho de frente única pela base.

A liderança revolucionária só pode aspirar a uma saída com as massas como forma de resolver os problemas atuais. Não tem sentido alimentar esperanças numa saída favorável ao povo através da evolução ou do desfecho das contradições em que se debatem os golpistas.

Até agora as crises políticas criadas na situação brasileira — após a implantação da ditadura — são crises de cúpula. Logo que passarem a ser crises originadas pela base, em conseqüência das ações de massas organizadas e dos métodos de luta de massas, mudanças profundas se operarão no encaminhamento do processo revolucionário. Sem interferência das massas, sem lutas de massas, é impossível obter a vitória completa do povo.

Liderança é dinamismo, é ação. E nesse sentido é que se torna necessário perseverar.

As novas gerações de operários, camponeses, intelectuais, estudantes, homens e mulheres jovens, com a experiência por que estão passando nos dias de hoje, trarão o influxo do sangue novo que no

processo social sempre é exigido para a afirmação de uma liderança em consonância com as novas condições.

O marxismo contemporâneo nos conduzirá, e ao povo brasileiro, à saída esperada, a única que nos fará uma nação independente e livre, e que nos colocará, sem solução de continuidade, nos rumos do SOCIALISMO.

As Causas da Derrota e as Perspectivas da Situação

O golpe de primeiro de abril sobreveio, e tornou-se vitorioso, sem que as forças antigolpistas, e entre elas os comunistas, pudessem esboçar qualquer resistência. A única resistência de massas organizada contra o golpe foi a greve geral, mesmo assim sem condições de prosseguir, em virtude do despreparo geral.

Vale a pena recordar que, com a renúncia de Jânio, em 1961, fomos tomados de perplexidade e reconhecemos que não estávamos preparados para enfrentar os acontecimentos. Advertimo-nos, então, de que sobreviriam novas crises de governo e de que, nesse caso, deveríamos agir diferentemente, tudo fazendo para que, até lá, já tivéssemos superado nosso despreparo.

Não foi o que se deu em face da deposição do governo de Jango, no momento do golpe de abril. Quer dizer, continuamos despreparados. O processo democrático em desenvolvimento foi paralisado, e entramos numa fase de recuo.

A falta de resistência ao golpe prendeu-se, assim, ao nosso despreparo. Despreparo político e sobretudo ideológico. Despreparo dos comunistas como de toda a área antigolpista. O que se tornou evidente em face da *abrilada* e nos dias imediatos, desde quando deixou de existir qualquer resposta ou diretiva para a ação, proveniente das lideranças, sem qualquer exceção.

Quanto aos comunistas, a resistência tornou-se impossível porque nossa política — no essencial — vinha sendo feita sob a dependência da política do governo. Quer dizer, sob a dependência da liderança da burguesia, ou melhor, do setor da burguesia que ocupava o poder. Tal posição contribuiu para quebrar a autoridade e anular nossa força, uma e outra necessárias quando se trata de influir na frente única, levá-la à consolidação, paralisar as áreas vacilantes e exercer um nítido papel ideológico diante dos setores mais radicais da pequena burguesia.

Quando a liderança do proletariado se subordina à liderança da burguesia ou com ela se identifica, a aplicação da linha revolucionária sofre inevitavelmente desvios para a esquerda e a direita. Pois,

nesse caso, falta o lastro ideológico, único recurso capaz de impedir o desvio dos rumos da revolução.

A subestimação do perigo de direita no panorama político brasileiro foi fruto do reboquismo e da ilusão no governo. Acreditava-se que a burguesia seguiria o caminho das reformas pacíficas sob a pressão do movimento de massa, e que a direita não se levantaria. E que, se isto acontecesse, a burguesia tomaria a iniciativa da resistência e do combate aos golpistas.

Foram inúmeras as vezes em que repetimos que o desencadeamento de um golpe de direita seria a guerra civil no país ou que à violência dos golpistas responderíamos com a violência das massas. Como as palavras não coincidiram com os fatos, isto significa que não nos preparamos. Estávamos confiantes em que o governo resistiria. Nem ao menos denunciávamos insistentemente o golpe de direita. Deixamos de chamar as massas à vigilância e não as alertamos para a eventualidade de uma resistência.

A falta de vigilância e a ilusão de classe subsistem exatamente quando a liderança deixa de lado o estabelecimento de um plano tático marxista e não leva em conta a obrigatoriedade do princípio da retirada. O marxismo-leninismo é inteiramente avesso à concepção de que na luta de massas tudo se resume em avançar. Assim, ao acionar a linha política de apoio às reformas propugnadas pelo setor da burguesia no poder, não era suficiente assinalar os êxitos obtidos pelas massas. Tornava-se preciso, simultaneamente, alertá-las e organizá-las para a possibilidade de recuo da burguesia, uma capitulação ante a direita ou o desencadeamento do golpe militar — sempre na ordem do dia, quando o movimento de massas cresce a ponto de ameaçar o poder ou a ponto de levar a democracia a uma mudança de qualidade.

O erro que se manifestou foi, portanto, um erro ideológico, que pode ser traduzido como a perda do sentido de classe da luta revolucionária do povo brasileiro. Tal erro, projetado em dimensão histórica em nossa atividade, reflete-se em diferentes e por vezes contraditórias manifestações políticas e táticas dos comunistas ao longo da vida política brasileira.

É impossível fugir à caracterização de um erro ideológico evidente e tradicional na liderança comunista brasileira.

A falta de condições ideológicas na liderança marxista levou a que uma linha política com probabilidade de êxito viesse a terminar em derrota.

Com o mesmo sentido de falta de substância ideológica surgiu a falsa tese da “nova tática do imperialismo”. Segundo essa tese, o imperialismo norte-americano não estaria interessado em golpes e

ditadura. O golpe de primeiro de abril, inspirado e promovido pelos Estados Unidos com apoio em seus agentes internos e no fascismo militar brasileiro, invalidou essa teoria, cujo principal resultado foi deixar-nos desprevenidos e perplexos ante o golpe da direita.

Uma apreciação errônea do papel das forças armadas nos levou a ilusões no dispositivo militar do governo, dispositivo com base ideológica nacionalista, e que, por isso mesmo, não estando sob a influência ideológica do proletariado, jamais se mobilizaria para decidir a favor das massas qualquer situação capaz de levá-las a ameaçar privilégios das classes dominantes.

Os repetidos apelos à greve geral política — sem o apoio do campesinato e sem o recurso à insurreição — significavam um erro tático em face do marxismo contemporâneo. O erro era mais evidente na medida em que nosso trabalho no seio do proletariado se desenvolvia com uma nítida característica de trabalho de cúpula e se circunscrevia, na prática, às empresas estatais.

Uma falha básica era a debilidade do movimento camponês. A falta de decisão em dar prioridade ao trabalho no campo é responsável por essa falha básica, já tornada crônica. Sem mobilização do campo é impossível o avanço da revolução.

Também não foi entendido pela liderança marxista o caráter objetivo do processo de radicalização de alguns setores da pequena burguesia, o que — ao lado de outros erros — contribuiu para que não exercêssemos qualquer papel de influência decisiva entre marinheiros, sargentos e outras forças radicais, impossibilitando, assim, a unidade de ação dentro da frente única, da qual também éramos parte.

Falsos métodos de direção, a subestimação da direção coletiva, a falta de unidade ideológica da liderança são outros fatores que conduziram à derrota que sofremos.

Agora estamos em face de uma nova situação. Em vez de um governo da burguesia, lutando pelas reformas à sua maneira, dentro de um clima de liberdades, temos uma ditadura entreguista militar, dentro de um clima onde as liberdades democráticas foram suprimidas.

Nossa tática não pode ser a mesma da situação anterior, quando o movimento de massas estava em ascenso. Agora, a marcha da democracia foi interrompida, entramos numa fase de recuo. Ainda que os problemas brasileiros continuem sendo de reformas de estrutura, só poderemos resolvê-los derrotando a ditadura e assegurando a restauração das liberdades democráticas. Nosso objetivo tático fundamental — para chegarmos a reformas de estrutura e prosseguirmos com a luta até uma vitória posterior do socialismo — está em

substituir o atual governo por outro que assegure as liberdades e faça uma abertura para o progresso.

O governo pelo qual lutamos agora não poderá ser senão o resultante da frente única antiditadura, que é o tipo de frente única possível nos dias atuais. Esforçando-nos para que tal frente única se torne realidade, sustentamos — como antes — a necessidade de nossa aliança com a burguesia nacional, levando em conta não somente tudo o que dela nos aproxima, quando se trata de objetivos comuns na defesa de interesses nacionais, mas também tudo o que dela nos separa em questões de classe, tática, métodos, ideologia, programas.

A forma de luta principal no atual período é a luta de resistência de massas com suas mil e uma particularidades. E o partido deve ser o chefe da oposição popular, para não ficarmos a reboque da oposição burguesa, que, como tudo indica, procurará ir adiante, tentando arrastar-nos na sua retaguarda. Não podemos abandonar a luta pela liderança da oposição popular, o que seria uma renúncia imperdoável em face da disputa da hegemonia na condução dos destinos do povo brasileiro. Devemos, por isso, ser firmes lutadores da resistência, incansáveis no combate à ditadura.

Muitos outros elementos táticos têm que ser mudados na nova situação. O movimento de massas — por cuja mudança de qualidade devemos continuar lutando — já não pode visar, nas condições atuais, a pressão sobre o governo, como se tivesse por finalidade modificar a política e a composição da ditadura. O objetivo do movimento de massas é levar a ditadura à derrota, substituí-la por outro governo.

Outro caráter também têm as eleições. Seus objetivos não são para nós os mesmos das eleições no período anterior ao golpe. Não se trata de eleger nacionalistas como antes, quando vigoravam as liberdades democráticas, e por este meio chegar à mudança da correlação de forças.

Trata-se de desenvolver esforços para aglutinar as forças que se opõem à ditadura e contribuir para levá-la à derrota, reduzindo-lhe a base política e social. Se nada disto é possível através das eleições — tal como a ditadura as convoca — nosso dever é denunciá-lo à massa, ainda que não nos recusemos à utilização das mínimas possibilidades legais.

O partido deve deixar de ser uma espécie de apêndice dos partidos da burguesia, para ser capaz de arrastar o proletariado e as massas populares. Nosso aparecimento ao lado de candidatos comprometidos com o golpe e a ditadura nos desmoraliza junto às massas, e ajuda a justificar a farsa eleitoral. O que não podemos é ajudar

a institucionalização da ditadura, capitulando ante as violências e ameaças dos golpistas ou deixando-nos iludir com as suas manobras.

Para a ditadura as eleições representam um meio de institucionalizar o golpe. Suprimidas as eleições diretas e cerceado o direito do povo de eleger seus representantes, estabelecidas as inelegibilidades, dissolvidos os partidos políticos, além de tantas outras medidas coercitivas, as eleições tornaram-se uma farsa.

A posse dos eleitos é uma concessão do governo ditatorial. Aos que obtiveram ou vierem a obter a vitória eleitoral em oposição à ditadura, não lhes será permitido mais do que a tutela de um super-governo militar, de livre escolha do Executivo e seu Ministro da Guerra. Abolida por mais este meio a autonomia dos Estados e Municípios, a nomeação de secretários de governo e outras autoridades não é mais função dos eleitos e sim, atribuição do SNI e do Conselho de Segurança Nacional, órgãos através dos quais opera o poder militar.

Estribado em poderes como jamais teve qualquer Presidente no Brasil, ao estilo desse *L'Etat c'est moi* com que Luís XIV, de França, firmou o princípio da monarquia absoluta, o atual Presidente da República, através da eleição indireta, procurará garantir para seu sucessor um militar.

Não obstante a implacável ação da ditadura, esmagando pela força e progressivamente as válvulas de escape dos meios legais de resistência, o ano de 1966 prenuncia-se carregado de tensões políticas, mercê da luta pela sucessão presidencial.

Nada indica o fim da instabilidade política, reflexo da crise crônica de estrutura. A instabilidade política continua caracterizando a situação do país. A tendência é para o agravamento das contradições de classe.

O Ato Institucional número 2, e os demais atos complementares, indicam que a ditadura não pode deter-se no despenhadeiro. Crises de governo, a eclosão de novos golpes, a decretação do sítio, conflitos de fronteiras e outros tantos acontecimentos, que reflitam a inquietação política, naturalmente espreitam o povo brasileiro.

Tais resultados podem ocorrer em consequência da desastrosa política econômico-financeira do governo, das concordatas, do desemprego, da carestia, da submissão ao Fundo Monetário Internacional, da política antioperária, da política de entrega e submissão aos Estados Unidos e, paralelamente, do crescimento das lutas de massas.

Outro fator previsível de agravamento da crise brasileira é a agressividade do imperialismo ianque, que vai aumentando sem cessar. O exemplo mais recente consistiu na resolução da Câmara de

Representantes dos Estados Unidos, determinando a invasão militar norte-americana em qualquer país que o chamado colosso do Norte considere ameaçado pelo comunismo. Aqui a palavra comunismo é apenas substitutivo do movimento de libertação nacional dos povos.

Não bastasse tal exemplo, e seria suficiente acrescentar a invasão de São Domingos e a guerra do Vietnã. Na intervenção militar em São Domingos já participam tropas brasileiras, que, lado a lado com os odiados “marines” norte-americanos, ajudam a massacrar o bravo povo dominicano em luta por sua liberdade.

A antipatia com que os povos latino-americanos vêem o Brasil, em conseqüência de sua vassalagem ante a ação agressiva dos imperialistas estadunidenses, não deixará de produzir seus efeitos entre nosso povo, e levará ao incremento da oposição popular à ditadura brasileira.

Não é impossível que, em face de uma situação desvantajosa para a atual ditadura no Brasil ou no caso de ser ameaçada de derubada pelas massas, os Estados Unidos venham em socorro do governo ditatorial — que lhes serve de ponto-de-apoio — e em favor das classes dominantes brasileiras, iniciando represálias contra o povo e a nação, e até mesmo ocupando partes de nosso território, tal como o Nordeste. Com o que não farão outra coisa senão prosseguir na agressão econômica, política e militar já em curso em nosso país.

Seria imperdoável que as forças populares e nacionalistas voltassem novamente a ser apanhadas de surpresa pelos acontecimentos vindouros. Para os revolucionários brasileiros não há outra perspectiva a não ser prepararem-se para a luta.

A Crise Brasileira e a Estratégia Revolucionária

A crise brasileira é uma crise de estrutura. E aqui nos referimos à estrutura econômica. O que quer dizer: a crise brasileira — em todos os sentidos, seja econômico, político ou social — é oriunda da inadaptação da atual estrutura econômica do país. Da sua incapacidade em suportar a carga demasiado pesada a ela superposta.

Sendo — por definição — a estrutura econômica o conjunto das relações de produção, é nestas relações, no equacionamento de seus problemas atuais, que iremos encontrar as causas da crise brasileira.

As relações de produção no Brasil abrangem nosso sistema de propriedade. E não somente isso. Abrangem também as relações entre os homens ocupados no processo da produção, além das formas de distribuição das riquezas ou dos bens materiais.

São estas relações de produção que estão em crise — se assim podemos dizer. Pois já não se harmonizam às condições exigidas para o nosso progresso e desenvolvimento. E constituem um obstáculo ao avanço de nossas forças produtivas. O que se torna evidente pelo domínio do imperialismo norte-americano sobre a propriedade e a economia brasileira, pela predominância e o monopólio da propriedade territorial latifundiária, pelo desajuste na apropriação dos frutos do trabalho, pela desproporcional distribuição dos bens materiais, acentuando a acumulação das riquezas em mãos de uns poucos privilegiados, enquanto milhões de brasileiros vegetam, reduzidos à mais rasa miséria.

Nessas relações de produção configura-se, assim, um quadro onde verdadeiros pontos de corrosão ameaçam fazer ruir a estrutura econômica.

Oriunda da base econômica que a sustenta e à qual está intimamente ligada, a atual superestrutura da sociedade brasileira padece de muitos males. Os pontos de corrosão da base econômica não cessam de atuar sobre essa superestrutura, também em crise, e asperamente minada pelas contradições, antagonismos e conflitos que a sacodem.

É o que explica porque — ademais de outras — as instituições políticas brasileiras estão em crise permanente. E porque a instabilidade política é uma característica da situação política do Brasil.

Uma das particularidades da crise brasileira é seu caráter cônico. A crise brasileira faz parte da crise geral do capitalismo. A cada nova fase da crise geral do capitalismo corresponde um novo aspecto da crise econômica.

A sociedade brasileira passaria por muitas e importantes modificações, antes que se transformasse na sociedade atual.

Da escravidão evoluiria para outro tipo de relações, que levaria ao capitalismo, ao regime do salariado, ainda que conservada a dependência ao imperialismo norte-americano e mantido o monopólio da terra, com a sobrevivência e a reafirmação do latifúndio.

Historiador notável, além de crítico literário de renome, Nelson Werneck Sodré apreciou os fenômenos que condicionaram o desenvolvimento da sociedade brasileira. Fê-lo em vários trabalhos, e entre eles a “Formação Histórica do Brasil”, a “História da Burguesia Brasileira”, a “História Militar do Brasil”, cuja leitura será sempre de grande utilidade.

A sociedade brasileira atual orienta-se num sentido sensivelmente burguês. Mas com suas particularidades e seu tipicismo brasileiro, resultado das condições que geraram seu desenvolvimento.

As grandes modificações que se deram em sua estrutura e que a levaram — na época contemporânea — ao seu estágio atual, originaram-se sobretudo da implantação da indústria siderúrgica, da indústria do petróleo e da indústria da energia elétrica. Ao contrário dos grandes países capitalistas de hoje, o Brasil chegou a um determinado nível de desenvolvimento capitalista quando o mundo já ingressara na época do imperialismo. Mais do que isso, na época em que o mundo está dividido entre dois grandes sistemas sociais mundiais — o do imperialismo e o do socialismo.

O Brasil não conseguiu, por isso, alcançar os países altamente desenvolvidos. Situa-se — como é notório — no ramo dos subdesenvolvidos. E — característica digna de menção — não pode seguir a trajetória clássica dos países que se elevaram ao capitalismo pelo caminho da revolução industrial.

O Brasil chegou ao limiar de sua expansão industrial típica, num momento em que a revolução industrial já estava realizada nos principais países do mundo e quando a época contemporânea já havia adquirido suas características essenciais. Este o fenômeno que explica por que a burguesia brasileira não teve forças nem recursos acumulados para implantar a indústria básica do Brasil, partindo da iniciativa privada. Para implantar a indústria básica, teve que deixá-la nas mãos do Estado, que instalou a siderurgia e tomou a si o encargo de explorar o petróleo e expandir a produção de energia elétrica. O monopólio estatal surgiria, assim, como uma categoria do capitalismo nacional, patenteada a fraqueza da burguesia brasileira para fazer da indústria de base um produto da empresa particular.

A originalidade do desenvolvimento brasileiro reside não somente na coincidência de cada novo surto da indústria no país com uma nova fase da crise geral do capitalismo. Há a acrescentar que, nessas condições, cada passo para a frente significa o aparecimento de novas e mais profundas contradições no processo brasileiro. O que não pode deixar de acarretar um novo agravamento da crise econômica.

Por sua vez, o avanço da técnica nos países altamente desenvolvidos influencia no sentido capitalista as forças produtivas dos países subdesenvolvidos. Certas conquistas da técnica moderna acabam, sempre, sendo transferidas ao Brasil. Tal fenômeno produz alterações em nossas forças produtivas, com reflexos no conjunto das relações de produção e até mesmo na superestrutura.

O Brasil é um país que, sem ter conseguido resolver contradições correspondentes à primeira fase da crise geral do capitalismo, vê-se obrigado a enfrentar novos e graves problemas, acumulados em mais duas outras fases da mesma crise geral.

Tudo isso nos dá um quadro impressionante da gravidade da crise crônica brasileira — originada do crescimento do capitalismo nas condições de dependência do imperialismo e manutenção do latifúndio.

Uma tal crise não poderia subsistir, sem que para ela fossem buscadas soluções pelas várias classes.

Estamos aqui em pleno domínio da política, entendidos como tal os meios, métodos e formas de que se utilizam as classes para galgar o poder ou dar solução aos seus problemas em função da atividade do Estado.

Dois grandes tipos de soluções políticas têm sido aventados no Brasil pelas classes. Um deles é o tipo de soluções concernentes à burguesia. O outro corresponde ao proletariado.

Todas as soluções intentadas pela burguesia levam o selo de uma classe que se distingue do proletariado por ser uma classe empresarial, detentora de meios de produção que lhe permitem uma imensa acumulação capitalista.

A burguesia brasileira distingue-se também do proletariado por manter laços muito estreitos com o latifúndio e ligações com o imperialismo, a despeito dos conflitos com este último e do fato de o latifúndio limitar-lhe o mercado interno.

Dáí porque tais soluções vão desde o emprego da força e a supressão das liberdades até a tentativa de reformas de maior ou menor amplitude. O período do governo João Goulart foi aquele em que um setor da burguesia tentou ir mais longe na luta pelas reformas. Seu inevitável fracasso foi o resultado das limitações próprias da burguesia brasileira, marcada pela tendência à conciliação e à capitulação, como conseqüência lógica de suas condições de classe e pelo seu entrelaçamento com o imperialismo e o latifúndio.

Como conseqüência das soluções formuladas pela burguesia e, simultaneamente, como solução em si, o máximo que a burguesia brasileira conseguiu foi dar ao país um desenvolvimento econômico. Embora dependente do imperialismo, tal desenvolvimento significou um progresso e um passo para a frente. Mas seguiu-se aqui a lei da acumulação capitalista, o que — por isso mesmo — não deixou de significar um enorme sacrifício para as grandes massas, o aumento da sua pobreza e exploração, sobretudo quando se trata das massas rurais.

O balanço das soluções aplicadas pela burguesia — inclusive a solução desenvolvimentista — e o exame dos tipos de soluções postos em prática ou tentados pela classe burguesa brasileira mostram seu conteúdo nada popular, na maior parte das vezes uma tendência antidemocrática e, de um modo geral, o fracasso ante as forças combinadas do imperialismo, do latifúndio e do golpismo.

Ao dar curso às suas soluções, a burguesia tem se revelado incapaz na condução do processo brasileiro, quer pela inaptidão para afastar o imperialismo norte-americano de nosso caminho, quer pela impossibilidade de eliminar o latifúndio e as contradições acumuladas e agravadas no país nessas três fases da crise geral do capitalismo.

No processo político brasileiro, aliás, há dois fatos marcantes a assinalar. Um deles é que, sempre que houve avanço, conquista de direitos sociais e progresso, combate ao imperialismo e ao latifúndio, isto se deveu preponderantemente à presença atuante do proletariado.

O outro fato é que — depois do Estado Novo — o impacto mais sério que interrompeu o processo verificou-se com o golpe de 1.º de abril.

Todos estes fatos se devem sobretudo às conseqüências, contradições e erros gerados pelo uso exclusivo do binômio burguesia-proletariado, que — por sua própria natureza — anula a participação política do campesinato no processo.

Quem tem a vocação, o destino histórico e as condições para resolver a crise crônica brasileira é o proletariado com os seus aliados da frente única. Atraindo o camponês — seu aliado fundamental — e incorporando-o à luta política, criando uma força própria, de base, para fazer crescer a frente única e dar-lhe conseqüência, desencadeando lutas, paralisando a influência vacilante da burguesia, ainda que mantendo a aliança com ela na atual etapa histórica, o proletariado brasileiro reúne em suas mãos os meios, condições e elementos necessários à saída exigida pelo nosso povo.

É desta forma, e dentro de tal equacionamento, que o binômio nacionalismo-democracia terá um enfoque adequado e a dimensão que o levará a equiparar-se às exigências e necessidades da nação brasileira. Só disputando a hegemonia à burguesia, nosso proletariado poderá fazê-lo.

O proletariado brasileiro já formulou à sua maneira uma das soluções da nossa crise crônica, participando do processo evolutivo nacional, depois de ter intentado o caminho revolucionário e insurrecional da Aliança Nacional Libertadora, em 1935.

Por que isso aconteceu — eis um fenômeno diretamente relacionado com o nosso proletariado em si mesmo, desde suas origens e aparição como classe, até sua transformação em classe para si. As singularidades de tal processo, as condições que levaram à constituição da vanguarda do proletariado — como resultado do transbordamento de seu nível de consciência ao grau mais elevado — constituem matéria de que nos fala com maestria Astrojildo Pereira

em sua obra "Formação histórica do PCB", a cujo estudo é necessário recorrer.

Na França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Estados Unidos e outros países importantes, o proletariado surgiu — como classe em si e para si — concomitantemente com a indústria de base e a revolução industrial, que caracterizou a era moderna.

O proletariado brasileiro, porém, só surgiu, com o seu ramo da indústria básica, muito mais tarde, na época da Segunda Guerra Mundial.

Foi exatamente em tais circunstâncias, e em conseqüência delas, que as palavras-de-ordem patrióticas, nacionalistas ou antiimperialistas e de sentido liberal e democrático alcançaram enorme vibração e receptividade em todo o país. O proletariado brasileiro cresceu e agigantou-se, fortaleceu-se com seu setor básico industrial, sob o influxo das grandes campanhas nacionais pró siderurgia, em favor do petróleo, pelo monopólio estatal, em defesa das riquezas minerais e pela expansão da indústria elétrica, em defesa da indústria nacional, contra o fascismo, pelo envio da FEB à Europa, pela Constituinte, em defesa da democracia e das liberdades democráticas, contra o golpe, contra o envio de tropas à Coreia, em defesa da paz e contra a guerra.

Foi sob a égide do binômio nacionalismo-democracia que o proletariado brasileiro pôde desempenhar um papel político, à medida que se intensificava o processo de sua expansão no quadro das forças produtivas.

Tanto no plano econômico como no político, o processo evolutivo brasileiro e seu expansionismo desenvolvimentista foram conduzidos por um setor da burguesia, preponderantemente industrial.

Para os comunistas — como de um modo geral para as esquerdas — isto significou um largo período de colaboração com as forças da burguesia. A necessidade da luta antiimperialista e a obrigatoriedade do combate às forças golpistas, que se opõem ao progresso e à liberdade, colocaram as forças populares e nacionalistas e sua liderança revolucionária numa posição de dependência face à burguesia brasileira.

Poderia ter ocorrido o contrário, mas isto dependeria de uma aplicação mais correta do marxismo-leninismo à realidade brasileira, o que não aconteceu.

Condições históricas e peculiaridades da situação brasileira facilitaram a hegemonia da burguesia na condução do processo. Entretanto, a hegemonia da burguesia não é uma fatalidade histórica, e nada indica que o proletariado deva assumir uma posição conformista e curvar-se indefinidamente à liderança burguesa.

Tal subordinação foi possível, como vimos, porque a liderança revolucionária limitou sua ação até hoje ao manejo do binômio burguesia-proletariado, que em nosso processo histórico tem condicionado o binômio nacionalismo-democracia.

Quando a liderança marxista restringe seu plano revolucionário, antiimperialista e democrático à unidade e à luta entre a burguesia e o proletariado, e apenas tem diante de si as duas classes aliando-se ou defrontando-se, é pouco provável que ocorra a vitória da revolução. A liderança permanece então em poder da burguesia. Mas essa liderança é vacilante e propensa à conciliação, sobretudo quando os interesses da burguesia são duramente feridos pelo imperialismo e o latifúndio, e ela teme o proletariado em luta contra esses dois inimigos.

Em qualquer caso, mas sobretudo em face do binômio burguesia-proletariado, nós — os que seguimos o marxismo-leninismo — não temos outro recurso senão construir a força do proletariado, para não ficarmos subordinados à burguesia.

A força do proletariado constrói-se trabalhando com ele mesmo, sem descanso, em sua base e, portanto, nas empresas industriais. Sem trabalho nas empresas, sobretudo nas empresas imperialistas e nas empresas dos ramos da indústria básica, não é possível fortalecer o proletariado.

Mas este não é o único fator da acumulação de força. Sejam quais forem as circunstâncias, o decisivo é ter trabalho no campo, é levar as massas rurais à luta, vendo no camponês o aliado fundamental do proletariado. A inconstância e o atraso do trabalho no campo constituem o lado fraco da revolução brasileira e da liderança marxista — o que tem provocado repetidos insucessos.

A crise brasileira chegou a um ponto em que o proletariado não pode pretender resolvê-la seguindo a fórmula anterior — caminho pacífico e apoio à burguesia na luta pelas reformas.

Este caminho, aliás, só poderia ter tido êxito no Brasil se a liderança marxista estivesse munida de suficiente lastro ideológico, que lhe permitisse dirigir a luta sem perder o sentido de classe ou desviar-se dos rumos da revolução. Aconteceu, porém, o contrário, e o caminho pacífico das reformas foi levado à derrota pelo golpe de 1.º de abril.

Agora, o caminho pacífico está superado. Persistir nele significa adotar uma estratégia que concorrerá para a institucionalização do golpe e da ditadura.

Tal institucionalização — que a ditadura procura levar a efeito — tem como objetivo paralisar o movimento de libertação do povo brasileiro, subjugar o proletariado e as forças populares e naciona-

listas, e fazer do Brasil um satélite permanente ou duradouro dos Estados Unidos.

As teses da ocidentalização e da interdependência da soberania, aventadas a propósito da inevitabilidade da 3.^a guerra mundial, são a cobertura ideológica da institucionalização.

Esta a nova saída política que as classes dominantes — em colaboração com os Estados Unidos — buscam, depois do golpe de abril e em conseqüência dele, para evitar a ascensão das massas e a libertação do nosso país da esfera de influência norte-americana.

A adoção — mais uma vez — de um caminho pacífico por parte dos marxistas não lhes permitiria tomar a iniciativa, nem desencadear nenhuma ação decisiva contra a ditadura e sua pretendida institucionalização. É isto porque a ditadura está baseada na força, que é o principal elemento empregado contra o povo e contra a oposição. O único efeito de um novo caminho pacífico, tentado à guisa de solução da crise brasileira, seria impelir os marxistas a um erro de cálculo e a uma inevitável colaboração com a ditadura, em benefício dos interesses das classes retrógradas.

Ademais de ultrapassada — e portanto inoperante para as forças populares e nacionalistas — uma estratégia baseada no caminho pacífico acarretaria outro perigo.

Este outro perigo — cuja ocorrência não exclui o emprego da violência e da força militar por parte da ditadura — seria o envolvimento das forças populares e nacionalistas. Nesse caso, os marxistas — seguindo uma estratégia norteadada pelo caminho pacífico — poderiam ajudar a transformar o Brasil num país social-democrático, exercendo em nome dos Estados Unidos o papel de freio do movimento de libertação da América Latina.

O caminho pacífico da revolução brasileira — no momento atual — teria o efeito de prosseguir alimentando ilusões no povo, e minaria o moral das forças populares e nacionalistas, que precisam de estímulo revolucionário.

Os fatos indicam que o proletariado — em face do tremendo impacto da *abrilada* — não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária, que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da “insurreição armada popular”. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. Sem o recurso à violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor duração.

Sem uma estratégia revolucionária, sem a ação revolucionária apoiada no trabalho pela base e não exclusivamente de cúpula, é impossível construir a frente única, movimentar as massas e dar-lhes a liderança exigida para a vitória sobre a ditadura.

Uma estratégia revolucionária — indispensável para sairmos do marasmo e da pasmaceira — exige trabalho pertinaz com as forças básicas da revolução — o proletariado, as massas rurais, os intelectuais, os estudantes.

O trabalho com a burguesia — nessa estratégia — não pode ser o trabalho fundamental, ainda que não se trate absolutamente de abandoná-lo.

Uma estratégia revolucionária tem que levar ao rompimento com a política de subordinação do proletariado à burguesia, à separação entre o partido do proletariado e os partidos da burguesia.

Agindo como força independente, os comunistas — e de um modo geral as esquerdas brasileiras — terão um lugar ao sol e alcançarão êxito, arrastando as massas. As chamadas elites brasileiras já demonstraram seu fracasso. Seria para nós um desastre tentar qualquer saída que comprometesse nossa independência diante delas.

Atuando com as forças básicas da revolução, o trabalho mais importante, aquele que tem caráter prioritário, é a ação no campo, o deslocamento das lutas para o interior do país, a conscientização do camponês. No esquema estratégico brasileiro, o pedestal da ação do proletariado é o trabalhador rural. A aliança dos proletários com os camponeses é a pedra de toque da revolução brasileira. Ela significará um grande passo à frente — ou seja, a substituição do esquema burguesia-proletariado por um plano estratégico marxista. Nesse plano, o camponês e o campo desempenharão o papel decisivo no apoio à luta das massas urbanas. E é sob esse aspecto que se trata de abrir uma segunda frente. O que quer dizer que não devemos limitar nossa ação exclusivamente às cidades, onde, aliás, além dos entendimentos de cúpula, necessitamos de uma profunda penetração entre o proletariado nas grandes empresas. Isto é indispensável. Mas não haverá possibilidade de êxito estratégico, a não ser com a segunda frente, no campo.

Outro elemento básico no plano estratégico são as forças militares e o papel que desempenham na revolução — assunto de que nos ocuparemos em ensaio seguinte.

A possibilidade de cisão das forças militares — possibilidade prevista no complexo quadro político brasileiro — interessa ao plano estratégico como um fator provável da guerra civil. As forças populares e nacionalistas devem estar, então, prevenidas e providas de total independência, que lhes permita a mais ampla liberdade de ação, para não ficarem a reboque de uma ou outra das facções em luta.

A solução da crise crônica brasileira pela via armada — como solução advinda do proletariado — exige luta árdua e sacri-

fícios por parte da vanguarda. É uma solução de profundidade, visando sempre ao trabalho paciente, tenaz e contínuo com as forças permanentes da revolução. E conta com a possibilidade de apoio de amplas camadas, uma vez que cresce o descontentamento popular, e a ditadura acelera os passos para a institucionalização.

A experiência brasileira mostra a necessidade de insistir-se numa solução revolucionária.

Nas atuais condições históricas, renunciar à estratégia revolucionária é comprometer o futuro do Brasil e da América Latina.

A Hegemonia na Revolução e a Tática Atual

No Brasil — como já vimos — trata-se de resolver a crise crônica de estrutura. E esta hoje consiste num fato novo: seu conteúdo e sua evolução são engendrados pelo crescimento do capitalismo nas condições de dependência do imperialismo e da manutenção do latifúndio. É o crescimento do capitalismo — em tais circunstâncias — que vem determinando todo o processo político brasileiro.

Tal crescimento, é certo, não nos livra da condição de subdesenvolvidos. Mas a situação de nosso país mudou completamente. O Brasil já não é um país que sofre mais da falta de capitalismo do que do capitalismo.

O imperialismo norte-americano age no Brasil através de um setor do capitalismo brasileiro. Isto quer dizer o seguinte: apesar das contradições com os Estados Unidos, o capitalismo brasileiro vem sendo utilizado pelo imperialismo norte-americano, que se apóia fundamentalmente no setor entreguista da burguesia.

Uma parte do capitalismo brasileiro só vê saída enfeudando-se aos Estados Unidos. A despeito da contradição com o imperialismo norte-americano, a outra parte é incapaz de enfrentá-lo.

O golpe principal contra o imperialismo norte-americano só pode ser desfechado se for derrubada a atual ditadura, cuja função consiste em representar os interesses do latifúndio e do setor da burguesia que reconhece a necessidade de apoiar-se nos Estados Unidos, e de seguir sua política de ocidentalização e de preparação da guerra mundial.

A contradição burguesia-proletariado ganhou nova dimensão. O que significa que não se pode lutar contra o imperialismo e o latifúndio alimentando ilusões na liderança da burguesia brasileira ou renunciando à luta de classes contra ela.

O proletariado brasileiro necessita de agir com independência, ainda que seja uma inelutabilidade histórica, no Brasil, a aliança do proletariado com a burguesia. O proletariado não pode ficar sob a

hegemonia da burguesia, embora esta continue dirigindo o processo político, como consequência da liderança do processo desenvolvimentista brasileiro.

A questão fundamental do processo de conquista da hegemonia na revolução brasileira não está em reconhecer que objetivamente a burguesia tem dirigido e vem dirigindo o processo político. Não está em reconhecer que se deve lutar pela hegemonia do proletariado, enquanto esta hegemonia não está ainda em nossas mãos. Tudo isto é pacífico para gregos e troianos.

O problema fundamental consiste em que não é uma fatalidade histórica a liderança da burguesia brasileira na revolução. O problema fundamental reside em admitir a possibilidade de o proletariado brasileiro exercer a hegemonia na revolução, desde o primeiro momento, e lutar com decisão por essa hegemonia.

Tal possibilidade não modificará o caráter antiimperialista e antifeudal, nacional e democrático da revolução. Dar-lhe-á consequência.

Se desistirmos de lutar desde agora por transformar essa possibilidade em realidade, contribuiremos — na melhor das hipóteses, repetimos — para ajudar a burguesia brasileira a transformar o Brasil num país social-democrático na América Latina. Nesse caso, o Brasil teria o destino de auxiliar dos Estados Unidos na missão de refrear o movimento de libertação dos países latino-americanos.

O Estado que — no Brasil — resultar de uma revolução liderada pela burguesia será um Estado burguês, e não resolverá os problemas fundamentais da revolução — a expulsão do imperialismo e a abolição do latifúndio.

Nosso erro no governo João Goulart foi que não compreendemos isto, não preservamos a independência do proletariado e não lutamos por ela, e acreditamos na liderança da burguesia. Isto nos levou a uma derrota, conduziu a revolução a um fracasso, ainda que temporário.

O Brasil de hoje não é o de 1945, nem o de 1955, nem o de 1960. É outro Brasil, com a classe burguesa liderando o processo, dentro de uma situação internacional diferente daquela do pós-guerra.

Nossa autocrítica não pode partir de uma posição falsa, fora da apreciação histórica da realidade brasileira. Não pode partir de um ângulo de classe não proletário. Não há profundidade em autocrítica que examine problemas políticos, deixando de lado a análise de nossa posição de classe.

A direção ideológica é a condição fundamental para o êxito da direção política. O que está havendo é a perda do sentido de classe, o desvio dos rumos da revolução brasileira.

Não se trata de reconhecer somente que fomos derrotados pelo golpe militar de 1.º de abril, que estamos fracos, que não temos movimento de massas, que não há lutas, e que a ditadura nos esmaga. Tudo isto é verdade.

Mas nossa obrigação é apresentar uma análise e uma saída concretas — elaboradas segundo um plano estratégico e uma tática marxistas.

Temos que empreender o caminho da estratégia revolucionária. Para isso é necessário derrubar a atual ditadura. O que não se pode conseguir esperando que ela venha a democratizar-se pela via eleitoral. Ou que possamos prosseguir lutando pela via pacífica, e que daí venha a surgir um momento em que a luta armada — como alternativa — se torne necessária ou a forma de luta principal.

No Brasil não se trata de escolher alternativas. A experiência diária está demonstrando que a ditadura em nosso país só se extinguirá pela força. O imperialismo norte-americano não ficará indiferente à derrota da ditadura ou de um governo pró-imperialista, como não ficou indiferente em São Domingos. Passará à violência e à intervenção armada, logo que sentir suas posições ameaçadas no Brasil. O imperialismo norte-americano não cederá sem luta o posto avançado que conquistou em nosso país, através do golpe militar.

O caminho da estratégia revolucionária é norteado por uma perspectiva básica, entendendo-se como tal a perspectiva que considera esgotadas ou fechadas as possibilidades de solução pacífica, e admite que não haverá outra solução senão a força para a derrubada da ditadura.

Mas não basta uma estratégia revolucionária para que as forças populares e nacionalistas sejam lançadas à luta. É necessário também que disponhamos de uma tática atual. E esta, ao ser traçada, será coerentemente uma dependência da estratégia. Ou melhor, haverá uma interdependência, um condicionamento entre uma e outra.

É impossível traçar uma tática dúbia que tanto sirva para uma saída pacífica como para uma saída não pacífica. A dubiedade da linha tática é que leva a uma rápida deterioração das palavras-de-ordem, e à perplexidade repetida em face dos acontecimentos.

Ninguém acredita que se possa convidar as massas agora para a insurreição popular. Não haveria nada. Também ninguém verá vantagem em enfrentar a ditadura, desencadeando lutas e suportando violência, se afirmarmos que nossa perspectiva é uma saída pacífica. É como prometer o céu aos que sofrem na terra.

Uma tática decorrente da estratégia revolucionária é por si mesma revolucionária, o que nada tem a ver com sectarismo e esquerdismo. Trata-se de levar as massas à luta contra a ditadura, e substituí-la por um governo efetivamente democrático. Os meios empregados são os que as massas aceitam. Mas os comunistas devem dar exemplo do impulso revolucionário, que não se obtém — evidentemente — baseando nossa luta numa perspectiva pacífica.

A tática revolucionária abrange todos os aspectos da luta política, e, ao mesmo tempo, sabe manejar as forças básicas da revolução. É uma tática acessível, uma tática de massas, ao alcance da compreensão comum, não uma tática de privilegiados, de iluminados, de donos da revolução, de manipuladores de fórmulas feitas. Não uma tática que a cada fato político novo ensaie explicações complicadas, emitindo diretivas que realmente não levam a nada, não despertam o entusiasmo revolucionário, nem conduzem a luta nenhuma, como vem acontecendo nestes dois anos de ditadura. Não uma tática destinada a fazer entendimentos políticos e eleitorais, alimentando ilusões na burguesia, cedendo ao conformismo e disseminando a passividade. A tática revolucionária é uma tática de lutas de massas e para lutas de massas, e seu objetivo principal consiste em nos aproximar dos objetivos estratégicos aos quais ela está subordinada. Trata-se de uma tática que conduza à derrubada da ditadura através da força da frente única, entendendo-se a derrubada da ditadura como o objetivo principal, destinado a levar à consecução dos objetivos estratégicos das forças populares e nacionalistas.

Pelo fato de decorrer de uma estratégia revolucionária e estar a seu serviço, a tática atual não exclui que continuemos inseridos no processo político brasileiro. Não exclui a luta acirrada pela frente única antiditadura. E o aproveitamento das mínimas possibilidades legais. E a utilização de qualquer brecha surgida no processo, que leve mais uma vez ao desmascaramento da ditadura e da farsa eleitoral.

Não exclui nossa participação nos conflitos das classes dominantes e de suas forças militares, onde poderão ocorrer fendas e rachaduras, choques violentos e, em consequência, até a guerra civil.

O inadmissível é seguirmos a reboque do atual processo político, não estabelecermos as premissas que colocarão a iniciativa política em nossas mãos e nas mãos das massas.

Estas premissas exigem o persistente trabalho nas empresas industriais, a prioridade para o trabalho do campo — alicerce da aliança operário-camponesa — o trabalho nas forças militares, o trabalho entre os intelectuais.

Tais são os elementos permanentes da tática marxista, que concorrerão para criar a força organizada do proletariado. Sem esta força, é impossível influir no processo político e obter qualquer vitória tática de importância, e com repercussão no processo revolucionário. O processo de criação da força do proletariado exige lutas nas áreas urbanas e nas áreas rurais. Entretanto, o elo que levará ao desenvolvimento da luta contra a ditadura, e que produzirá a mudança de qualidade do movimento de massa, está nas lutas camponesas.

Dai a importância do trabalho de campo na aplicação desta tática. Esta importância decorre do fato de que, pela primeira vez, no processo revolucionário brasileiro, se tornará possível unir a luta política das cidades à luta política do campo.

O caminho da derrubada da ditadura através da luta de massas não terá consequência nem dará resultados, a não ser eliminando o desprezo pelo trabalho no campo, e adquirindo a compreensão da importância do campesinato no processo em curso. Não se pode fazer a luta pela democracia e pelas reivindicações nacionalistas, separando uma e outra da luta pela terra e pelos interesses das massas camponesas. É um erro relegar para o momento da decisão estratégica o processo de luta visando a atrair a massa camponesa.

O trabalho no campo é trabalho tático. É o elemento essencial, fundamental da tática do proletariado.

Sobre alguns Princípios da Tática nas Atuais Condições Brasileiras

Ademais dos elementos permanentes da tática marxista, que concorrerão para criar a força organizada do proletariado, há princípios gerais e particulares, aos quais obedece a tática, nas atuais condições brasileiras.

Esses princípios dizem respeito às regras e leis confirmadas pela prática e relacionadas com o manejo e a mobilização dos elementos permanentes da tática, incluindo a frente única.

Dentre tais princípios, o da retirada tem um grande significado. Em nenhum momento, qualquer passo tático deve ser empreendido sem a garantia da retirada. Quanto ao princípio da ofensiva, a experiência ensina que não é obrigatório avançar sempre, desde que, em determinadas circunstâncias, estejamos obtendo vitórias ou êxitos parciais. Necessariamente, há um momento em que devemos parar e consolidar nossas forças, a fim de, em seguida, prosseguirmos avançando.

Quando a ofensiva política é do inimigo, as forças revolucionárias devem procurar abrir outra frente política sob a direção do proletariado. Esta outra frente — destinada a retirar a iniciativa ao

inimigo — pode ser em qualquer área. Mas só concorrerá para a mudança de qualidade da luta política, se for uma frente de luta aberta no meio rural, entre as massas camponesas.

Outro princípio importante tem relação com o problema da força do proletariado. Quer dizer, ao tomar qualquer iniciativa política, o proletariado deve ao mesmo tempo empenhar-se em criar sua própria força. A força do proletariado reside no seu trabalho ideológico e político nas empresas industriais, entre os camponeses, as forças militares, os intelectuais, estudantes e mulheres, entre a juventude e, principalmente, entre as camadas médias nos grandes centros urbanos.

Um dos princípios corretos do acerto tático é que o proletariado jamais deve renunciar a criar sua força própria e a fortalecer-se pela base, desde o primeiro momento em que participa da frente única. Sem isto, o proletariado não assegurará sua independência. Sem força própria, o proletariado será um joguete nas mãos da liderança burguesa.

Para que a força do proletariado seja utilizada de modo correto, deve haver uma combinação do trabalho nas empresas industriais com o trabalho no campo e entre as forças militares. Se esta combinação não for estabelecida, a tática do proletariado sofrerá uma distorção. É impossível a vitória do proletariado sozinho — sem a frente única antiditadura e sem a base operário-camponesa para a frente única.

A greve geral política nacional do proletariado, sem o apoio dos camponeses e dos elementos militares revolucionários, bem como das massas populares, dos estudantes, intelectuais e mulheres, não produz o resultado desejado, pois implica em lançar o proletariado sozinho à luta.

A vitória do proletariado é impossível se — por outro lado — o movimento revolucionário depender exclusivamente das lutas camponesas isoladas das lutas urbanas. Ou somente da luta militar ou de um dispositivo de cúpula militar-sindical.

No que se refere às forças militares, é impossível obter qualquer êxito entre elas se o trabalho no seu interior estiver sob a influência da ideologia da burguesia ou do nacionalismo revolucionário, em vez de estar sob a influência da ideologia do proletariado.

Sempre que se trata da frente única, tenha-se em conta que ela não pode ser vista somente em termos de partidos ou ex-partidos políticos opostos à ditadura. É necessário ver as forças de classe da frente única e as tendências e forças políticas ou agrupamentos que as representam, sem excetuar os líderes e as lideranças.

Um princípio importante — sob esse aspecto — é o da existência de três agrupamentos de forças da frente única. No centro estão as forças intermediárias, ou sejam, as forças mais numerosas da burguesia e seus afins. À esquerda estão as forças radicais. E no extremo oposto as forças de direita da frente única.

Sem levar em consideração tal princípio, torna-se difícil atuar na frente única.

Antes de mais nada, é impossível desenvolver o trabalho de frente única com resultados positivos, limitando nossa atividade a uma ação de cúpula ou a entendimentos com a liderança das forças intermediárias. Com a cúpula não se consegue a vitória. O fundamental — nesse caso — é o trabalho de base, o que exige persistência e determinação da liderança do proletariado.

Outra questão é o princípio da unidade e luta com a burguesia dentro da frente única. Tal princípio só pode ser aplicado se o proletariado desencadear a luta de classe e souber conduzir com acerto a luta de massas nacionalista e democrática, na qual se inclui a luta pela terra. O proletariado deve assumir uma posição revolucionária clara, não lhe cabendo, em nenhuma hipótese, o papel de força moderadora da frente única. Quando isto acontece, o proletariado fica a reboque da burguesia.

Nosso papel, entretanto, não é atacar as forças intermediárias para destruí-las, nem desfechar sobre elas o golpe principal, desviando-o do alvo imperialista. O perigo é nos aliarmos somente a elas e deixarmos de lado as forças radicais. Ficaremos então à mercê das forças intermediárias.

É incorreto subestimar a união com as forças radicais. O radicalismo brasileiro é fruto do avanço do movimento revolucionário ou da resistência extrema à ditadura. Apresentando uma estratégia revolucionária e uma tática coerente com tal estratégia e a ela subordinada, faremos das forças radicais da frente única um aliado do proletariado.

Trata-se da unidade com a esquerda. Um dado valioso para essa unidade — tendo em vista atrair o centro — é a aliança com os católicos, e em particular com a esquerda católica. Ademais disso, com o mesmo fito, é imprescindível nossa união com os nacionalistas revolucionários, os partidários de Brizola, Arraes, Julião e outros, e bem assim com as demais correntes esquerdistas contrárias à ditadura. Nesse particular, o Nordeste merece uma atenção especial. Os intelectuais, por sua notória resistência ao terrorismo cultural e à ditadura, tendem à esquerda, e a união com eles assume um caráter de obrigatoriedade.

Depende da unidade com a esquerda o êxito da unidade com as forças do centro opostas à ditadura, desde as que obedecem ao comando de Jango, às que são lideradas por Jânio, Kubitschek e outros.

O proletariado não pode renunciar à aliança com o centro da frente única. Mas, se recusar a aliança com a esquerda, não terá força para atrair o centro e unir-se com ele.

Outro princípio tático importante, relacionado com a frente única, é o princípio da unidade de programa e de ação. O ponto de partida em tal princípio é a concordância da frente única no que diz respeito à derrubada da ditadura. Subentende-se, em virtude disso, que o fundamental para o objetivo em vista é a própria frente única antiditadura. Esta frente única deve ser a mais ampla possível e contar com todas as forças políticas e forças de classe opostas à ditadura, sem nenhuma exclusão.

Mesmo no caso dessas forças agirem cada uma de *per si*, é imprescindível que todas as ações convirjam para o principal objetivo — ou seja, a derrubada da ditadura.

O princípio da unidade de programa e de ação não importa, entretanto, em quebra da autonomia de nenhum agrupamento ou força da frente única, nem exclui o direito de crítica mútua e construtiva.

Em qualquer caso, o proletariado e juntamente com ele os comunistas devem desencadear e apoiar lutas contra a ditadura, e, por este meio, conduzir à luta as forças populares e nacionalistas.

Na luta contra a ditadura, devemos procurar empenhar as forças básicas da revolução antimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Dentre as forças básicas, devemos destacar os camponeses. Estes não devem ser lançados à luta somente no momento da conquista do poder estatal revolucionário, ou seja, no momento da decisão estratégica. É preciso fazê-lo desde já, o que indica a importância das lutas camponesas, das reivindicações do homem do campo e de sua participação na luta nacionalista e democrática. Isto indica também a importância da luta pela terra e da participação do campesinato na luta política contra a ditadura e por sua derrubada.

Tal maneira de se proceder não significa — segundo pensam alguns — nem a mudança do caráter da revolução, que continua sendo antimperialista e antifeudal, nacional e democrática, nem a predominância da contradição agrária sobre a contradição nacional, antimperialista.

A visão estratégica da etapa histórica prossegue sendo a mesma, uma vez que as contradições postas em equação não foram resolvidas até agora.

Para o desenvolvimento das lutas, o princípio básico é a combinação das formas de luta e organização legais e ilegais, e a utilização de todas e quaisquer possibilidades legais, no terreno da defesa das reivindicações nacionalistas e democráticas, inclusive camponesas, no terreno da política interna ou externa, ou no terreno jurídico.

Isto implica em atuar com firmeza onde quer que haja massas — nos sindicatos, nas organizações populares, feministas, estudantis, camponesas e quaisquer outras. O objetivo de tal atuação é desencadear e apoiar lutas e estimular a combatividade das massas.

O princípio da combinação das formas de luta e organização é subordinado à compreensão e ao reconhecimento da importância das lutas camponesas, cujo desencadeamento exige a abertura de uma segunda frente na luta política do Brasil.

O princípio fundamental da tática marxista é que, em qualquer fase da luta do proletariado, torna-se obrigatório lutar pela conquista de um tipo de governo, ou melhor, de um poder que abra caminho para a completa libertação nacional, econômica, política e social do povo. Quer dizer, que abra caminho para a solução do problema estratégico.

Nas condições brasileiras, é indispensável lutar por um governo que substitua a atual ditadura. Tal governo deve ter características realmente democráticas. Deve ser o oposto do que aí está.

A essa tarefa ficam subordinadas as demais tarefas táticas.

A tática dos comunistas — baseada no princípio de que a hegemonia da revolução deve estar com o proletariado — tem hoje um caráter completamente diverso da tática anterior. Aquela era condicionada pelo desenvolvimento pacífico. A atual é condicionada pela perspectiva básica de que a ditadura só será alijada pela força, e de que em qualquer caso teremos de enfrentar a violência e agressão armada do imperialismo dos Estados Unidos.

Enfrentamos uma situação inteiramente nova. A tática tem que ser outra.

Rejeição da Tática que subordina o Proletariado à Burguesia

O proletariado não pode seguir uma tática qualquer. A tática que não convier à conquista dos objetivos estratégicos da revolução antimperialista e antifeudal, nacional e democrática, deve ser rejeitada.

Toda tática que, na nova situação do país, pretender prosseguir subordinando ideologicamente o proletariado à burguesia é uma tática condenável.

Que essa tática existe não é novidade para ninguém. Ela é o resultado da influência ideológica da burguesia no seio do proletariado.

Torna-se necessário conhecer suas características, para combater sua penetração no meio revolucionário.

Trata-se da tática que se limita a ver a aliança do proletariado com o centro da frente única, e permanece indefinidamente nestes marcos estreitos.

Sua maneira de ser é fruto de uma concepção reboquista, por falta de confiança no proletariado. Seu ponto de partida está em reconhecer que, objetivamente, o processo político brasileiro se desenvolve sob a direção da burguesia. E disso não se liberta.

É a tática que busca uma saída moderada, teme as lutas radicais e uma solução revolucionária, para não desgostar a burguesia e manter com ela uma colaboração duradoura.

A tática a que nos referimos segue religiosamente os cânones teóricos do passado, e não vê possibilidade para o desencadeamento da revolução, a não ser quando existam as condições pré-revolucionárias clássicas. A revolução cubana já pôs por terra este conceito tradicional, mas a citada tática ignora os fatos novos.

No que diz respeito à autocrítica, essa tática não parte de um ponto de vista de classe. Rejeita a idéia de que a causa principal do erro dos comunistas, anteriormente, foi a ilusão na liderança da burguesia. Recusa-se a admitir que ficamos basicamente sob a liderança da burguesia e a seu reboque, e perdemos a autoridade sobre as massas, dando-lhes a falsa idéia de que estávamos no poder e éramos a mesma coisa que João Goulart.

Em conseqüência da subordinação ideológica à burguesia, acabamos caindo na política de apoio aos atos positivos de Goulart e de combate aos seus atos negativos. Isto é errôneo. E o erro consiste — nesse caso — em esperar pelas iniciativas da burguesia. Consiste em nada fazer para sair do conformismo.

Não se trata de recusar a frente única com a burguesia. Mas uma das condições típicas dessa aliança é — de nossa parte — lutar para que a hegemonia seja do proletariado e este não fique a reboque da burguesia.

A tática que combatemos não se preocupa com tais coisas. Seu grande empenho — inspirado na idéia de que somos uma força moderadora — tem outro sentido, visa significativamente a chamar a atenção para o desvio esquerdista.

Na verdade, o esquerdismo foi fruto extemporâneo da ilusão de classe, que não permitia ver a impossibilidade da conquista de

um programa avançado, confiando na burguesia, em vez de confiar na luta pela base.

Atribuindo ao esquerdismo a responsabilidade principal por nosso erro, a tática em causa não deixa de desferir alguns ataques ao desvio direitista — pelo menos para guardar as aparências.

O único resultado que consegue — por esse caminho — é dividir as fileiras do proletariado em duas facções — esquerda e direita. Mas não convence ninguém. E o pior de tudo é a fuga ao exame da causa principal de nosso erro, que foi a perda do sentido de classe.

Desistindo de reconhecer que nosso mal maior é tentar prosseguir com o cordão umbilical atado à burguesia, a tática referida teme aceitar como perspectiva básica a derrubada da ditadura pela força.

Esta perspectiva é concreta, pois as condições brasileiras mostram claramente que — sem o emprego da força — não há como derrubar a ditadura. Mesmo em face de outras alternativas, será sempre necessário o uso da força, pois o imperialismo norte-americano agirá pela violência ao sentir seus interesses ameaçados.

A tática que citamos, entretanto, admite isolar e desagregar a ditadura a tal ponto que ela se torne impotente para empregar a violência contra o povo, e seja derrubada sem que a luta armada se torne a principal forma de ação.

Essa tática aceita uma tal saída porque continua alimentando ilusões na burguesia, e espera que, das contradições entre as classes dominantes, surja um desfecho favorável ao povo, sem o apelo a lutas radicais.

Não é por outro motivo que a mencionada tática — para fugir à apresentação do caminho violento de derrubada da ditadura — insiste em falar no caminho da luta de massas. Seria este o caminho indicado para levar a ditadura à derrota.

Todos sabem que falar em caminho da luta de massas para derrubar a ditadura é a coisa mais elementar e menos controversa hoje em dia. O que todos querem saber é como será tal caminho.

A tática a que nos referimos define o caminho da luta de massas para a derrubada da ditadura como sendo a participação nas eleições, protestos, greves e manifestações. Como coroamento desse caminho, preconiza contra a ditadura uma greve geral, nacional, política, sem recorrer à luta armada, à insurreição popular ou à guerra civil.

Julga possível, assim, nas condições atuais do país, a vitória de um processo político — com eleições, greves, manifestações e protestos em que a ação decisiva das massas venha a ser exercida pacificamente.

Estamos aqui no pleno reinado das ilusões de classe, para não falar num reinado do Dr. Pangloss *. Tal ilusão só se explica em virtude da tática que apreciamos acreditar que uma das facções das classes dominantes acabará buscando, ela própria, a ajuda do proletariado, para livrar-se da oposição ou da ameaça de outras facções, também em luta pela supremacia política.

A derrota da ditadura seria, assim, o resultado da luta e da liderança da própria burguesia ou de um setor burguês, que acabaria apoiando-se no proletariado, e evitando o derramamento de sangue ou a luta violenta.

Por mais incrível que pareça, a tática aqui exposta também se refere à luta armada. E até insiste muitas vezes em tal forma de luta. Apesar disso, faz-lhe uma ressalva. É quanto ao momento de sua utilização. A tática em tela esclarece persistentemente que não se há de recorrer agora a tal forma de luta e, sim, somente quando ela se tornar oportuna e vier a ser a forma de luta principal.

Essa maneira de focar a questão denota que a tática em referência pretende queimar os últimos cartuchos para obter uma derrubada pacífica da ditadura, mesmo ao preço da sujeição ideológica do proletariado à burguesia.

Frustrado, porém, o caminho da solução pacífica, só aí então — segundo a tática exposta — seria o momento da luta armada.

Ao adotar semelhante critério, essa tática confunde formas de luta com o caminho tático.

A questão não está em definir formas de luta, enumerá-las, selecioná-las — aceitando umas e rejeitando outras. Não está igualmente em aceitá-las todas.

A questão está no caminho tático, e este caminho consiste em saber qual o elo que levará à derrubada da ditadura, com o emprego da ação de massas e o reforçamento da posição independente do proletariado.

O elo só pode ser o trabalho de campo, a penetração profunda no meio rural brasileiro, a preparação e o desencadeamento das lutas camponesas, com todas as conseqüências decorrentes das ações que contrariam o imperialismo e o latifúndio.

A tática a que nos reportamos despreza o papel do camponês na luta contra a ditadura, exatamente pelo temor da radicalização do processo político.

Daí porque — ao tratar do programa de lutas — só apresenta reivindicações relacionadas com o nacionalismo, com as liberdades

* Dr. Pangloss: personagem de "Cândido", de Voltaire, e encarnação de um otimismo irreal a propósito das coisas mais funestas e das piores catástrofes.

democráticas e os interesses do proletariado. As reivindicações camponesas são omitidas. A luta pela terra é relegada para o momento da luta pelo poder estatal revolucionário.

Esta maneira de proceder indica que a tática em alusão só acredita em lutas urbanas, e isto implica em persistir na idéia de lançar o proletariado à luta sem o apoio do campesinato, como tem acontecido até agora no movimento revolucionário brasileiro. A tática aqui exposta não vê que o camponês é o fiel da balança no Brasil, como em toda a América Latina.

Quanto ao problema das eleições, a tática referida avalia-o mal e erroneamente, porque não confia no proletariado e prosterna-se ante a burguesia e sua liderança.

Todos vêem que o caminho da derrubada da ditadura não pode ser por via eleitoral. E esta é uma tese provada pela experiência, eis que a ditadura — valendo-se da força, isto é, dos atos institucionais e complementares — transformou as eleições numa comédia, para não falar em patomima.

A tática em causa quer, entretanto, que pelas eleições sejam infligidas derrotas parciais que debilitem o regime, apressando sua derrocada. O meio para isto seria o apoio às forças contrárias à ditadura e que mereçam a confiança do povo. Não sendo possível, tratar-se-ia de votar em branco e desmascarar a farsa eleitoral.

Depreende-se daí algo de curioso: a tática que citamos ainda não considera suficientes os instrumentos já adotados pela ditadura que invalidam as eleições e fecham as possibilidades de uma saída eleitoral, com a participação e a vitória de candidatos da confiança do povo. E isto é evidente, desde que — como tal — não podem ser classificados senão os candidatos aceitos pela ditadura ou com ela comprometidos. São estes, aliás, os únicos aptos a escapar das cassações e de outras leis e métodos fascistas.

Esperar que das eleições convocadas pela ditadura surja a possibilidade de infligir-lhe derrotas parciais, debilitar o regime, apressar sua derrocada e retomar o processo democrático — sem o persistente trabalho para desencadear lutas e chegar assim ao efetivo desmascaramento do atual governo — significa impelir o povo para o beco sem saída das ilusões eleitorais. O que levará o proletariado e as massas a navegarem ingloriamente nas águas dos candidatos da ditadura, ou dos que pretendem salvar a quartelada de abril, depois que sentiram na própria carne a repulsa do povo ao governo e sua política.

A tática que mencionamos não oferece melhor solução em face do problema sucessório, e levará o movimento revolucionário a outra

estrandosa ilusão ou à estagnação no charco da pusilanimidade burguesa.

Em referência às crises de governo, a tática em pauta firma posição partindo do fato que novos golpes podem ocorrer.

A possibilidade de novos golpes é real. Mas a tática citada quer — nesse caso — a intervenção das forças populares para impedir uma “solução reacionária” com o fortalecimento de Castelo, ou a substituição de golpistas.

Tal posição demonstra que essa tática não julga Castelo suficientemente reacionário nem bastante forte, o que, entretanto, poderia vir a acontecer com o golpe. A outra alternativa para uma “solução reacionária” — ainda segundo a mesma tática — seria a subida de novos golpistas ao poder.

O fundamento ideológico dessa posição tática é norteador pela ilusão na situação atual e pela esperança na sobrevivência de uma reviravolta da própria burguesia, reviravolta destinada a pôr em ordem a situação política e ensejar uma escalada democrática.

Em resumo, as características e os aspectos da tática a que aludimos mostram que o proletariado nada tem a fazer com ela e que — se porventura viesse a cometer o equívoco de adotá-la — continuaria perplexo e vagueando por aqui e por ali, sem orientação em face dos constantes atos institucionais e complementares dos militares empoleirados no poder.

Eis porque o combate à subordinação ideológica do proletariado à burguesia e, em consequência, a rejeição de uma tática baseada nesse princípio constitui um elemento fundamental para levar-se a bom termo a luta pela derrubada da atual ditadura.

O Proletariado e as Forças Militares

O proletariado jamais pode desdenhar as forças militares. E diante delas é obrigado a tomar posição, adotando uma política.

A este propósito, num dos seus trabalhos sobre “O papel da violência na História”*, Engels afirma o seguinte:

“Em política não há senão duas potências decisivas: a força organizada do Estado, o exército, e a força desorganizada, a força elementar das massas populares”.

Assim, segundo o conceito marxista, as forças militares são a força organizada do Estado.

Para que o proletariado defina sua posição perante elas, é necessário, antes de mais nada, encará-las como parte integrante do apa-

* O tema está desenvolvido na obra “Anti-Dühring”, de Frederico Engels.

relho do Estado, seu setor armado, instituído e organizado com o fito de assegurar o domínio das classes que o Estado representa.

Conforme a natureza do Estado, assim será a natureza de suas forças armadas. O Estado jamais organizará ou permitirá forças militares que a ele se oponham, ou lhe contrariem a finalidade de dominação de classe. As forças militares têm uma função repressiva, conservadora. Este o seu conteúdo de classe.

O Estado brasileiro organizou suas forças militares, e ao longo da História as tem utilizado com a finalidade expressa de garantir a dominação das classes dirigentes do país.

As forças militares brasileiras — dentro da finalidade a que se destinam — apresentam, entretanto, um aspecto significativo: elas refletem também as contradições de classe da sociedade em que vivemos.

Este fenômeno é conseqüência da própria contextura das forças militares. Como instituição, elas não podem deixar de contar no seu seio com elementos das várias classes da sociedade brasileira.

Em nossa infra-estrutura militar, a parcela preponderante origina-se do proletariado e do campesinato. A elite dirigente militar, porém, procede da pequena burguesia, da burguesia e dos latifundiários.

O processo de avanço do capitalismo no Brasil, sem despojar-nos da condição de país subdesenvolvido, mas com repercussão nos fatos políticos, concorreu para modificações na composição e evolução das forças militares. Em certos momentos e sob determinadas condições, como no governo de João Goulart, elementos não aristocráticos ascenderam a setores de comando militar até então impenetráveis a um acesso plebeu.

A despeito de tal fenômeno, as forças militares têm mantido no Brasil a constância do conteúdo de classe do Estado.

É que as forças militares não são um todo amorfo, nem se limitam a refletir contradições da sociedade brasileira. O Estado dotou-as de um comando ideológico e político — um comando de classe — que não lhes permite mudar de rumo ao sabor dos acontecimentos. E instituiu para isso a hierarquia e a disciplina, como armas fundamentais para livrar as forças militares dos embates mais ou menos profundos, provocados pelos choques de classes da sociedade.

Nem sempre o Estado obteve êxito nesse seu propósito. A história registra momentos em que as forças militares foram levadas a mudar de posição. Isto se deveu ao fato de que as classes dominantes já não tinham condições de manter-se nas posições primitivas.

A abolição da escravatura e a proclamação da República são acontecimentos históricos que revelam como foi possível às forças militares mudarem de atitude.

É evidente que — refletindo os choques de classe da sociedade brasileira — as forças militares, por sua maioria, em contrapartida, influíram e pressionaram assim as classes dominantes. E, com isso, desempenharam objetivamente um papel dirigente.

Acontece que se tratava de um papel positivo, pois as causas abraçadas significavam um progresso, um grande passo adiante.

Semelhantemente, nos anos recentes, no período após-guerra, as forças militares desempenharam um papel positivo, quando se colocaram — por uma imensa maioria — a favor do monopólio estatal do petróleo e a favor de outros postulados de cunho nacionalista, e mesmo democrático (11 de novembro) *.

As forças militares podem exercer esse papel quando não estão em jogo interesses que põem em xeque ou ameaçam o domínio das velhas classes dirigentes. Idêntica circunstância ocorre quando se extingue o poderio de velhas classes dirigentes, ou lhes é arrebatada uma parcela de poder. A condição exigida para isso é que não haja perigo de transferência de controle do Estado e de sua máquina para as mãos das massas.

A abolição da escravatura e a implantação da República, por exemplo, abalaram a velha classe dos escravocratas. Mantiveram, porém, o Estado brasileiro enfeudado ao domínio das classes exploradoras, sob o signo da conciliação entre burguesia e latifúndio, que se transformou em característica de nossa evolução histórica.

No caso da luta pelo petróleo e de certos pronunciamentos democráticos, que empoalgaram a maioria das forças militares — como a defesa da Constituição no 11 de novembro — não havia risco de qualquer natureza para o Estado brasileiro, cuja estrutura permaneceu inalterável.

Em face, porém, do avanço das massas, ameaçando influir no poder, ou diante do perigo de mudança de qualidade na estrutura do Estado, as classes dominantes levantarão as forças militares contra as massas. Fá-lo-ão, desencadeando o golpe militar — como recurso extremo — para liquidar as liberdades democráticas. E, se necessário, simultaneamente, alijando do interior das forças militares os elementos suspeitos ou declaradamente favoráveis ao povo, isto é, ao nacionalismo e à democracia.

* A 11 de novembro de 1955, o Ministro da Guerra, Marechal Teixeira Lott, antecipando-se ao golpe de Estado que impediria a posse do Presidente eleito Juscelino Kubitschek, depõe Carlos Luz e coloca no poder o senador Nereu Ramos.

Foi o que ocorreu com o golpe de 1.º de abril de 1964, preparado, aliás, no interior das forças militares, com o estímulo, a inspiração e o apoio do imperialismo norte-americano.

É impossível deixar de relacionar os golpes militares no Brasil com a ação do imperialismo. E isto se tornou mais evidente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos redobram seu trabalho no seio das forças militares brasileiras.

A esse respeito, vale a pena lembrar o discurso que Adalgiza Néry pronunciou na Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, e que foi publicado no "Diário da Assembléia Legislativa" do mesmo Estado, com a data de 13 de novembro de 1964. Da leitura desse discurso podemos inferir as desastrosas conseqüências a que fomos arrastados pela assinatura e ratificação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

Significativo, também, é o que nos revela Nelson Werneck Sodré, em sua obra já citada "História Militar do Brasil", página 403, ao afirmar:

"O grande esforço do imperialismo, sem dúvida alguma, vem sendo desenvolvido nesse sentido: o de transformar as Forças Armadas nacionais em tropa de ocupação a seu serviço. Para isso, em todos os momentos, nos repetidos encontros de chefes militares em cursos especiais que oferecem, em viagens de estudo que proporcionam e, principalmente, valendo-se das missões militares, manipulam o anticomunismo. Acabar com o comunismo, e pela violência armada, constituiria, para todas as Forças Armadas do mundo "ocidental e cristão", a missão fundamental, conjugando-as como únicas, obedientes ao mesmo comando, despojadas de características nacionais, desinteressadas dos problemas específicos de cada um dos países a que devem servir. Essa continuada e minuciosa operação de lavagem cerebral, que não pode atingir individualmente e de perto cada indivíduo das Forças Armadas, tem atingido, realmente, e com êxito, determinados grupos delas, grupos especializados e por isso mesmo atingíveis: os do comando, os do Estado Maior, os de alguns serviços especiais. O que vem acontecendo, assim, entre nós, é a tentativa, rigorosamente planejada e executada, de ganhar o aparelho de comando das Forças Armadas porque, ganho este, como tais instituições operam por gravidade, isto é, de cima para baixo, por força da hierarquia e da disciplina, o resto vem como conseqüência. É preciso confessar que, realmente, o imperialismo vem conseguindo alguns êxitos espetaculares nesse sentido".

A influência e o domínio do imperialismo norte-americano no alto comando das forças armadas brasileiras exercem um papel altamente negativo.

Os fatos demonstram que, sobretudo em conseqüência disso, a tendência repressiva militar chegou a ponto demasiado elevado nas circunstâncias atuais.

É incontestável que, em decorrência de uma relativa composição pequeno-burguesa da elite militar, e em virtude do impacto que o conhecimento da realidade brasileira provoca em muitos homens dessa elite, uma plêiade de oficiais das forças armadas brasileiras passou-se ao marxismo. Seria, entretanto, absolutamente fora de sentido não ver a constância do surgimento — quase ininterrupto — de oficiais torturadores e espancadores, de feição nazista, em que são abundantes as três armas.

O importante é assinalar que nas forças armadas foi crescendo uma tendência reacionária e fascista, culminando com sua predominância no alto comando militar e entre os oficiais golpistas responsáveis pela *abrilada*.

Tal tendência cresceu e estendeu-se até a decantada teoria da geopolítica * e à tese da interdependência da soberania nacional. Uma e outra — diga-se de passagem — destinadas a dar cobertura aos interesses do imperialismo norte-americano, em detrimento do sentido nacional.

A despeito de que uma parte das forças militares não aceita a tendência mencionada e simpatiza com o nacionalismo, não se pode deixar de reconhecer que o miolo das forças armadas a ela se adapta, diante do pavor infundido pela campanha anticomunista.

Um erro comum dos comunistas e das forças de esquerda em geral foi a propaganda da tese de que as forças armadas brasileiras são democráticas ou têm tradição democrática. Semelhante tese — a julgar pelo papel dos militares no desempenho atual do poder através do balanço histórico de sua atuação permanente — não tem substância marxista. Constituiu, na verdade, mais uma ilusão difundida por aqueles que mais deveriam estar prevenidos contra ela.

Não tem substância marxista, porque o marxismo aprecia os fatos do ponto de vista histórico e do ponto de vista de classe. E, sob esses pontos de vista, as forças armadas brasileiras jamais deixaram de acompanhar as classes dominantes, e têm sido, até hoje, o instrumento destinado a protegê-las e salvá-las nos momentos mais difíceis.

É preciso insistir na tese de que as forças militares se identificam com o Estado e têm uma posição de classe definida, uma função repressora ante o movimento de massas e sua expansão.

É esta função coibitiva das forças armadas que sistematicamente dá origem, em seu interior, aos golpes militares antipovo.

* O general Golbery do Couto e Silva, atual Ministro Chefe da Casa Civil, é o principal representante dessa teoria.

Outra questão controversa é saber se se pode obter o apoio das forças militares em seu conjunto para o triunfo da revolução no Brasil. A isto os marxistas respondem negativamente, pois o contrário seria fugir à tese de que as forças armadas em seu conjunto são um instrumento de repressão do Estado, e se identificam com ele. Não há nenhum exemplo histórico de triunfo da revolução com a ajuda total das forças militares do Estado completamente reacionário, ou simplesmente democrático-burguês, se a revolução em causa é popular, ou mesmo nacional e democrática, sob a liderança do proletariado.

Afastada a idéia de ganhar o conjunto das forças armadas para a revolução — o que constituiria um visionarismo — resta ao proletariado adotar uma política militar, cujo objetivo seja atrair para o lado da revolução uma parte das forças militares convencionais.

Tal objetivo é viável e pode ser atingido. Para isso, deve-se levar em conta que as forças militares são compostas de classes e refletem os choques, conflitos e colisões da sociedade brasileira, estando sujeitas a dividir-se e a fender-se.

E ainda que a maioria, no interior das forças armadas, prossiga sendo o esteio da reação, sempre há uma parte — por menor que seja — que se poderá ganhar contra a reação.

Ao traçar sua política militar, o proletariado rejeita, desde logo, colocar-se sob a hegemonia da burguesia, render-lhe obediência.

O comando da burguesia — mesmo nos momentos em que um dos setores burgueses no poder ou fora dele pretende realizar reformas — é um comando vacilante, temeroso das massas e do proletariado. É um comando que ensaia a luta, mas quando os golpistas das forças militares levantam a cabeça, acaba capitulando, como aconteceu no governo João Goulart.

Em matéria de política militar, o proletariado sofrerá um derrota inevitável sempre que subordinar sua ação à liderança da burguesia ou alimentar ilusões num dispositivo militar-sindical.

Este foi um dos erros capitais das forças populares e nacionalistas no curso do governo goulartiano, quando a política militar dessas forças esteve submetida à direção do setor burguês do Poder Executivo. Militares que seguiram essa política e acabaram sendo expulsos das forças armadas pela ditadura atual, em um documento bastante significativo, fazem autocrítica nos seguintes termos:

“Chegamos mesmo à posição reboquista, de deformação ideológica, ao supor que poderíamos manter um comando militar dentro do comando da burguesia”.

Dentro do comando da burguesia evidentemente quer dizer: subordinado ao comando da burguesia. E, acrescentamos, é inútil ficar esperando pelas diretrizes do comando burguês nas forças armadas, pois essas sempre fracassam pelo medo da burguesia em dar chance ao proletariado.

No documento citado, os militares a que nos referimos chegam à conclusão de que a política militar de subordinação ao comando burguês levou-os à perplexidade diante dos acontecimentos do dia 31 de março de 1964, culminando com a incapacidade de resistir mesmo com aquilo de que ainda dispunham.

Os que adotam uma política militar reboquista fogem a uma posição de classe, fogem à essência do marxismo-leninismo. Fogem também ao espírito de classe do proletariado os que pregam uma política militar esquerdizante. São os que afirmam que a política militar existe para comandar a luta armada e destruir o Estado e as próprias forças armadas.

Nas condições atuais, uma tal política dentro das forças militares leva ao isolamento dos seus propugnadores.

A verdadeira política militar existe como elemento tático permanente da estratégia revolucionária. E consiste em unir os elementos militares revolucionários sob a liderança do proletariado. Simultaneamente, uni-los com o povo, com o proletariado, com os camponeses. As lutas militares devem ser combinadas com as lutas operárias e camponesas, dentro da tática e da estratégia do proletariado, entendendo-se por lutas militares também a luta nacional dentro das forças armadas.

Quando falamos em elementos militares revolucionários, é exatamente porque nem todos os militares podem ser revolucionários, e só uma parte deles passará para o campo da revolução.

Por outro lado, ao nos referirmos às lutas militares, queremos distingui-las da luta armada, uma vez que esta última inclui também a participação do elemento civil e pode até assumir o aspecto de luta camponesa. Isto significa que a luta armada não é para ser desencadeada necessariamente sob a direção militar.

Uma política militar que só vê as forças armadas como uma coisa em si e só se dedica a enfrentar o trabalho político dentro delas, sem relacioná-las com o trabalho revolucionário extramilitar, não tem condições de êxito.

Estabelecidas estas premissas, e feita a ressalva de que a verdadeira política militar jamais deve subordinar-se ao comando da burguesia, resta conceituar as táticas de atuação no interior das forças armadas. Nesse sentido, o documento dos militares a que já referimos afirma o seguinte:

“Podemos conceituar as táticas de atuação nas forças armadas como uma tática legal, ampla, podendo-se caracterizar como uma tática de massas. Uma outra, clandestina, secreta, fechada.”

Do ponto de vista amplo, de massas, é impossível impedir que os patriotas lutem dentro e fora das forças militares pela reformulação das tarefas impostas às forças armadas brasileiras. E é nessa tecla que o proletariado deve insistir, sem ceder às pressões e à vacilação da liderança burguesa, que teme defender para as forças armadas um programa nacionalista e democrático.

Elementos desse programa encontram-se no livro de Nelson Werneck Sodré, a “História Militar do Brasil”, nas Conclusões, à pág. 404. A elas remetemos o leitor.

Em tal programa destacamos como fundamental levantar reivindicações democratizadoras de caráter profissional, ou melhor dizendo, a democratização da estrutura militar, e bem assim a nacionalização do equipamento material.

É o que Nelson Werneck Sodré situa com precisão na obra citada, pág. 407, ao dizer:

“Torna-se pacífica e de entendimento geral a compreensão de que o equipamento material das Forças Armadas jamais poderá ser convenientemente atendido enquanto fornecido de fora, e segundo interesses que não são os nossos. Trata-se de produzir tais equipamentos, de acordo com as nossas verdadeiras necessidades e colocando o aparelhamento das Forças Armadas na exata correspondência com o desenvolvimento material do país, e não mais através de processos de aquisição no exterior que se colocam na mesma linha e no mesmo sentido do processo de endividamento externo e de deterioração do comércio exterior que surge, hoje, com demasiada clareza para continuar a ser aceito e tolerado. Devemos, por isso, não apenas nacionalizar o material em uso, mas a técnica de sua produção, os princípios a que seu uso obedece, os conhecimentos a que está ligado”.

Do ponto de vista de massas, estas e outras reivindicações aliecerçam uma correta política militar. Do ponto de vista da tática fechada, basta citar o documento dos militares, já referido linhas atrás, quando afirma o seguinte:

“A tática conspirativa ilegal, no sentido primário, seria a existência de um órgão de comando coordenador independente e fora da máquina de comando da burguesia”.

A conceituação das duas táticas no interior das forças militares não significa, entretanto, que elas atuem isoladamente. Pelo contrário, devem convergir para um único ponto: o isolamento da direita militar.

As Guerrilhas como Forma de Luta

A forma de luta geral que o povo brasileiro emprega contra a ditadura é a luta de resistência das massas. Torna-se dispensável aqui tecer outros comentários sobre a resistência como forma de luta geral do povo, eis que o assunto foi motivo de apreciação no livro "Por que Resisti à Prisão", no capítulo intitulado "O papel das forças populares e nacionalistas".

A luta de guerrilhas é — no caso brasileiro — uma das formas da luta de resistência das massas.

As guerrilhas são uma forma de luta complementar. Em si mesmas, elas não decidem a vitória final. Seja na guerra ou na luta revolucionária, elas pressupõem a existência de uma forma de luta principal. Em relação a tal princípio, os exemplos históricos das lutas de guerrilhas mostram o importante papel que elas desempenham na libertação dos povos e na derrubada das tiranias.

No Brasil, é conhecido o exemplo da luta de guerrilhas desencadeada contra a invasão dos holandeses. As guerrilhas dirigidas por Luiz Barbalho tiveram como objetivo eliminar as fontes de alimentos que abasteciam os invasores. Luiz Barbalho marchou do Rio Grande do Norte até a Bahia, passando por entre as linhas dos holandeses, e alcançou o sítio onde foi construído o forte de Barbalho, ainda hoje existente no bairro do mesmo nome, na cidade do Salvador.

A luta de guerrilhas de Barbalho foi combinada com a política de terra arrasada, o que — de fato — prejudicou o fornecimento de alimentos ao inimigo estrangeiro. Mas o que veio a decidir a situação, determinando a expulsão definitiva dos holandeses, foi, finalmente, a forma de luta principal — as grandes batalhas de Monte das Tabocas e dos Montes Guararapes, e o cerco dos invasores, com a conseqüente rendição da Campina do Taborda.

Outros exemplos podem ser citados: o da Espanha, quando da invasão dos franceses; o da China, quando da guerra contra os japoneses e na luta civil contra Chiang Kai Chek; o de Cuba, com Fidel Castro à frente, acompanhado de Che Guevara e outros valorosos combatentes.

Uma luta de guerrilhas persistente e prolongada — quando ainda não existe um exército regular de combatentes do povo — leva à formação desse Exército, se for uma luta conduzida com acerto e se condições objetivas e subjetivas o permitirem.

A luta de guerrilhas constitui assim na tática dentro da estratégia revolucionária, estratégia esta capaz de conduzir — nas condições atuais — as forças populares e nacionalistas a uma vitória.

A luta de guerrilha é uma forma de luta política. Mas é uma forma de luta política diferente — aplicável quando a luta política

já não pode resolver-se pacificamente, e tem que fazer-se por outro meio. Ainda que a insurreição e a guerra civil constituam igualmente outros meios de efetuar luta política, não resta dúvida que a luta de guerrilhas tem a vantagem de poder organizar-se mais rapidamente, e com efetivos pouco numerosos a princípio. Também em qualquer momento, a luta de guerrilhas pode ser entrosada com as duas outras formas de luta referidas, quer simultaneamente, ou com cada uma delas em separado.

As forças populares e nacionalistas necessitam de um poderio. Daí que, *pari passu* com a luta política pelos meios ainda possíveis nas cidades, seja conveniente lançar mão da guerrilha. Por meios ainda possíveis nas cidades, entendemos as mais variadas formas de protestos e manifestações, dentro da linha de resistência de massas, mesmo que a ditadura se lance contra, reprimindo, punindo, usando da violência.

Fica subentendido que a luta de guerrilhas não é inerente às cidades, não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas. A luta de guerrilhas é típica do campo, das áreas rurais, onde há terreno para o movimento e onde a guerrilha pode expandir-se. Guerrilha que não se expande não preenche seu papel.

A luta política no Brasil sofreu uma mudança de qualidade. Já não há possibilidades reais de levá-la à vitória pela via eleitoral, ou através de movimento de massas destinado a pressionar o governo. Convém não confundir duas coisas distintas: a utilização de possibilidades legais e a possibilidade da vitória final.

Uma coisa é utilizar as mínimas possibilidades legais nos vários terrenos, inclusive no eleitoral e no jurídico. É sempre possível e necessário trabalhar para obter vantagens, acumular forças, dar incremento à frente única antiditadura, através de processos legais. Por mais precárias que sejam as condições, tais possibilidades mínimas jamais devem ser desprezadas.

Outra coisa, entretanto, é pretender exclusivamente através dessas possibilidades chegar à vitória final.

Desde abril de 1964 estamos sob uma ditadura militar, que emprega a violência e o terror contra o povo. Severas penas são aplicadas pelos tribunais aos lutadores e oponentes da ditadura. São penas mais pesadas que as do tempo do Estado Novo. Leis proibitivas — como a que dissolveu os partidos políticos e muitas outras — são baixadas inexoravelmente. Repetem-se os atos institucionais. As eleições e posse dos eleitos passaram a ser concessões da ditadura, que instituiu as eleições indiretas e a discriminação contra os candidatos, excluindo-os sistematicamente do preceito político legal. Com o que foi abolido o chamado sistema representativo, transformadas as elei-

ções numa farsa. Os direitos individuais e sociais foram riscados, a Constituição rasgada e o arbítrio erigido em lei.

O poder é controlado pelos coronéis fascistas, senhores absolutos dos IPMs e principais responsáveis pela intromissão indevida e intolerável nos assuntos civis. Milhares de brasileiros — civis e militares — estão com os direitos políticos cassados e impedidos de arranjar emprego condigno. A ditadura os reduziu à condição de marginalizados.

Os detentores do poder ocupam-se em abrir IPMs, interrogar acusados, mandar prender e condenar, desobedecer ordens de *habeas-corpus*. Outra atividade que os empolga é decretar leis restritivas ou fascistas, obedecer aos Estados Unidos e aplicar uma política econômico-financeira de desastrosas conseqüências. Tal política paralisa o país, sobrecarrega o povo de impostos, agrava a carestia, não detém a inflação e entrega o país de portas abertas aos trustes e monopólios norte-americanos e ao governo dos Estados Unidos.

Não é difícil prever, diante deste quadro, que a situação econômico-social brasileira gera condições capazes de nos impelir às guerrilhas e à guerra civil.

Os fenômenos que se operam internamente no Brasil e que levaram à derrota das forças populares e nacionalistas, e podem agora arrastar-nos à guerrilha, não estão desligados de fatos novos, surgidos no panorama internacional, e com reflexos imediatos na América Latina e em nosso país.

Estes fatos novos decorrem da crise geral do capitalismo, em sua terceira fase, quando se equaciona o problema da libertação dos povos, em condições assinaladas pela inexistência de uma conflagração mundial. Desses fatos, um dos mais característicos é que as forças armadas, em certo número de países subdesenvolvidos ou recentemente libertados do colonialismo, se transformaram em pontos-de-apoio fundamentais do imperialismo norte-americano e das forças retrógradas internas desses países. Depois do golpe militar no Brasil, em 1964, tivemos o golpe militar da Argentina, o da Indonésia, o do Congo. É de prever que outros golpes militares sejam desencadeados, e que continue o processo de utilização das forças armadas convencionais de muitos países como instrumento principal na luta contra a democracia e contra a libertação dos povos. Em tais condições, alertados pelas ilusões numa vitória fácil com apoio das cúpulas, e despertados para o exame da falta de preparo ante os golpes militares que os apanharam de surpresa, os revolucionários — agora amargando a derrota — procurarão corrigir seus erros e passar a outras formas de luta. Alguns povos — privados da liberdade — poderão encontrar refúgio na guerrilha, deslocando a luta para as áreas rurais, abrindo uma segunda frente.

A experiência atual das lutas dos povos assinala a importância do deslocamento da ação de massas para o interior, tendo em vista a necessidade de apoiar o proletariado urbano e mudar a qualidade do movimento de oposição às forças retrógradas e à ditadura.

É no campo, entre as massas rurais, que serão encontrados os elementos, fatores e condições mais condizentes com o tipo de resistência a que somos chamados.

Tenha-se como certo que as lutas nas áreas urbanas crescerão, a despeito da repressão que lhes fará a ditadura e da perseguição que continuará movendo contra os revolucionários. Estes, porém, disseminados no campo, poderão levar o apoio das massas rurais à luta política das cidades.

Um fator favorável é que em vários países latino-americanos, onde predominam as massas camponesas e as nacionalidades índias espoliadas, as lutas de guerrilhas tendem a comprimir-se sobre a área fronteira de fundo do Brasil. Tal fenômeno não poderá deixar de refletir-se entre as massas rurais do nosso país.

Os revolucionários brasileiros têm como certo que a luta será decidida através da iniciativa das forças em ação dentro do país. Nada parece aprovar a idéia de uma luta de guerrilhas que não surja das entranhas do movimento camponês e do movimento de massas, da resistência do povo brasileiro. A mais perfeita identificação com os camponeses, em seus usos, costumes, trajes, psicologia, constitui fator de decisiva importância, segundo o que se conhece de mais elementar na tática de guerrilhas. Todo princípio básico deste tipo de luta tem que resultar de uma concepção identificada com a maneira de ser que resultar do povo brasileiro, com o seu próprio cerne.

A natureza peculiar da guerrilha, pelo seu cunho irregular e pelo desapego a todo e qualquer convencionalismo militar, é incompatível com princípios táticos que não encontrem por parte do povo amparo, cobertura, apoio e a mais extensa e profunda simpatia. A guerrilha tem por isso mesmo um caráter nitidamente voluntário. Qualquer tipo de coação, visando ao seu alargamento e expansão, provocará efeito contrário.

Condicionada pela sua dependência e inteira conformidade ao tipo de resistência brasileira contra a atual ditadura, a guerrilha — nas condições políticas atuais de nosso país — terá a seu encargo fustigar as forças repressivas, impelir o campo para a luta política, incentivar o camponês à luta de classe, incorporando-o à luta geral. A guerrilha é uma das formas de plantar no fundo do país a bandeira da liberdade e da luta pela terra, pelo progresso, pela independência e a quebra do domínio norte-americano, pela abolição das injustiças

dos latifundiários, por um mínimo de bem-estar e melhoria para a população rural sofredora.

O Brasil é um país cercado pela atual ditadura militar entreguista e pelos círculos dirigentes norte-americanos, a cujo serviço se encontram os traidores que empolgaram o poder.

Dentro das condições desse cerco, a guerrilha brasileira — com seu conteúdo nitidamente político — não pode deixar de significar um protesto, uma referência para a elevação da luta do nosso povo. Seria imperdoável não lhe dar a necessária continuidade e durabilidade, arriscando-a a lutar onde o inimigo tem superioridade de forças concentradas ou permitindo-lhe aventurar-se a travar batalhas ou mesmo combates decisivos com as forças da reação.

Ninguém espera que a guerrilha seja o sinal para o levante popular ou para a súbita proliferação de focos insurrecionais. Nada disso. A guerrilha será o estímulo para o prosseguimento da luta de resistência por toda parte. Para o aprofundamento da luta pela formação da frente-única antiditadura. Para o esforço final da luta de conjunto, de todos os brasileiros, luta que acabará pondo por terra a ditadura.

CARTA À EXECUTIVA

Rio, 1 de dezembro de 1966

À Comissão Executiva
Prezados Camaradas:

Escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva.

O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é dema-
siado grande e existe entre nós uma situação insustentável.

Na vida de um combatente é preferível renunciar a um convívio formal a ter de ficar em choque com a própria consciência.

Nada tenho a opor aos camaradas pessoalmente.

No trabalho sob o título “Luta Interna e Dialética”, publicado na “Tribuna de Debate” e em folheto, procurei tornar clara a idéia que tenho sobre a desnecessidade do tom pessoal na luta interna.

Na verdade, nenhuma pessoa por si só está em condições de determinar a marcha da história, coisa que compete, sem nenhuma dúvida e antes de mais nada, às massas trabalhadoras.

O que torna ineficaz a Executiva é a sua falta de mobilidade, é não exercer o comando efetivo e direto do Partido nas empresas fundamentais do país, é não ter atuação direta entre os camponeses.

O centro de gravidade do trabalho executivo repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais, o Partido inevitavelmente estará sem condutos para mover-se, não ouvirá a voz do comando, como já aconteceu face à renúncia de Jânio e à deposição de Goulart.

Solicitando demissão da atual Executiva — como o faço aqui — desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente, junto com as massas, e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança.

A Circulação das Idéias

Uma das questões em que a Executiva se mostra temerosa e conservadora é quanto ao aparecimento de livros e à circulação de idéias.

Há cerca de ano e meio publiquei o livro “Porque Resisti à Prisão”.

A experiência das lideranças passadas, em matéria de lançamento de livros não é boa. As direções executivas dificultavam ou impediam tal coisa por meio de subterfúgios, retendo originais ou exercendo a censura prévia.

Os camaradas da Executiva atual reclamam, entretanto, que só *a posteriori* tomaram conhecimento do livro mencionado.

Mesmo assim, não o discutiram; sobre ele não emitiram nenhuma opinião, apesar de interpelados por militantes e outros dirigentes.

Agora, passado mais de um ano, os companheiros fazem auto-crítica pela omissão e opinam sobre o livro, considerando boa a primeira parte (que faz o relato da prisão). Não concordam, porém, com a segunda parte (que expõe os assuntos ideológicos e políticos), porque esta — segundo pensam — é contra a atual linha do Partido.

Parece estranho condenar uma parte do livro e não condenar igualmente a outra.

As duas partes são indivisíveis. Uma é decorrência da outra. Há uma interação entre elas, uma relação de causa e efeito. A resistência à prisão não teria havido se os motivos políticos expostos no livro não a justificassem.

Os companheiros, porém, não atentam para essa evidência. Entram pelo terreno da abstração e do agnosticismo kantista e separam coisas inseparáveis.

E vão mais além, sustentando a tese de que um membro da liderança não pode escrever, publicamente, discordando.

A tese é stalinista, mas aí a temos de volta.

Ora, a discordância nunca é um fato repentino, mas o amadurecimento de um processo contraditório, facilitado sempre que se abre o debate, sobretudo quando o último foi travado há seis anos atrás.

E é exatamente neste momento — com os debates abertos — que os companheiros afirmam a impossibilidade da discordância pública.

Recai-se, assim, na “teoria da unanimidade” que tanto prejuízo trouxe no passado. Volta-se à concepção antimarxista e antidualética do “núcleo dirigente” monolítico, superposto ao coletivo. Em suma,

trata-se de uma tentativa de intimidação ideológica, o recurso a uma forma de coação para evitar a circulação de idéias que são temidas.

Entretanto, revelar as contradições é uma forma e até mesmo um método para superá-las, desde quando as idéias entram em confronto umas com as outras e a prática é tomada como critério para testar a verdade.

De onde vêm as Discordâncias

Nossas discordâncias não são de agora. Vêm de muito antes. Cresceram a partir dos acontecimentos subseqüentes à renúncia de Jânio, quando o nosso despreparo político e ideológico ficou demonstrado.

Em 1962, perante o coletivo do Partido, critiquei os métodos não marxistas, os remanescentes do individualismo na direção e a falta de tomada de posição ideológica face ao nosso despreparo.

O golpe de abril — vitorioso sem nenhuma resistência — mostrou mais uma vez que política e sobretudo ideologicamente estávamos mesmo despreparados.

A resistência à prisão e o livro que tratou do assunto significavam aquela tomada de posição ideológica face ao despreparo e à perplexidade geral.

O despreparo ideológico e político da Executiva — segundo penso — revela-se em suas concepções, já agora postas em dúvida por muitos militantes.

São concepções imbuídas do fatalismo histórico de que a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira. A Executiva subordina a tática do proletariado à burguesia, abandona as posições de classe do proletariado. Com isto perde a iniciativa, fica à espera dos acontecimentos.

O livro que publiquei sob o título “A Crise Brasileira” (Ensaio Político) é exatamente uma contribuição ao debate aberto em torno das posições da liderança, posições que venho combatendo publicamente, amparado no princípio da livre discussão.

Não vejo mal em combater tais posições, pois o que todos desejamos é uma Executiva em condições de ir para a ação e manejar o método dialético-marxista.

As Ilusões de Classe

As ilusões da Executiva — perdoem-me os companheiros — permanecem intactas. Daí porque as vimos refletidas nas ilusões de uma boa parte dos dirigentes e militantes que acreditavam em líderes burgueses, como Juscelino, Jânio, Adhemar, Amauri Krueel, Justino

Alves e outros, e tinham esperança na resistência que prometiam fazer contra a ditadura. O episódio da cassação de Adhemar não foi, porém, a última decepção.

Temos agora o caso da “frente ampla” *. A Executiva manifestou-se com inequívocas simpatias pela “frente ampla”, renunciando a criticá-la e a esclarecer as massas sobre seu significado.

Lacerda — líder fascista — quer fazer seu próprio partido, exibindo-se como popular e reformista.

A Executiva acha tudo isto um “fato político positivo” (“Voz Operária” **, n.º 22, novembro de 1966), admitindo que a “frente ampla” venha a ter a capacidade de lutar contra a ditadura, pelas liberdades e os interesses reais do povo brasileiro.

A jogada de Lacerda é abrir novos caminhos para servir ao imperialismo norte-americano e evitar a libertação nacional de nosso povo. Lacerda é incapaz — por sua situação de classe — de lutar realmente pelo povo, contra o latifúndio e o monopólio da propriedade privada da terra, em favor dos camponeses e em favor da classe operária. O que Lacerda pretende — segundo se deduz dos fatos — é a colaboração de classes, é a conciliação que leva ao apoio a Costa e Silva.

A Executiva silencia sobre isto, ajuda a semear ilusões.

As ilusões são justificadas em nome da propalada política ampla, em nome do combate ao sectarismo e ao esquerdismo, enquanto se despreza a luta em favor da ideologia do proletariado. Esquece-se do papel do Partido marxista, da sua independência de classe e cai-se no reboquismo ante a burguesia.

Em vez de combater as ilusões, apressou-se a Executiva a combater o revanchismo, adotando uma posição burguesa, como se não devêssemos ajustar contas com a ditadura à maneira proletária, ou seus crimes e chamar seus autores à responsabilidade. Como se não devêssemos apontar ao proletariado os criminosos golpistas, denunciar “à maneira plebéia”, segundo diria Marx em seu tempo.

Caminho Eleitoral ou Caminho Armado

A Executiva ainda pensa em infligir à ditadura derrotas eleitorais capazes de debilitá-la. E dá grande importância ao MDB,

* “Frente Ampla”: aprovada a nova Constituição em janeiro de 67, o líder fascista Carlos Lacerda inicia uma campanha por uma Constituinte “verdadeira”. Em dezembro seu movimento contava com o apoio da maioria das seções regionais do MDB. No primeiro semestre de 1968, uma portaria do Ministério da Justiça declararia ilegal a “Frente Ampla” de Lacerda e o movimento se esvaziaria.

** O jornal Voz Operária é o órgão oficial do PCB.

apontado como capaz de permitir a aglutinação de amplas forças contra a ditadura. Ou então apóia a “frente ampla” do Lacerda.

Não é isto querer desfazer-se da ditadura suavemente, sem ofender os golpistas, unindo gregos e troianos?

Em vez de uma tática e estratégia revolucionárias, tudo é reduzido — aberta ou veladamente — a uma impossível e inaceitável saída pacífica, a uma ilusória redemocratização (imprópria até no termo).

Parece não se ter compreendido Lenin quando em “Duas Tácticas” afirma que “os grandes problemas da vida dos povos se resolvem somente pela força”.

Em outra parte, falando sobre a vitória, acrescenta Lenin que esta “deverá apoiar-se inevitavelmente na força armada das massas, na insurreição”, e não em tais ou quais instituições criadas “por via legal” e “pacífica”.

Depois de tanto se ter falado que à violência das classes dominantes se responderia com a violência das massas, nada foi feito para que as palavras coincidissem com os atos. Esquece-se o prometido e continua-se a pregar o pacifismo.

Falta o impulso revolucionário, a consciência revolucionária, que é gerada pela luta.

A saída no Brasil — a experiência atual está mostrando — só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as conseqüências e implicações que daí resultam.

“É verdade que nossa influência, a dos social-democratas (quer dizer, a dos comunistas), sobre a massa do proletariado ainda é muito insuficiente; a influência revolucionária sobre a massa camponesa é insignificante; a dispersão, a falta de desenvolvimento, a ignorância do proletariado e sobretudo dos camponeses, ainda são terrivelmente enormes.”

“A revolução, porém, aglutina as forças com rapidez e as instrui com a mesma velocidade. Cada passo dado no seu desenvolvimento desperta a massa e a atrai com uma força irresistível para o programa revolucionário, o único que exprime de um modo conseqüente e completo os seus verdadeiros interesses, seus interesses vitais.”

Há no Brasil forças revolucionárias internas capazes de resistir à ditadura e ir à luta. E é verdade que o pensamento leninista brota por toda parte onde o proletariado faz sentir sua influência.

Razões Irreversíveis

A Executiva crê na liderança da burguesia e este fato é decisivo na tomada de posições. Conforme o ponto de partida a propósito

desta questão, as demais questões serão resolvidas de uma forma ou de outra.

A questão mais importante, a fundamental, é a questão do poder. Os revolucionários no Brasil não se podem propor a uma outra coisa senão a tomada do poder, juntamente com as massas. Não há porque lutar para entregar o poder à burguesia, para que seja constituído um governo sob a hegemonia da burguesia. Foi o que se pretendeu com o governo nacionalista e democrático. É o que se pretende agora, propondo-se a conquista de um "governo mais ou menos avançado", eufemismo que traduz a esperança num governo sob hegemonia burguesa, fadado a não resolver os problemas do povo.

Isto significa a renúncia à luta pelo poder através da ação revolucionária, a confiança no caminho pacífico e eleitoral, a capitulação ante a burguesia.

A Constituição fascista, autoritária, que elimina o monopólio estatal, que sustenta a atual estrutura agrária retrógrada, que assegura a total entrega do país aos Estados Unidos, que reduz o Parlamento e a Justiça a instrumentos dóceis do Poder Executivo, tal Constituição não permitirá nenhum governo democrático por via eleitoral.

É preciso por abaixo tal Constituição, derrubar a ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura. Fora disso, é permanecer mais dez, vinte anos, fazendo acordos eleitorais, ajudando as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada, a serviço da repressão ao movimento de libertação dos povos latino-americanos.

A conclusão não pode ser diferente, sobretudo em face de vinte anos de acordos eleitorais feitos no passado, acordos eleitorais sem princípios, que nos descreditaram e desgastaram ante as massas.

São tentativas inviáveis, prática e teoricamente, pois a época das revoluções democrático-liberais já está ultrapassada.

Temeroso da revolução cubana, o imperialismo norte-americano, agora apoiado nas forças armadas convencionais latino-americanas, não vacila em desencadear os golpes militares ao menor sinal de um avanço no caminho da libertação dos povos de nosso continente. E nem mesmo desiste ou recua do emprego da guerra de agressão mais brutal, como no Vietnã.

A luta pelas reformas de base não é possível pacificamente, a não ser através da tomada do poder por via revolucionária e com a conseqüente modificação da estrutura militar que serve às classes dominantes.

O abandono do caminho revolucionário leva à perda de confiança no proletariado, transformado, daí então, em auxiliar da burguesia, enquanto o Partido Marxista passa a ser apêndice dos partidos burgueses.

A subordinação e a perplexidade ante a burguesia e sua liderança impelem ao menosprezo do campesinato na revolução brasileira.

Daí a causa porque o trabalho no campo jamais constitui atividade prioritária, chocando-se os esforços nesse sentido com a indiferença e a má vontade da Executiva.

Entretanto, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia, como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo.

Sem o camponês, o Partido não fará outra coisa senão acordos políticos e acordos eleitorais de cúpula, para não falar em barganhas.

São razões que não podem deixar de contribuir para o meu pedido de demissão, tornando-se impossível aceitar qualquer conciliação ideológica.

O Problema de São Paulo

A Executiva — segundo me parece — subestima o partido nas empresas, não ajuda a construí-lo aí com uma firmeza inabalável.

Quem pensa em fazer a revolução tem que se apoiar nas empresas e na classe operária. No Brasil, tem que se apoiar em São Paulo, a concentração operária fundamental e decisiva no país.

Entretanto, a situação do Partido em São Paulo é desastrosa, afastado como está das empresas e atingido pelas influências ideológicas da burguesia.

A Executiva assistiu indiferente ao declínio do Partido em São Paulo. Não obstante, inquietou-se e deu sinal de contrariedade quando — sem ser levada em conta sua opinião — os militantes de São Paulo elegeram para a direção estadual um dos membros da Executiva e outro dirigente nacional.

Tentando rechaçar a iniciativa dos militantes, a Executiva invocou uma Resolução inexistente, proibindo qualquer de seus membros de pertencer a uma direção estadual, o que seria transformar a Executiva numa espécie de torre de marfim sem atuação direta junto às bases de empresa ou do campo. Inconformados, os militantes de São Paulo já haviam afastado da direção estadual todos os quadros para ela designados pela Executiva, e que não haviam correspondido. Tanto mais quanto o Partido enveredara pelo reboquismo à burguesia, tendo sido permitida em suas fileiras forte penetração e influên-

cia da ideologia burguesa, particularmente do janismo e do ademarismo.

Campeavam, então, em São Paulo, as teses da burguesia, sintetizadas sobretudo na chamada “conquista do poder local” e na existência de um partido, cujo nome era evitado e substituído pela denominação de “movimento comunista”, onde, aliás, não devia haver lugar “para os homens cuja revolta os leva ao desajuste e ao afastamento da convivência social.”

Em vez de um Partido revolucionário de massas, as teses preconizavam um partido pacífico, bom para entendimentos e acordos eleitorais.

Um dos objetivos programáticos dessas teses em circulação em São Paulo era “uma reestruturação democrática da máquina administrativa dos órgãos judiciais e do aparelho policial”.

As teses mencionadas contribuíam para descaracterizar e deformar o Partido e eram ao mesmo tempo uma consequência disso.

A conferência estadual realizada em São Paulo reagiu contra as deformações e a influência ideológica da burguesia e rejeitou *in totum* aquelas teses oportunistas.

Ao invés de saudar a conferência e os seus resultados, a rejeição de semelhantes teses e a posição dos militantes elegendo quadros de sua confiança para a direção, ainda que sem consultar a Executiva e sem levar em conta os seus veredictos, a Executiva descontenta-se e trata de agir em São Paulo, passando por cima da direção estadual.

Somente agora a Executiva chegou à conclusão de que precisa discutir o problema de São Paulo, depois que o Partido ali foi quase destruído e as teses da burguesia penetraram fundo.

Se é assim, que se apurem as responsabilidades, que se assinalem as causas que levaram o Partido a perder suas bases nas empresas, porque não se realizava trabalho entre os camponeses e não se apoiava o esforço revolucionário dos estudantes, porque os intelectuais se distanciavam do Partido, e porque eram preferidos os acordos e entendimentos eleitorais.

A causa principal dessas deformações está — segundo creio — na fraqueza teórica e ideológica da Executiva.

Foi isto que a levou a não ter vigilância de classe, a permitir que caíssem documentos na mão da polícia. A gravidade da questão não está apenas em nomes revelados, mas também em se permitir — por inadvertência — a revelação à polícia de assuntos internos do Partido.

A verdade é que a Executiva está ausente do trato com o marxismo-leninismo, não escreve trabalhos teóricos, não generaliza a

experiência da revolução, teme a publicação de livros e as idéias neles expostas, omite-se diante das questões fundamentais, preferindo a conciliação e o exercício do paternalismo.

É para mim doloroso escrever-lhes como o faço neste momento. Mas não seria de meu feitio deixar de dizer a vocês, perante o coletivo partidário e a opinião pública, o que sinto realmente.

Não acredito que o individualismo ou a ação pessoal possa resolver todos esses problemas. As idéias é que desempenharão o papel decisivo. E somente elas encontrarão eco.

A causa revolucionária brasileira, a libertação de nosso povo do jugo dos Estados Unidos, o empenho pela unidade do Partido em torno das idéias marxistas estão acima de qualquer acomodação, sobretudo quando o que mais se exige de nós, comunistas revolucionários marxistas-lenistas, é justamente a coragem de dizer e agir.

Sem mais, com saudações proletárias

Carlos Marighella

CRÍTICA ÀS TESES DO COMITÊ CENTRAL

junho de 1967

O Comitê Central abriu os debates, embora tardiamente, e lançou suas "Teses" com o objetivo de conclamar todo o Partido para a elaboração da linha política exigida pelas condições atuais.

Porém as "Teses" não estão à altura necessária, não satisfazem, não dão um passo adiante em busca do caminho da revolução brasileira.

Qualquer pessoa que tome conhecimento do capítulo 1.º das "Teses" fica com a impressão de que nosso Partido tinha de ser o Partido da moderação, da prudência, da cautela, para não ferir os interesses da burguesia, para não ir além do permitido pelas classes dominantes, para não ferir a hierarquia e a disciplina militar, para não causar divergências na frente única, para não seguir uma tática ofensiva. Os culpados de tudo seriam "... os esquerdistas da Frente Única, que queriam a ofensiva, que se precipitaram e caíram no sectarismo". O Partido teve culpa, segundo as Teses, "... mas teve culpa porque permitiu esse esquerdismo, quando não havia condições para outra coisa senão apoiar a luta pelas reformas, de maneira que os golpistas e os imperialistas norte-americanos não viessem utilizar nossa luta para acabar com tudo como o fizeram." O erro do Partido foi "não permanecer dentro dos limites do possível, e não declarar isto publicamente, não atuar de acordo com esta concepção. Se tivéssemos ficado dentro dos limites do possível e de nossas forças, ainda muito reduzidas, teríamos chamado a atenção sobre a impropriedade e negativismo do continuísmo de João Goulart. Provavelmente as eleições teriam se realizado nos prazos normais. Jango seria substituído por outro Presidente — talvez um nacionalista —, não teria havido o golpe e prosseguiria o processo democrático...".

Evidentemente, uma posição como esta retrata um Partido acomodado, conservador, que não luta para transformar as coisas. Pa-

rece mais um Partido governista, um partido igual aos demais partidos das classes dominantes. Em vez de um Partido que adota a revolução política como meio de transformação social, de um Partido que tem como maior aspiração levar as massas à conquista do poder estatal. Tais posições refletem um Partido que busca limitar a transformação social às medidas que possam ser concedidas pelas classes dominantes, um Partido que ambiciona chegar à transformação social de forma paulatina, fragmentária, como se o imperalismo e as classes dominantes estivessem dispostas a consenti-lo.

Apesar de parecer um relato objetivo dos fatos anteriores ao golpe de 1964, o primeiro capítulo das "Teses" é uma interpretação da situação feita segundo uma concepção não marxista-leninista.

O Problema da Burguesia

As "Teses" enfocam de maneira errada o problema da burguesia por falta de um estudo científico do assunto.

Enquanto isso, já existem investigações sobre os grandes grupos econômicos no Brasil e, por conseguinte, já há estudos sobre a burguesia. Um deles foi feito no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro (que não pode ser considerado comunista). Aqui nos referiremos a este estudo, esclarecendo que os dados numéricos citados correspondem sempre, neste particular, ao ano de 1962.

As investigações realizadas no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro revelam que os grandes grupos econômicos de nosso país estão constituídos por 55 gigantescos conglomerados de empresas, cada um com um capital superior a 4 bilhões de cruzeiros antigos*. Entre estes grupos se encontram: Light, Pignatari, Ermírio de Moraes, Anderson Clayton, Matarazzo, AMFORP, Belgo-Mineira, Villares, Krupp, Manesmann, Capuava, Volkswagen, Ford, General Motors, Mercedes-Benz, Klabin-Lafer, Vidro-Plano, Guinle-Paula Machado, Simonsen, Moreira Sales, Almeida Prado, Lundgren, Severino Pereira da Silva, Gastão Vidigal, Quartim Barbosa, Omoto-Dedini e outros.

Estes grupos de capitalistas controlam os setores estratégicos da economia brasileira, têm em suas mãos a parte substancial da produção e circulação de bens do país. Seu poder econômico-finan-

* Apenas para comparação, lembramos que na época um dólar correspondia a três mil cruzeiros antigos.

ceiro é o maior. São detentores do setor de exportação e importação (Almeida Prado, Simonsen, Anderson Clayton, Bung & Born, Swift-Armour). Controlam o setor privado bancário, no qual dispõem de Bancos (Moreira Sales, Quartín Barbosa, Mesbla, Guinle-Paula Machado, Gastão Vidigal, Capuava). Monopolizam a distribuição de petróleo e derivados (Esso, Shell). Dominam o setor de investimentos (Light, Volkswagen, Guinle, Monteiro Aranha).

Comandam o setor da indústria básica e da mecânica pesada (Ermírio de Morais, Vidro-Plano, Mourão Guimarães, Alcan, Manesmann, Villares, Pignatari, Schneider, General Electric, Pirelli, Novo Mundo, Volkswagen, Monteiro Aranha, Klabin-Lafer). O setor têxtil e o ramo de hotéis se combinam no grupo Bezerra de Mello. Ometo-Dedini articula a agroindústria do açúcar com um conjunto de mecânica pesada, fabricando equipamentos para usinas.

Os grandes grupos de capitalistas se dividem em estrangeiros e nacionais, numa proporção de 52% estrangeiros, predominando os norte-americanos, e 43% nacionais. Os grupos que possuem o maior capital, acima de 10 bilhões e 30 bilhões de cruzeiros antigos cada um, são estrangeiros em sua maioria.

Os grupos estrangeiros (especialmente norte-americanos) e os nacionais estão geralmente entrelaçados. As ligações de grupos estrangeiros e nacionais se verificam, por exemplo, com Matarazzo e Goodrich Chemical, Bezerra de Melo e Henry Rogers & Co., Gastão Vidigal e Phillips S.A., e assim sucessivamente. Em geral grandes capitalistas brasileiros aparecem como diretores de firmas internacionais poderosas.

Os grupos econômicos da burguesia brasileira, com capitais entre 1 e 4 bilhões de cruzeiros antigos cada um, somam 221 firmas.

As atividades principais desses grupos estão voltadas para a produção de bens industriais, como têxteis, alimentos, papéis, produtos farmacêuticos, artigos de mobiliário, eletro-domésticos, tintas, vernizes, artefatos para veículos, materiais de construção, etc. Entre esses grupos se encontram Pareto, Arno, Cimento Itaú, Indústria Romi, Feffer, Paulo Ferraz, Ultragás, Trol, Adler, Brinquedos Estrela, Grupo Abdalla, Prado, Scarpa, Spina, Massari, Lorenzetti, Keutenjian, Diaz Martins, Gasparian, Probel e muitos outros.

Pelo menos 46% desses grupos econômicos aparecem associados a empresas estrangeiras à base de 30%, 25%, ou "fifty-fifty", mais frequentemente. Há nesses grupos uma tendência nítida para a associação com o capital estrangeiro.

Todos os grandes grupos econômicos no Brasil, de capital próprio acima de 4 milhões de cruzeiros antigos ou entre 4 e 1 bilhão

de cruzeiros antigos, estão organizados de acordo com o sistema de empresas com matrizes no estrangeiro, ou o sistema "holdings", isto é, sistema de empresas entrelaçadas que desenvolvem atividades principais ou secundárias.

O Grupo Dominante da Burguesia

Em síntese, o grosso da burguesia é o que está retratado mais acima e corresponde, na realidade, à alta burguesia, ligada ao imperialismo e também ao latifúndio. Sabe-se hoje, por exemplo, que boa parte das grandes propriedades rurais está em mãos dos grandes capitalistas, como se pode verificar em São Paulo, pelo seguinte quadro que, pelo menos, cita alguns casos:

Grandes Grupos Econômicos Industriais	Grandes Propriedades nas Regiões Agrícolas
Ermírio de Moraes	Mairinque
Matarazzo	Guarulhos
Antunes	Salesópolis e Taubaté
Aços Anhanguera	Salesópolis
Dedini	Piracicaba e Catanduva

É a elite da burguesia brasileira, ou seja, a alta burguesia, que determina a posição de classe da burguesia, pois, como ensina o marxismo: "a posição de uma classe é determinada pela posição do grupo dominante dessa classe".

Ligada ao imperialismo e ao latifúndio, a burguesia brasileira representada pelo grupo dominante dessa classe — a alta burguesia — teme o proletariado e segue no fundamental o caminho das concessões ao imperialismo e ao latifúndio e não o das concessões ao proletariado.

O outro setor da burguesia brasileira — totalmente distinto da alta burguesia — é representado sobretudo pela média e pequena burguesia industrial. Este setor não exerce atividades econômicas por meio de "holdings" e não tem influência política no governo. É um setor oprimido pelo imperialismo. Vive das migalhas da alta burguesia, cujos grupos econômicos retratamos anteriormente.

As "Teses" denominam erradamente burguesia nacional a um setor da alta burguesia, apresentado como não tendo ligações com os monopólios estrangeiros. A verdade, entretanto, é que toda a alta burguesia está ligada ao capital estrangeiro e ao latifúndio, e nada

tem a ver com a burguesia nacional, denominação que, se fosse aceita, somente poderia ser aplicada à média e pequena burguesia.

Em consequência do enfoque errado do problema da burguesia e de sua estrutura, as "Teses" 13, 35 e 51 cometem os maiores absurdos em nome da burguesia nacional. E o pior é que, confundindo a burguesia nacional (média e pequena burguesia) com a grande burguesia, as "Teses" ficam subordinadas a esta última.

O Poder Estatal da Revolução

Partindo de premissas erradas sobre a burguesia, as "Teses" estabelecem que o poder estatal da revolução deverá ser constituído pelas classes e estratos que participem da luta contra o imperialismo e o latifúndio, e terá caráter pluripartidário, a fim de permitir que os diversos setores do bloco de classes revolucionário se manifestem livremente (Tese 37).

Em seguida, a Tese 38 formula o programa que deve ser cumprido pelo novo poder, de caráter pluripartidário. O programa prescrito exige a libertação completa do domínio imperialista, a eliminação do latifúndio e das sobrevivências feudais, a reforma agrária radical e assim sucessivamente.

É impossível, porém, para um poder estatal revolucionário do qual faz parte a burguesia, em regime pluripartidário, realizar os objetivos assinalados, inclusive a reforma agrária radical. Isto somente se daria com a burguesia brasileira se ela estivesse desvinculada dos monopólios imperialistas e do latifúndio.

Acrescente-se o fato de que o programa chega até a prever a distribuição dos frutos do desenvolvimento em benefício principal das massas trabalhadoras da cidade e do campo, o que somente é possível com a eliminação da contradição entre a propriedade privada dos bens de produção e consumo e o caráter social da produção, ou seja, a liquidação do capitalismo. Estaríamos diante de uma situação em que o capitalismo seria liquidado por um poder estatal do qual participasse a burguesia.

As "Teses" entram em contradição consigo mesmas, porque, ou o programa é demasiado avançado e esquerdista, e de sua execução não pode participar a burguesia, como membro de um poder estatal pluripartidário, ou então, o que adota é uma posição de ilusão de classe, esperando o consentimento da burguesia para medidas opostas a seus interesses.

Tais incongruências ocorrem nas "Teses" porque se quer aceitar a crença de que a burguesia é a força capaz de servir de líder à revolução brasileira.

Ilusões de Classe

As ilusões em relação à burguesia constituem o fio condutor das “Teses”, e é isto que se revela nitidamente no capítulo V sobre a tática atual.

Em nenhum ponto desse capítulo se chama a atenção para a oposição popular à ditadura. Ao contrário, destaca-se que setores burgueses prejudicados pela política econômico-financeira se opõem à ditadura. “Sua oposição à ditadura — afirma a Tese 51 — apesar de ser vacilante e tendente ao compromisso, é de importante significação para o fortalecimento da frente democrática”.

Em vez de uma oposição pelas bases, partindo de baixo, da força das massas nas empresas, nos bairros, nas escolas, no campo, recomenda-se, na Tese 53, empenhar-se tenaz e perseverantemente em unificar a ação de todas as forças e personalidades políticas que resistam à ditadura. Essa preocupação com as personalidades políticas, pertencentes geralmente à burguesia, preocupação que leva a abdicar de qualquer direito de crítica, é o que levou tantos militantes a ilusões amargas sobre líderes burgueses como Jânio, Adhemar, Juscelino, Amaury Kruei, Carlos Lacerda e tantos outros.

A Tese 54 dá relevo à oposição de personalidades e de setores dos partidos extintos, assim como à oposição parlamentar e, principalmente, do MDB, e acrescenta: “Ainda débil e tímida, essa oposição, que se expressa principalmente no Movimento Democrático Brasileiro, constitui fator positivo para a mobilização das forças populares”.

A vida já se encarregou de destruir essa ilusão. O MDB acomodou-se à ditadura de Castelo Branco e agora volta-se para Costa e Silva. Em seguida, pede o apoio a manifestações em defesa das liberdades, propondo-se aumentar a oposição burguesa.

Ainda dentro do mesmo plano das ilusões de classe, surge o problema das Forças Armadas, apresentadas em nossas atividades práticas como forças democráticas. Continua-se acreditando que “setores das Forças Armadas virão a participar, com o povo, da luta do movimento de massas”, subestimando-se assim a importância do trabalho no seio das Forças Armadas, trabalho de vanguarda que deve ser realizado ali com o objetivo concreto de atrair para o lado do povo os elementos militares revolucionários.

Sobre o Caminho da Revolução e as Formas de Luta

As “Teses” temem tomar posição quanto ao caminho da revolução. Não se definem pela via armada, nem pela pacífica. No passado se absolutizou o caminho pacífico. As “Teses” atuais fogem

ao problema. A redação reticente e indecisa das “Teses” mostra que se esperam mudanças na situação por meios graduais e pacíficos, com base nas contradições internas e na reação da burguesia contra o atual estado de coisas.

As “Teses” insinuam o caminho eleitoral como saída, afirmando que através de eleições é possível infligir derrotas que debilitem a ditadura, apressando desta forma sua derrubada (Tese 59). Não se levou em conta a situação criada depois do golpe e se raciocina como se estivéssemos sob o governo de Goulart, quando, apesar das limitações flagrantes feitas à democracia, ainda era possível eleger candidatos chamados nacionalistas. Sob a ditadura, as eleições passaram a ser uma farsa total e, na verdade, constituem uma cobertura do governo despótico, que fez das eleições e do Congresso instrumentos seus. As “Teses” se limitam a falar de formas de luta, o que é diferente de falar do caminho da revolução. As formas de luta podem ser pacíficas ou não, e isto constitui apenas uma questão tática. Formas de luta, violentas ou não, podem coexistir.

O que está exposto na Tese 58 sobre a coexistência de formas de luta elementares e legais, em certas regiões, com formas de luta mais elevadas como a luta armada, em outras regiões, é algo que ocorre até no Vietnã, onde, no entanto, o caminho geral seguido é o da luta armada. O que é preciso definir sempre é o caminho geral, coisa que no documento do Comitê Central permanece em branco.

As “Teses” tergiversam o caminho da revolução quando afirmam que o governo ditatorial, com o apoio do imperialismo norte-americano, poderá impor ao povo o caminho da insurreição armada ou da guerra civil (Tese 60).

É curioso que a ditadura e o imperialismo norte-americano já tenham empregado a violência contra o povo, que o neofascismo já tenha sido implantado no Brasil, e que só agora as “Teses” afirmem que o governo ditatorial, com o apoio do imperialismo, virá um dia a nos impor a luta armada.

A fim de evitar o pronunciamento sobre o caminho armado da revolução, as “Teses” evitam cuidadosamente falar de derrubar, pôr fim à ditadura, preferindo, em substituição a estas expressões, a palavra derrota, usada nas Teses 60 e 61.

Mas o fundamental é consignar a necessidade de preparar o Partido e as massas para a luta armada como saída revolucionária, como perspectiva básica para derrubar a ditadura ou enfrentar a agressão armada do imperialismo.

Esta luta se prepara pacientemente — com tal objetivo se abarcam todas as forças dispostas a derrubar a ditadura — utilizando a violência das massas através das armas. Trata-se da luta armada,

indicada como caminho da revolução, caminho diferente da saída pacífica, esta sim irrealizável e ilusória.

A Questão do Governo e das Crises do Governo

Afirma-se, na Tese 61, que o governo das forças antiditatoriais, que surgirá com a derrota da ditadura, poderá ser mais ou menos avançado.

Estamos em face de uma tese espontaneísta, alheia portanto ao marxismo-leninismo.

Os comunistas sempre apresentam às massas, com clareza, o tipo de governo pelo qual lutam. As "Teses" renunciam à aplicação de tal princípio, porque admitem a liderança da burguesia, e que ela substitua o governo ditatorial. Somente então, segundo as mencionadas teses, será possível verificar o maior ou menor grau de avanço do novo governo e as condições para uma adesão, e prosseguir a luta.

Com esta teoria, é impossível para o Partido exercer qualquer liderança, e terá que continuar a reboque da burguesia.

Esta idéia espontaneísta é desenvolvida nas Teses 62 e 63, nas quais se dá um grande peso às contradições internas do bloco que participou do golpe de abril como fator de debilitamento da ditadura, de novos golpes e crises de governo. Afirma-se que a impopularidade e o isolamento da ditadura podem conduzir setores das classes dominantes a substituírem o governo reacionário, excluindo a participação dos trabalhadores e do povo.

Não podemos negar a possibilidade de um golpe dentro do golpe. Porém o que não podemos fazer é ficar à espera de que isto ocorra.

Uma coisa é tomar uma posição concreta face a uma realidade concreta. Outra muito diferente é ver numa hipótese abstrata um caminho para livrar-nos da ditadura, como o fazem as "Teses".

A situação atual já é demasiadamente reacionária para que se possa pensar em impedir outra solução reacionária, proveniente de um novo golpe. Também é ilusório pensar na reconquista das liberdades pela ação das massas, no momento em que setores das classes dominantes se dispuserem a substituir o governo da ditadura.

Esta maneira duvidosa de enfrentar a realidade somente pode levar os comunistas e as massas à passividade.

As "Teses" idealizam essas hipóteses variadas para evitar falar da perspectiva da insurreição popular e da guerra civil, para esquivar-se a uma definição com respeito ao caminho da revolução brasileira.

Tais concepções somente podem levar as massas a não se preparar, e ficar sem nenhuma perspectiva de resolver a situação brasileira através de seus próprios esforços, a serem surpreendidas por um golpe, terminando esmagadas, sem liderança e sem organização. A tática apresentada pelas "Teses" baseia-se, finalmente, numa saída sob a liderança da burguesia. Os que desejam ver o Brasil livre da ditadura e do imperialismo não podem confiar em tal tática.

Sobre a Autocrítica

A Tese 64 incide num erro teórico, ao admitir a existência de uma linha política, acertada ou não, independente da concepção da revolução. Pois não há linha política abstrata. Toda linha política obedece a uma determinada concepção ideológica. Cai-se neste equívoco, porque não se quer confessar que *há erros na linha política do V Congresso*, e se pretende ocultar a falta de condições ideológicas da direção para conduzir a revolução e o Partido.

Na verdade, o que existe em nosso Partido, principalmente a partir do governo de Kubitschek, é uma incrível influência da ideologia burguesa.

A Tese 66 acredita que foi algo extremado pedir o confisco dos estoques de mercadorias, a nacionalização de moinhos e frigoríficos. Mas, naquela situação, com que palavras-de-ordem seríamos capazes de mobilizar as massas? Pedindo calma e moderação face aos aumentos?

A Tese 66 também mostra que pedimos medidas contrárias à burguesia rural e ao campesinato médio, exigindo que 75% dos créditos agropecuários fossem concedidos às propriedades de área inferior a 100 hectares.

As propriedades de área inferior a 100 hectares representam cerca de 89% do total dos estabelecimentos agrícolas e quase 60% da área agrícola. Era mais que justo reivindicar 75% do crédito para a maioria das propriedades, e para a maioria das áreas agrícolas. As "Teses" querem descobrir esquerdismo onde não o há, e isto tão somente porque pretendem justificar, a qualquer preço, erros cometidos por ilusão de classe.

A Tese 67 afirma que, devido ao agravamento da luta política, da repressão policial e das limitações legais, o perigo agora é o sectarismo e o esquerdismo.

Com essa concepção, em vez de estimular o espírito combativo do Partido, o que buscam as "Teses" é dar-lhe um banho de água fria.

E assim continuaremos cautelosos, acomodados, à espera das condições legais e do debilitamento da ditadura.

Fazendo autocrítica por erros de esquerdismo, as “Teses” fogem ao combate contra a influência ideológica da burguesia e à luta contra as ilusões de classe.

Sobre a Situação Internacional

O capítulo das “Teses” dedicado à situação internacional limita-se apenas a constatações. Ali se assinalam fenômenos da crise geral do capitalismo, e a agressão ao Vietnã e São Domingos (Tese 23). Chama a atenção para a agressividade crescente do imperialismo (Tese 24). Mostra-se que a situação internacional se desenvolve favoravelmente, que a política de coexistência pacífica e não intervenção conquista a consciência de amplas massas, que se intensifica a ação contra o imperialismo, a despeito das divergências com a China (Tese 25). A Tese 26 mostra que a tarefa primordial é defender a paz. A Tese 27 indica o aumento da intervenção norte-americana na América Latina, o estímulo aos golpes de estado, a transformação das Forças Armadas latino-americanas em ponto de apoio à repressão dos Estados Unidos aos povos. A Tese 28 particulariza o propósito norte-americano de esmagar Cuba. A Tese 29 ressalta o crescimento das lutas emancipadoras, a importância da Conferência de Solidariedade Intercontinental, e que o imperialismo norte-americano é o inimigo principal dos povos da América Latina.

Fazer tais constatações não é, porém, bastante. Nem é tudo. Exatamente o mais importante é o que está focalizado neste capítulo. E é a questão de saber como enfrentar os problemas da situação internacional, como organizar a luta para impedir que os Estados Unidos prossigam a brutal guerra contra o Vietnã, dispondo de absoluta tranquilidade na retaguarda latino-americana, onde o Brasil constitui o principal ponto de apoio do imperialismo ianque. A conclusão que se impõe é que devemos lutar pela UNIDADE DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS LATINO-AMERICANAS NA AÇÃO CONTRA O IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS, na luta pela derrubada das ditaduras serviçais ao governo norte-americano, como é o caso do Brasil.

A agressividade do imperialismo ianque pode levá-lo à ocupação armada de nosso país; será necessário prever a luta armada contra o agressor, em qualquer conjuntura da situação internacional.

Sugestões a serem apresentadas

Em virtude da impraticabilidade das “Teses”, cabe fazer algumas sugestões, buscando contribuir para a elaboração de uma linha política mais de acordo com a realidade brasileira.

Entre essas sugestões à mais alta instância partidária, surge a questão do trabalho entre os camponeses. Na prática, é o problema do aliado fundamental do proletariado.

A burguesia não pode continuar sendo considerada, como até o momento, o aliado fundamental do proletariado.

Sempre que isto ocorra, a revolução marcará passo e o movimento de massas não mudará de qualidade, não se desenvolverá até o ponto de ameaçar o poder das classes dominantes e conquistá-lo.

Em 1960, no V Congresso, já havia sido adotada uma resolução sobre a elaboração do Programa Agrário, que não foi cumprida.

A subestimação do Programa Agrário revela que o Comitê Central continua apegado à idéia de que a liderança da revolução brasileira cabe à burguesia.

Creemos que a resolução de adotar um Programa Agrário e a decisão de transformar o trabalho entre os camponeses numa tarefa de todo o Partido, nacionalmente, contribuirão de modo profundo para modificar o curso dos acontecimentos no Brasil.

Estamos em face de um problema vital — o problema do camponato na revolução brasileira — e diante deste problema não podemos cruzar os braços.

Outra sugestão importante refere-se à união das forças populares como objetivo tático atual.

A atual ditadura não representa os interesses do povo brasileiro.

No plano exterior, todos os seus atos tendem a colocar nosso país na órbita norte-americana. Chega até a prometer ajuda à política colonialista de Portugal.

No plano interno, sua política econômico-financeira, ao mesmo tempo que propicia o controle de grande parte das empresas brasileiras, públicas e privadas, pelos grupos norte-americanos, assegura também, a um número reduzido de grandes capitalistas, a possibilidade de obter enormes lucros.

Através da Constituição fascista, da Lei de Segurança, da Lei de Imprensa e de outras medidas que institucionalizam a ditadura, os ocupantes do poder procuram impedir todas as formas de pronunciamento popular.

Embora tais medidas possam parecer suficientes para garantir a tranquilidade dos grupos que nos dominam, outras hipóteses estão igualmente previstas. Medidas semelhantes não foram bastantes para impedir protestos populares em outros países, e as previsões dos norte-americanos não excluem a possibilidade de que o mesmo ocorra em nosso país, dado o crescente descontentamento popular. Por con-

seguinte, convém ao imperialismo que se crie uma força de reserva, destinada a substituir os atuais agentes quando faltarem as condições para sua permanência. Promovendo a substituição de dirigentes desgastados pelo uso do poder por outros que se apresentem como mais liberais, novas ilusões poderiam ser criadas, com base em concepções que não girem em torno das questões básicas. Foi o que aconteceu em São Domingos, e no Equador. Neste caso, a promessa de instalação de um governo que assegurasse algumas liberdades seria uma forma de desviar nossa atenção da luta pela independência nacional.

As forças populares terão assim de iniciar sua própria luta, sob uma bandeira que seja sua e que permita o estabelecimento da unidade de todas as tendências que lutam pela independência nacional. Através dessa unidade terão condições para convocar e mobilizar as camadas sociais interessadas na incorporação de todo o povo à vida política, econômica e social da nação.

Embora existam dificuldades para a união das forças populares, *elas não podem ter o mesmo caráter das divergências que nos separam das correntes políticas ligadas ao imperialismo*. Sem ignorar as disputas que existem dentro do atual regime, aproveitando-as na medida em que possam servir à nossa luta, devemos manter uma posição de independência que permita levar o combate contra a ditadura até suas últimas conseqüências. Nosso objetivo não é somente alcançar algumas liberdades formais, com a atenuação ou eliminação de uma ditadura por pressões políticas ou armadas, que podem inclusive favorecer os interesses do imperialismo. Nosso objetivo é de maior alcance: substituir tal governo ditatorial por um governo que assegure a independência do país. E isto não será possível pela via pacífica, mas sim pela via armada e com a unidade das forças populares.

Dentro do mesmo critério construtivo, de tratar de oferecer sugestões e elementos de juízo para a elaboração da nova linha política, tarefa que cabe à mais alta instância do Partido, destacamos algumas questões teóricas.

Uma delas é assinalar a natureza da concentração capitalista e a tendência objetiva para a associação que, na prática, corresponde à fusão do capital bancário, industrial e agrário, nas condições, por exemplo, de um país como o Brasil, dominado pelo capital monopolista estrangeiro. Caberia esclarecer, ao final dos debates, face à moderna evolução do capital e ao agravamento da crise geral do capitalismo, se já não está ultrapassado o ciclo liberal das revoluções burguesas, de caráter progressista.

Neste caso, caberia determinar se a burguesia no poder — ou em vias de conquistá-lo — pode exercer qualquer liderança na revo-

lução, já que prefere a aliança com o imperialismo. E até mesmo se a burguesia aceita a participação do proletariado na luta democrática, ou se a tendência da burguesia não é suprimir a chamada democracia representativa e assim afastar a possibilidade de expansão do movimento de massas encabeçado pelo proletariado.

Nas sugestões sobre a etapa final dos debates, cremos necessário que sejam delineadas as medidas propostas pelos comunistas com vistas à nacionalização das empresas imperialistas existentes no país. Este é um ponto de importância capital, que dará clareza à luta anti-imperialista e facilitará a atração de aliados para o movimento de libertação do nosso povo.

É também de suma importância que, na mais alta instância do Partido, seja definido o caminho da revolução brasileira, esclarecida a questão da luta pela hegemonia no processo revolucionário, assim como as características que o Partido deve ter para fazer face às tarefas impostas pela realidade histórica do país. Isto exige a adoção de estatutos conseqüentes com a estrutura e a atividade de um Partido revolucionário que aspira ao poder, e coloca na ordem do dia a unidade do Partido em torno dos princípios marxistas-leninistas.

A falha capital das “Teses” (em debate) é preferir o ecletismo e deixar de lado a concepção filosófica marxista. O ecletismo é a junção de tendências filosóficas discrepantes: o materialismo ao lado do idealismo, a dialética mesclada à metafísica. O pensamento evolucionista fundido ao pensamento revolucionário e assim por diante.

A tática marxista, entretanto, não permite a substituição da teoria do proletariado por outra, nem mesmo a mistura de teoria.

Ao expor a teoria do socialismo científico, no trabalho que escreveu para o dicionário Granat, em 1913, Lenin afirmou o seguinte:

“Marx determinava a tarefa essencial da tática do proletariado de modo rigorosamente baseado nas premissas de sua concepção materialista-dialética”.

A tática marxista é incompatível com qualquer evolucionismo. Ela tem em conta — no dizer de Lenin — a “dialética objetivamente inevitável da história da humanidade”. A tática marxista utiliza e desenvolve a consciência, as forças e capacidade de luta do proletariado. Ao mesmo tempo orienta todo o trabalho preparatório no sentido do objetivo final visado pelo proletariado, capacitando-o a resolver na prática as tarefas que lhe estão reservadas pela História.

O que distingue a tática marxista é ser exata e rigorosamente uma tática da classe de vanguarda, uma tática de combate.

A tática marxista jamais pode ser uma tática a reboque da burguesia. Ao contrário, caracteriza-se pelo fato de que o proletariado pode e deve assumir a liderança do movimento democrático de todo o povo contra a ditadura atual.

Fatores relacionados com causas ideológicas levaram, porém, a que as “Teses” traçassem uma tática baseada não na hegemonia do proletariado, mas na hegemonia da burguesia.

Tornou-se, assim, impossível para as “Teses” a formulação clara de uma tática marxista. E as coisas são ali apresentadas sob uma forma dúbia, condicional e incerta, ou sob o efeito de uma opção.

Submissão à Burguesia e Ilusões

As “Teses” submetem-se à inconseqüência da burguesia. Em vez de apresentar a questão da saída decisiva contra a ditadura, com o trabalho prioritário do partido apoiado nas forças fundamentais da frente única antiditatorial (classe operária, camponeses, pequena burguesia urbana) — teoria que de resto já encontramos sustentada por Lenin antes de 1905 — as “Teses” preferem destacar o papel do MDB e da oposição burguesa (Tese 54).

O partido aparece diluído ou quase diluído na burguesia, é chamado a trabalhar de pés e mãos atadas diante dela, e com isto a iniciativa e a energia dos militantes são inapelavelmente rebaixadas. Esta sujeição à “débil e tímida” oposição burguesa ajudará as classes dominantes brasileiras a encontrar uma saída de conciliação depois do caminho aventureiro empreendido com o golpe de abril.

A força capaz de obter a vitória completa e decisiva sobre a ditadura, sejam quais forem as conseqüências futuras, é o povo, e não a burguesia.

A identificação das “Teses” — nesse particular — ainda agora serve de estímulo às repetidas declarações de nossos documentos combatendo o revanchismo, como se o partido devesse ter a preocupação burguesa de salvar os criminosos golpistas, em vez de chamar o povo concretamente a uma luta; querem que o proletariado seja dócil e moderado para não assustá-la, querem negociar com a burguesia sua benevolência e seu consentimento à ação. Tudo isso sob o pretexto de que não somos fortes, de que a hegemonia ainda está em mãos da burguesia. É a teoria da inevitabilidade e do fatalismo histórico da liderança burguesa.

Conseqüência dessa teoria são as ilusões nos líderes políticos burgueses. Tais ilusões não estão sepultadas e, após o golpe de abril, foram passando de Mauro Borges a Juscelino Kubitschek, Justino Alves, Amauri Kruehl, Adhemar de Barros, até chegar a Carlos Lacerda e sua pretendida “frente ampla”.

Tática Não-Marxista e Espontaneísmo

A tática atual apresentada pelas “Teses” prevê saídas para as variadas situações criadas no chamado processo de acumulação de forças, indo dos *movimentos reivindicatórios* às *manifestações antiditadura* e à *luta armada* (Teses 57). O máximo previsto nessa tática é a combinação de formas elementares e legais de luta com a luta

armada. A insurreição armada e a guerra civil são admitidas quando impostas ao povo pela ditadura, com o apoio do imperialismo norte-americano (Teses 58 e 60).

Uma tática que se ocupa fundamentalmente em dar saída a cada uma das situações erradas no decurso do movimento não é uma tática marxista. Essa tática não é subordinada à estratégia revolucionária, não é determinada para um plano marxista. Em um momento político determinado, como é o caso da ditadura atual em nosso país, o marxismo estabelece obrigatoriedade de um plano de atividade sistemática, baseado em princípios firmes e aplicado rigorosamente, único plano que merece o nome de tática — segundo Lenin — e sem o qual é impossível a vitória do proletariado contra o governo.

Tal plano tático exclui subordinar insurreição armada ou a guerra civil a uma imposição da ditadura, sobretudo quando esta, pela violência com que reprime o povo e sufoca as liberdades, já por si *justifica* a ação revolucionária do partido e das massas.

Fora disso é cair no espontaneísmo: a tática vem a ser um processo do crescimento das tarefas do partido. Tudo passa a obedecer a fórmulas: “é desejável a luta que é possível, a luta que se trava em um momento dado”, fórmula que Lenin, já em seu tempo, criticou e rejeitou como ofensa ao marxismo.

Em vez da escolha do caminho direto e decisivo, em vez da mobilização das energias das massas, que não solicitam concessões e aspiram a esmagar a ditadura atual, teremos caminhos enviados, entendimentos de cúpula à expectativa de uma ação da ala burguesa oposicionista.

De acordo com essa tática, já se apregoa a derrota da ditadura como consequência de uma explosão espontânea das massas ou por efeito das contradições entre as classes dominantes.

A propósito de tais questões, seria útil reler agora “Que fazer” e “Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática”. Nesta última obra Lenin diz que o erro fundamental é render culto ao espontaneísmo, pois quanto maior e mais poderoso seja o auge espontâneo das massas, tanto mais se exige elevar a consciência do partido. Sem isso não se pode *dirigir* todo o movimento. E de explosões espontâneas nada se pode esperar, se não há liderança da vanguarda do proletariado.

A Perspectiva Errônea de um Novo Caminho Pacífico

Deixando de estabelecer um plano tático marxista, as “Teses” se omitem quanto aos caminhos da revolução brasileira, talvez porque consideram subentendida sua aquiescência ao caminho pacífico.

A esse respeito é interessante transcrever a passagem do livro intitulado "A Crise Brasileira" (Ensaio Político), surgido a propósito do debate.

É do seguinte teor:

"A adoção mais uma vez de um caminho pacífico por parte dos marxistas não lhes permitiria tomar a iniciativa, nem desencadear nenhuma ação decisiva contra a ditadura e sua pretendida institucionalização. E isto porque a ditadura está baseada na força, que é o principal elemento empregado contra o povo e contra a oposição. O único efeito de um novo caminho pacífico, tentado à guisa de solução da crise brasileira, seria impelir os marxistas a um erro de cálculo e a uma inevitável colaboração com a ditadura, em benefício dos interesses das classes retrógradas".

E mais adiante:

"O caminho pacífico da revolução brasileira no momento atual teria o efeito de prosseguir alimentando ilusões no povo, e minaria o moral das forças populares e nacionalistas, que precisam de estímulo revolucionário. Os fatos indicam que o proletariado, em face do tremendo impacto da *abrilada*, não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária, que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da "insurreição armada popular." Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. Sem o recurso à violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor duração.

Sem uma estratégia revolucionária, sem a ação revolucionária apoiada no trabalho pela base e não exclusivamente de cúpula, é impossível construir a frente única, movimentar as massas e dar-lhes a liderança exigida para a vitória sobre a ditadura".

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS GUERRILHAS NO BRASIL

(Publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 05 de setembro de 1968)

Com este trabalho queremos homenagear a memória do Comandante Che Guevara, cujo exemplo de Guerrilheiro Heróico perdurará pelos tempos e frutificará em toda a América Latina.

Carlos Marighella

A luta de guerrilhas, através da história, sempre foi um instrumento de libertação dos povos e a experiência provou, inúmeras vezes, quão importante é e que valor tem na mão dos explorados.

Além desta inapreciável importância, a guerrilha assumiu, nos dias de hoje, uma nova dimensão, ao lhe ser atribuído o papel estratégico decisivo na libertação dos povos. Quer dizer, a guerrilha incorporou-se definitivamente à vida dos povos como a própria estratégia de sua libertação, *o caminho fundamental*, e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder.

Tal formulação do problema, como seja o do papel estratégico da guerrilha, não surgiu casualmente e sim porque a revolução cubana o introduziu no cenário da história.

Até então a experiência das revoluções de caráter marxista-leninista assentara suas bases na transformação da guerra antiimperialista mundial em guerra civil pela tomada do poder. Esta situação, com suas indispensáveis variantes, assinalou o desenvolvimento da história dos povos pelo menos durante quatro décadas, a partir do triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro.

A revolução cubana, como parte integrante da revolução socialista mundial, trouxe ao marxismo-leninismo um novo conceito: o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil.

Esta contribuição teórica e prática da revolução cubana ao marxismo-leninismo elevou a um plano inteiramente novo a guerrilha, colocando-a na ordem-do-dia por toda parte, em especial na América Latina.

No Brasil este assunto é da maior atualidade e, por isso, apesar da vigilância e da repressão da ditadura militar que massacra nosso povo, em todo o país aumenta o interesse sobre a guerrilha e são discutidos os seus temas mais importantes.

Que há de fundamental e ao mesmo tempo de mais elementar nas guerrilhas no Brasil? Quais os problemas que nos chamam a atenção?

É uma visão geral desses problemas o que pretendemos apresentar a seguir, tomando como apoio a incipiente experiência brasileira sobre guerrilhas.

Aniquilar as Forças do Inimigo: Tarefa Fundamental da Guerrilha

O Brasil é um país de quase 90 milhões de habitantes, dispendo de uma imensa extensão territorial. Em área contínua, no mundo, só é superado pela União Soviética, a China e o Canadá.

As condições histórico-sociais e geográficas favorecem no Brasil — tal como aconteceu com a URSS e a China — o desencadeamento da revolução e sua vitória.

Em nossa maneira de pensar, a revolução no Brasil é a guerra revolucionária, em cujo centro se encontra a luta de guerrilhas.

A tarefa estratégica fundamental da guerrilha brasileira é a libertação do Brasil, com a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos. Falando em termos de guerra, essa tarefa estratégica fundamental consiste em aniquilar as forças do inimigo, compreendendo-se como tal não só as forças militares do imperialismo dos Estados Unidos, como as forças militares convencionais dos “gorilas” brasileiros.

“Aniquilar” quer dizer tirar ao inimigo a capacidade de agir militarmente, destruindo e capturando suas armas e impossibilitando-o de prosseguir na guerra de manobras.

Quando se trata das forças militares dos “gorilas” brasileiros, “aniquilar” também quer dizer desgastá-las, esgotá-las, desmoralizá-las e separá-las, no final, das forças militares dos Estados Unidos, deixando os imperialistas sozinhos e as reacionárias forças armadas nacionais completamente destruídas. Sempre que os Estados Unidos estiverem acompanhados de forças militares “gorilas” de países latino-americanos, é necessário “aniquilar” o inimigo um a um e deixar os imperialistas combatendo isolados. Será este sempre o sentido em que empregaremos o termo “aniquilar”.

A Estratégia Global da Guerrilha

O imperialismo norte-americano adota uma estratégia global contra os povos e aplicará tal estratégia contra a guerrilha brasileira, que será combatida pelas forças militares dos Estados Unidos e seus títeres latino-americanos.

Responderemos com a mesma moeda, combatendo o imperialismo e sua estratégia global com uma estratégia global latino-americana.

A estratégia global da guerrilha, no Brasil, baseia-se no internacionalismo proletário dos revolucionários brasileiros e no seu elevado espírito de solidariedade aos povos que lutam de armas na mão.

Em consequência desse internacionalismo, um dos objetivos da estratégia global de nossa guerrilha é lutar para tornar efetiva a palavra de ordem de “criar dois, três... muitos Vietnãs”.

Outro objetivo de nossa estratégia global é concretizar a solidariedade a Cuba através da luta armada em nosso país. A revolução cubana e Cuba socialista são vanguardas da revolução latino-americana, constituem nossos aliados fundamentais e nosso mais firme ponto-de-apoio em virtude de sua luta contra o imperialismo norte-americano. Para nós, é uma questão de princípio estar a favor da revolução cubana e encaminhar a guerrilha brasileira por uma estratégia global, capaz de criar obstáculos ao bloqueio e à posição agressiva dos Estados Unidos contra Cuba.

Nossa guerrilha visa, fundamentalmente, à conflagração de toda a América Latina. Quer dizer, trata-se de entrelaçar as guerrilhas dos países limítrofes, e de que os revolucionários dos países em luta se apoiem uns nos outros para o aniquilamento dos “gorilas” latino-americanos.

O imperialismo dos Estados Unidos, nosso inimigo comum, deverá ficar reduzido à situação de ver seus aliados destruídos e ter que lutar sem eles contra todos os povos latino-americanos.

A Ofensiva Estratégica como Principal Método de Condução da Guerrilha no Brasil

Nos países que estão em guerra regular com o inimigo e onde ocorrem guerrilhas, estas desempenham um papel de complemento da guerra regular em curso. Temos dois exemplos clássicos desse tipo, na Segunda Guerra Mundial, com os casos da URSS e da China.

Este não é o caso do Brasil atual, onde a guerra de guerrilhas não desempenha o papel de complemento de uma guerra regular, que não existe, não é para se desincumbir de uma missão tática, e sim para cumprir uma função estratégica.

O problema do Brasil é que as forças populares e revolucionárias sofreram uma derrota com o golpe de abril de 1964 e bateram em retirada com pesadas perdas.

Para livrar-se da ditadura e do imperialismo e de suas forças armadas de repressão, as forças populares e revolucionárias têm que sair da defensiva e passar à luta de guerrilhas, enfrentando o inimigo. Nesse caso, o principal método de condução da luta armada é a ofensiva estratégica.

O Brasil é um país de área continental e, por conseguinte, apropriado para a ofensiva estratégica da guerrilha, que precisa de espaço para mover-se.

A guerrilha brasileira tem que estar educada para operações móveis, desde as mais elementares até as mais complexas, pois uma guerra revolucionária prolongada no Brasil será uma guerra de movimento.

A ofensiva estratégica, como método principal de conduzir a luta armada, proporciona o máximo de iniciativa à guerrilha e uma liberdade de movimentos que não é permitida ao inimigo, lançado aos azares de uma perseguição interminável, em áreas rurais tremendamente hostis e desconhecidas.

Além disso, a diversidade de territórios e a variedade de ocupações da numerosa população do país possibilitam à guerrilha dispor de reservas estratégicas tais como: recursos de potencial humano amplamente reforçados pelos contingentes de operários e camponeses, recursos provindos das atividades dos trabalhadores rurais e recursos oriundos do potencial econômico das áreas urbanas.

Contando com tais reservas estratégicas e pugnando por objetivos políticos patrióticos, como a expulsão do imperialismo e a tomada do poder para a total libertação do país e sua radical transformação, a guerrilha brasileira tem na ofensiva estratégica um método invencível de condução da guerra revolucionária.

Evitar o Cerco Estratégico do Inimigo

Devido às condições históricas brasileiras, a concentração da superestrutura das classes dominantes e de suas forças repressivas se verifica na extensa faixa à margem do Atlântico, a região mais bem povoada do Brasil, de maior penetração do capitalismo, servida por modernas ferrovias e rodovias.

Esta é a região do cerco estratégico. Tal cerco ocorre por diversos fatores, dentre os quais destacamos os dois seguintes:

1. o inimigo tem suas tropas acampadas em toda a região litorânea, onde proliferam as relações capitalistas, com inumeráveis fa-

cilidades para comunicações e transportes, além dos recursos da técnica moderna;

2. o inimigo domina com suas forças militares o relevo norte-sul, bem como o mais importante sistema orográfico do país, projetado sobre o Atlântico, e erguido, dentro da faixa litorânea, entre os maiores centros urbanos brasileiros.

A guerrilha brasileira deve evitar o confronto com a esmagadora superioridade do inimigo na faixa Atlântica, onde este tem suas forças concentradas. Se optar por esta solução, a guerrilha, mesmo que disponha de meios para instalar-se no sistema orográfico existente dentro da área inimiga, estará por sua própria iniciativa dentro das condições de um cerco estratégico.

Ao contrário, lançar a luta guerrilheira na área fora das condições do cerco é iniciar o caminho da ofensiva estratégica contra o inimigo, obrigando-o a deslocar-se da faixa litorânea para perseguir a guerrilha.

Tal situação permitirá o crescimento da ação das forças revolucionárias urbanas, que poderão cortar vias de abastecimento e comunicações, dificultar o transporte de tropas e intensificar o apoio logístico à guerrilha.

Assim, as conseqüências para as forças armadas convencionais serão desastrosas, não só por terem de combater fora do seu "habitat" natural, como porque se verão obrigadas a enfrentar o castigo das forças urbanas revolucionárias na retaguarda.

As Fases Fundamentais da Luta de Guerrilhas

A luta de guerrilhas não se desenvolve jamais de um só jato, isto é, desde quando se inicia até quando termina, com a vitória ou o fracasso. Pensar que isto pudesse ser assim significaria considerar a guerrilha como uma luta improvisada e arbitrária e não como uma luta de classes que se desenvolve segundo as leis da guerra.

Ainda que seja um prolongamento da política, a guerra tem suas leis específicas. Quando estamos em guerra, devemos saber que sua lei básica é a preservação de nossas próprias forças e o aniquilamento das forças do inimigo.

Nenhuma destas duas coisas se pode obter de uma só vez, e é obrigatoriamente necessário passar por um certo número de fases para atingir os objetivos previstos.

É por isso que o desenvolvimento da luta guerrilheira se processa por meio de fases distintas e bem características, interdependentes e relacionadas entre si.

Não se trata de fases determinadas arbitrariamente, mas presididas por leis inerentes à atividade consciente dos homens e das classes em luta. Essas leis têm traços comuns. O traço comum fundamental de qualquer delas consiste em sua subordinação total à lei básica da guerra: preservar nossas próprias forças e aniquilar as do inimigo.

Mas cada fase tem seus objetivos e suas particularidades e deve conter em si mesma os elementos e requisitos indispensáveis para a passagem à fase posterior.

Assim, na luta guerrilheira no Brasil distinguem-se três fases fundamentais.

A primeira é a do planejamento e preparação da guerrilha.

A segunda é a do lançamento e sobrevivência da guerrilha.

A terceira é a do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras.

O tempo de duração de todas ou de cada uma dessas fases não importa, como ensina a história, pois os povos que lutam pela libertação jamais se preocupam com o tempo de duração de sua luta.

Planejamento e Preparação da Guerrilha

Um dos requisitos básicos para a primeira fase da guerrilha é a existência de um pequeno núcleo de combatentes, surgido em condições histórico-sociais determinadas. Esse requisito constitui uma regra geral. Sua única exceção é em caso de guerra regular, quando a guerrilha preenche um papel tático, e o seu surgimento se dá por variadas maneiras.

O núcleo inicial de combatentes deve ser imune ao convencionalismo dos partidos políticos de esquerda tradicional e de suas lideranças oportunistas, e ter condições para enfrentar e conduzir a luta ideológica e política contra o grupo de direita oposto ao caminho armado.

A luta ideológica deve ser levada ao conhecimento do povo com enorme audácia, confiança e amplitude, tendo em vista assegurar o apoio político e revolucionário das massas.

Deve ser exposto às massas com muita clareza o objetivo político da guerrilha, ou seja, a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças militares, para, em consequência, estabelecer-se o poder do povo.

Não se deve, entretanto, empreender a guerrilha sem um plano estratégico e tático global, com base na realidade objetiva. Tal plano é necessário para que a guerrilha não venha a ser uma iniciativa isolada, desligada dos grandes objetivos patrióticos perseguidos por

nosso povo, e sem a imprescindível visão do processo de aniquilamento das forças do inimigo.

Além do plano, a guerrilha requer preparação. Uma boa preparação começa com a seleção cuidadosa dos homens, que devem advir, isto é chegar depois, particularmente, do setor de operários e camponeses.

A preparação da guerrilha exige ainda o adestramento do combatente, sobretudo para o tiro e a marcha a pé, algumas armas e munições, a exploração do terreno, noções de sobrevivência e orientação, e a organização inicial de apoio logístico, incluindo a coleta de recursos de todos os tipos.

O que caracteriza o planejamento e a preparação da guerrilha é o segredo, a vigilância e a segurança mais absoluta, a proibição rigorosa do uso de papéis e cadernetas com nomes e endereços escritos, planos e apontamentos, que podem vir a cair nas mãos do inimigo.

Sem esses cuidados, a primeira fase da guerrilha não tem condições de ir adiante.

Lançamento e Sobrevivência da Guerrilha

Apesar de que o inimigo no Brasil já está prevenido e reprime violentamente as tentativas de guerrilha, a primeira fase da luta guerrilheira ainda prossegue.

Quanto à segunda fase, esta é a do lançamento e sobrevivência da guerrilha, e se destina a converter uma situação política em situação militar.

Com esta segunda fase, as tarefas políticas convencionais propostas pelos direitistas, como sejam eleições, "frente ampla", luta pacífica, etc, caem no descrédito público. Surgem métodos de luta revolucionários e de apoio à guerrilha, com a finalidade de aniquilar as forças do inimigo.

Esta mudança é muito violenta e produz um impacto em todos os setores de luta.

Os "gorilas" se defrontarão com uma situação militar, que procurarão resolver segundo os métodos convencionais do militarismo profissional. Estes métodos serão confrontados com os métodos não convencionais da guerrilha. A vitória será de quem melhor emprego fizer da lei básica de guerra. Ou de quem tenha melhores condições no meio do povo para fazê-lo. A vitória será da guerrilha.

O lançamento da guerrilha deve constituir obrigatoriamente uma surpresa para o inimigo, como decorrência de dois fatores. Um deles é que, na segunda fase da luta de guerrilhas no Brasil, a forma prin-

principal das ações de combate consiste nas ações de surpresa e na emboscada. O outro é que o método principal de condução da luta de guerrilhas nesta fase reside na ofensiva, cujo papel decisivo se revela no aniquilamento das forças do inimigo.

Em matéria de formas de ação de combate e métodos de conduzir a luta armada, a derrota da guerrilha no ato do seu lançamento é produzida pelos seguintes erros:

- a) não utilizar a surpresa contra o inimigo;
- b) deixar-se surpreender pelo inimigo ou cair no seu cerco tático;
- c) travar combates decisivos em pontos onde o inimigo, mesmo eventualmente, tenha superioridade;
- d) começar a luta nas condições do cerco estratégico do inimigo e não ter plano estratégico e tático global, não conhecer o terreno e violar grosseiramente as leis da guerra.

Na maioria desses casos estão incursas as tentativas de guerrilhas fracassadas no Brasil, incluindo Caparaó.

Fatores de que Depende a Sobrevivência

Quando a guerrilha é lançada com êxito, o problema da sua sobrevivência passa a ter prioridade e uma importância fundamental e decisiva. A sobrevivência da guerrilha depende então:

- a) dos seus objetivos políticos;
- b) do método de condução da luta armada;
- c) da estreita relação entre a guerrilha e o povo.

Quanto aos Objetivos Políticos

Nesse particular, os princípios são os seguintes:

- a) procurar despertar o povo e particularmente os camponeses com a contínua presença dos combatentes guerrilheiros e a repercussão de sua ação política e revolucionária;
- b) tornar conhecido do povo o objetivo político da guerrilha (a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças "gorilas"). A guerrilha deve contar para isso com aparelhamento e organizações revolucionárias clandestinas, além de pontos de apoio em todo o país.

Quanto aos Métodos de Condução da Luta Armada

Sob tal aspecto, são estes os princípios:

- a) o princípio básico da guerrilha é partir de uma situação em que temos inferioridade e o nosso inimigo superioridade, e che-

gar a uma situação em que temos superioridade e o nosso inimigo inferioridade. Nesse caso não só as armas decidem. O fator decisivo mesmo é o homem, que maneja as armas e as captura ao inimigo. Se o decisivo fossem as armas, venceriam os “gorilas”;

b) subordinar todas as ações de combate à lei básica da guerra, não se deixando aniquilar e aniquilando o inimigo nas variadas oportunidades, para crescer às suas custas e preservar as forças da guerrilha;

c) a ofensiva é o melhor meio de aniquilar o inimigo, porém jamais devemos esquecer o princípio de combinar a ofensiva e a retirada;

d) toda operação estratégica deve ser bem planejada para nunca nos determos a meio caminho;

e) o objetivo de nossa estratégia não é solucionar problemas econômicos no curso da guerra de guerrilhas, e sim aniquilar o inimigo. Daí por que jamais devemos ter bases fixas, ocupar ou defender territórios;

f) devemos deixar ao inimigo a tarefa de defender suas bases fixas e territórios ameaçados de incursão, ocupá-los ou recuperá-los. Isto põe o inimigo na defensiva, enquanto a guerrilha goza de liberdade de ação e iniciativa, desde que não se deixe aniquilar e preserve suas forças;

g) os combates, ações de surpresa, emboscadas e pequenas manobras táticas têm como objetivo principal capturar armas e munições;

h) além da extrema mobilidade, rapidez e decisão nas ações de combate, a norma de conduta da guerrilha é o permanente deslocamento, favorecido pela extensão continental do país e a diversidade das condições do terreno;

i) a guerrilha deve exercer severa vigilância e exigir rigoroso cumprimento das normas de segurança.

Quanto às Relações entre a Guerrilha e o Povo

Os princípios da sobrevivência aqui são os seguintes:

a) a guerrilha deve ter uma conduta honesta e leal, não fazer injustiças e dizer a verdade. Estimar, respeitar, ajudar o povo e jamais violentar os seus interesses;

b) a guerrilha deve viver e nutrir-se no meio dos camponeses, identificando-se com eles e respeitando seus costumes e religião. Explicar-lhes a natureza de classe do inimigo, o papel da guerrilha e o seu objetivo político. Organizar entre eles o trabalho de informação e o apoio logístico da guerrilha;

c) a guerrilha deve abster-se de aplicar qualquer método de banditismo, levar a efeito qualquer ato próprio de bandido ou juntar-se a eles.

Quando a segunda fase da guerrilha é conduzida de tal modo que os erros são corrigidos no processo da luta, a estagnação e a passividade são abolidas e a sobrevivência da guerrilha fica assegurada; estão preenchidas as condições para a passagem à terceira fase.

O Crescimento da Guerrilha e sua Transformação em Guerra de Manobras

A terceira fase da guerrilha é a última da guerra revolucionária.

É a fase do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras, a fase decisiva de aniquilamento do inimigo.

O desenvolvimento desta fase é impossível sem uma série de condições, entre as quais se destacam:

- a) o crescimento político da guerrilha;
- b) o crescimento de sua potência de fogo;
- c) o aparecimento da retaguarda;
- d) a criação do exército revolucionário;
- e) a mudança da forma principal das ações de combate.

O Crescimento Político da Guerrilha

Na terceira fase, o objetivo político da guerrilha passa a ser conhecido do povo, terminando a situação em que era conhecido apenas de um círculo limitado de pessoas.

O objetivo político da guerrilha transforma-se, então, no mesmo objetivo de grandes massas do povo. Decorre daí o crescimento da autoridade política do comando da guerrilha. Seu trabalho ideológico se torna mais eficiente. As palavras-de ordem da guerrilha passam a influir nas cidades. O comando total da luta se transfere para a guerrilha.

O Crescimento da Potência de Fogo da Guerrilha

Com o sucesso das formas de ações de combate da segunda fase, a guerrilha passa a ter novos tipos de armas. Melhora a qualidade do armamento. Pode dispor de mais animais de transporte, chegar à motorização e a operações com aviação. Melhora o serviço de comunicações e informações e de socorro médico. Consolida-se a rádio rebelde clandestina, cuja instalação pode fazer parte da fase

anterior da luta. Aumenta a experiência da guerrilha. Seu heroísmo, perseverança e capacidade combativa se reforçam.

Todos estes fatores combinados determinam o aumento da potência de fogo da guerrilha.

Quando aumenta sua potência de fogo, a guerrilha deve aplicar os dois princípios seguintes, tendo em mira o aniquilamento do inimigo:

1 — Passar de uma situação sem muita capacidade de fogo para a situação de estender a linha de fogo.

2 — Aumentar o espírito combativo da guerrilha e fazer vacilar o espírito combativo do inimigo.

O Aparecimento da Retaguarda

A característica da guerrilha em suas duas fases anteriores é operar sem retaguarda e somente com pontos de apoio. O crescimento político da guerrilha lhe dá pontos de apoio coletivos e leva à criação de uma retaguarda.

Na fase final, a guerrilha brasileira dispõe de uma retaguarda interna e de uma retaguarda externa, esta última pelas forças dos países socialistas, as forças dos países do terceiro mundo e as forças progressistas do mundo capitalista.

A retaguarda interna da guerrilha brasileira será constituída por toda a área do apoio logístico e da luta complementar da guerrilha.

A guerrilha passará, assim, de uma situação sem retaguarda para uma situação em que terá retaguarda. Isto levará o apoio logístico a um avanço jamais atingido em qualquer fase anterior e, graças ao apoio do povo, o abastecimento da guerrilha se transformará num sistema regular de abastecimento.

Dispondo de retaguarda, a guerrilha terá em suas mãos reservas estratégicas que poderá, então, manejar em larga escala.

A Criação do Exército Revolucionário

Para que seja atingido o objetivo fundamental da guerrilha, é necessário criar o exército de origem guerrilheira, exército revolucionário capaz de aniquilar as forças armadas convencionais e de conduzir as massas à tomada do poder, destruindo o aparelho burocrático-militar do atual Estado brasileiro e substituindo-o pelo povo armado.

A criação de um exército dessa natureza é um princípio geral da revolução, princípio sobre o qual Lenin insistia, ao afirmar o seguinte:

“O exército revolucionário corresponde a uma necessidade porque os grandes problemas históricos só podem resolver-se pela força, e a organização da força é, na luta moderna, a organização militar” (Artigo publicado no “Proletari”, em 1905, sob o título “Exército Revolucionário e Governo Revolucionário”).

No mesmo artigo, Lenin acrescenta:

“O governo revolucionário é necessário para assegurar a direção política das massas do povo”.

Partindo do marco zero, a guerrilha possibilita a organização da força do povo, a princípio sob a forma de um pequeno núcleo de combatentes que se lança à luta, dentro de um plano estratégico e tático global. E, em seguida, sob a forma de um exército combatente, que nada tem a ver com o convencionalismo militar.

Uma das indispensáveis tarefas da estratégia da guerrilha no Brasil, é a criação desse exército genuinamente popular, que parte do nada e, através da guerra revolucionária, chega a uma organização militar capaz de praticar a guerra de manobras, vencer o inimigo, e, em conseqüência, conquistar o poder para o povo.

O crescimento da guerrilha em prestígio político, potência de fogo e apoio de massas produz modificações no curso da luta, atingindo a organização militar, os métodos de conduzir a guerra, as ações de combate e o emprego das forças da guerrilha.

A guerrilha dá um salto para a frente. E passa do tipo de organização de grupos guerrilheiros para o tipo de organização de um exército revolucionário. Mas um exército revolucionário não convencional, surgido da guerrilha, com base na aliança armada de operários e camponeses, aos quais se reunirão estudantes, intelectuais e outras forças da revolução brasileira.

Destacamentos, coluna e outras formas revolucionárias de organização militar constituirão o exército do povo que libertará o país.

A Mudança da Forma Principal das Ações de Combate

Na terceira fase da guerrilha, a forma principal das ações de combate são as ações de manobras e não mais as ações de surpresa da segunda fase.

Isto significa uma mudança de qualidade na luta de guerrilhas. Trata-se agora da transformação da guerrilha em guerra de manobras. É possível agora à guerrilha concentrar forças ou deslocá-las para aniquilar o inimigo e realizar operações de cerco e aniquilamento.

O método principal de conduzir a guerra de manobras continua sendo a ofensiva. Mais do que nunca, porém, nesta fase a guerrilha deve estar atenta a dois princípios:

1. Não somente avançar, mas também admitir a retirada.
2. Não expor as forças principais da guerrilha a um golpe inimigo de relevo na condução da luta ou no desfecho da guerra revolucionária.

A sorte da guerra se decide por suas ações de manobras. O inimigo, em inferioridade de forças, é obrigado a passar para a guerra de posições ou render-se e desintegrar-se, com o aniquilamento total.

O Núcleo Operário-Camponês e o Apoio do Povo — Segredo da Vitória

Quando se desencadeou o golpe de abril de 64, no Brasil, não houve resistência. O imperialismo norte-americano e os “gorilas” nacionais se aproveitaram disso e estão massacrando o nosso povo. Se fizermos a resistência, eles tentarão aniquilá-la, para que tenha prosseguimento a exploração do Brasil. Mas a resistência deve ser feita. A resistência do povo brasileiro é a guerrilha.

A guerrilha é para defender a causa dos pobres, dos humilhados e ofendidos, dos homens e mulheres de pés descalços. É para conquistar a libertação do Brasil, expulsar o imperialismo norte-americano, aniquilar a ditadura e suas forças armadas, derrubar seu poder, e instaurar o poder do povo.

Nossa guerrilha não tem base fixa. Sua base é o povo, é o homem brasileiro. Seu principal sustentáculo é o núcleo operário-camponês, a aliança armada de operários e camponeses brasileiros, que constituem a maioria da nação.

A guerrilha brasileira não ocupará terras nem adotará a tática de autodefesa dos camponeses, para não ter que defender territórios e bases fixas e desviar-se de sua rota de ofensiva estratégica, caindo na defensiva. A defensiva é a morte.

As dívidas dos camponeses serão canceladas. Os papéis e comprovantes de suas dívidas serão queimados. Os camponeses que ocupam terras, os arrendatários, os parceiros, posseiros que lutam contra os despejos, os assalariados agrícolas que queimam canaviais, os trabalhadores rurais que fazem greve no campo, lutam por suas reivindicações e são perseguidos pela polícia e o exército, por sua atividade organizando sindicatos, ligas camponesas e associações, podem ingressar na guerrilha e, dentro dela, prosseguir na luta pela revolução agrária, pelo aniquilamento do inimigo e a tomada do poder.

A guerrilha brasileira castigará os latifundiários norte-americanos que são donos de terra no Brasil e os latifundiários brasileiros contra-revolucionários, bem como os seus capangas e os que abusam das mulheres dos camponeses.

O que a guerrilha deve fazer é convulsionar o campo, levantando aí a bandeira da luta armada.

A guerrilha brasileira incursionará nos povoados, mas só em defesa dos interesses do povo e em busca de seu apoio político e logístico. Para isso, formará secretos destacamentos armados da população local e organizará o povo sob formas revolucionárias.

A guerrilha brasileira será dotada de um espírito político avançado e progressista, guiando-se pelos princípios do marxismo-leninismo, com o que conquistará o apoio do povo. O apoio da população deve existir para excluir a possibilidade de filtração de informação da guerrilha ao campo do inimigo. A tarefa de eliminar os delatores será confiada ao povo.

A causa do inimigo é injusta. E ele sabe disso, pois tem consciência de que é um explorador. Ao ver-se acuado no campo pela guerrilha, o inimigo tornar-se-á mais cruel. Essa crueldade nos dará o apoio de milhões de pessoas. A guerrilha será o oposto da crueldade, dará um tratamento humano aos prisioneiros, os respeitará e socorrerá os feridos.

No seio do inimigo há muitos militares que individualmente apóiam o povo. Esses militares, no momento oportuno, devem desertar com suas armas e apetrechos e ingressar na guerrilha.

O fator decisivo da vitória da guerrilha está no apoio do povo, na confiança cega e absoluta nas massas. A guerrilha deve fazer a mobilização política do povo, uma ardente agitação no meio dele. Nos ombros de milhões de mulheres e homens do povo, particularmente entre a juventude, devem ser colocadas as tarefas de responsabilidade: coletar fundos, conseguir armas, munições, remédios, recursos de toda natureza, enviar combatentes e voluntários à guerrilha.

Para vencer é preciso unidade. O povo deve unir-se pela base, em suas organizações, e com isto chegar à unidade das forças populares e revolucionárias e jamais permitir o engodo das frentes burguesas do tipo "frente ampla".

O segredo da vitória é o povo.

Havana, outubro de 1967.

PRONUNCIAMENTO

DO AGRUPAMENTO COMUNISTA DE SÃO PAULO

1968

Com o pronunciamento que tornamos público através deste documento, desejamos tornar conhecidos nossos pontos de vista acerca da maneira de conduzir a luta armada no Brasil.

Pertencemos àquele agrupamento dos comunistas de São Paulo que, discordando da linha pacífica, resistiram ao Comitê Central, tendo sido muitos deles expulsos ou vítimas de outras arbitrariedades, sem poderem defender-se, por não terem sido chamados a participar das reuniões em que foram punidos.

A separação entre nós e o CC tem caráter de ruptura definitiva.

Essa ruptura tornou-se evidente em toda sua plenitude no momento da realização da conferência da OLAS *, quando o CC se exasperou mais ainda e aplicou medidas punitivas de extrema violência contra os discordantes da linha pacífica.

Tais medidas foram ratificadas e mesmo agravadas pela decisão do VI Congresso, realizado sem a presença dos discordantes e transformado numa fraude. Nem ao menos os delegados de São Paulo ou os seus suplentes foram convocados.

Nossa Posição em Face da OLAS

No que diz respeito à luta armada, já nos definimos anteriormente em várias oportunidades, afirmando sempre que somos pelo caminho armado da revolução.

Quanto à OLAS, nossa posição é de apoio e aprovação da "Declaração Geral" daquela conferência, sustentando a necessidade de ler, estudar e seguir as diretrizes dos 20 pontos finais do referido documento.

A linha política da "Declaração Geral" da OLAS é a linha que adotamos.

* OLAS: Organização Latino Americana de Solidariedade. A conferência realizou-se em Havana, no segundo semestre de 1967.

A Guerrilha Não é Um Foco

Pensamos sobre a guerrilha o mesmo que a Conferência da OLAS quando, no ponto 10 de sua "Declaração Geral", apresenta a guerrilha como embrião dos Exércitos de Libertação e como método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos países latino-americanos.

Não se trata, portanto, de desencadear a guerrilha como um foco, como querem insinuar nossos inimigos, acusando-nos daquilo que não pretendemos fazer.

O foco seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil, e esperar que, em consequência disso, surgissem outros focos em pontos diferentes do país. Se assim fizéssemos, estaríamos adotando uma posição tipicamente espontaneísta e o erro seria fatal.

Para nós, a guerrilha brasileira não terá condições de vitória senão como parte de um plano estratégico e tático global.

Isto quer dizer que a guerrilha exige preparação e que o seu desencadeamento depende dessa preparação. A preparação da guerrilha, coisa muito complexa e muito séria, não pode ser vista com leviandade. Tal preparação exige o adestramento do combatente, a coleta de armas, a escolha do terreno, a fixação da estratégia e da tática a seguir, e, por fim, o estabelecimento do plano de apoio logístico.

Apoio Logístico e Estrutura Global da Guerrilha

O plano de apoio logístico tem que ser posto em execução desde já. Para isso merece uma importância decisiva o trabalho na área urbana, dado que é impossível a vitória da guerrilha brasileira sem o apoio da cidade. Por sua vez, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e a guerrilha não conseguirá implantar-se se não houver trabalho entre os camponeses ou se não estiver estreitamente vinculada a eles e não contar com o seu apoio.

Enfim, o que queremos é construir a estrutura global necessária ao desencadeamento e enraizamento da guerrilha, com seu núcleo armado operário e camponês, visando a transformá-lo num exército revolucionário de libertação.

Para nós, a guerrilha é a vanguarda revolucionária, o seu núcleo fundamental, e constitui o centro do trabalho dos comunistas e demais patriotas.

O Comitê Estadual não tem mais Razão de Ser nem os seus Órgãos Subordinados

Para uma ação diferente como a guerrilha, precisamos de um instrumento diferente, que não pode ser mais o antigo CE. Consideramos, assim, que não há mais razão de ser na manutenção do antigo Comitê Estadual, seu secretário e seus órgãos subordinados.

Comitês intermediários, como os municipais e distritais, o Comitê Universitário e vários outros de setores profissionais já não têm por que existir, uma vez que faziam parte de uma estrutura superada.

A estrutura partidária em que se apoiavam o CE e os demais órgãos subordinados era fruto do sistema de organização estabelecido em função do VI Congresso, e, essencialmente, em contradição com os objetivos revolucionários.

Comissões, seções auxiliares, tais como a seção sindical, a seção TE, assistentes, etc, tudo isso são formas de organização que dão à estrutura partidária a configuração de uma cúpula pesada e ineficiente. E, mais do que isso, destinadas a alimentar a burocracia, a entrar a ação revolucionária e a impedir a iniciativa dos militantes de base. Não devem, pois, continuar existindo.

O Profissionalismo Político

O profissionalismo político da antiga organização também deve acabar, pois só serviu para que se corrompessem muitos companheiros através do poder econômico.

Os chamados funcionários do partido são sempre homens sujeitos a perder a ajuda de custo do CC ou de qualquer outro órgão dirigente, se manifestam opiniões contrárias à direção. O profissional revolucionário deve existir, mas suas relações com a organização devem ser estabelecidas segundo critérios revolucionários e de acordo com os interesses da revolução, jamais para satisfazer à vontade de um grupo que manda.

Precisamos de Uma Organização Revolucionária

Uma organização como o antigo CE e seus órgãos subordinados, à imagem do CC, com seções auxiliares, assistentes, aparelhos, etc, não pode ir à luta armada e muito menos à guerrilha, que é uma expressão elevada de guerra revolucionária.

Precisamos agora de uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não para permanecer em discussões e reuniões intermináveis.

Uma organização vigilante, severa contra os delatores, aplicando *métodos de segurança* eficientes para evitar que venha a ser destruída pela polícia e para impedir a infiltração do inimigo.

Os membros desta organização são homens e mulheres decididos a fazer a revolução. Os comunistas de tal organização são companheiros e companheiras de espírito de iniciativa, livres de qualquer espírito burocrático e rotineiro, que não esperam pelos chamados assistentes, nem ficam de braços cruzados aguardando ordens.

Ninguém é obrigado a pertencer a esta organização. Os que a aceitam, tal como ela é e dela vêm a fazer parte, só o fazem voluntariamente, só querem ter compromissos com a revolução.

Democracia Revolucionária

A democracia desta organização é a democracia revolucionária, onde o que vale é a ação, o que se leva em conta é o interesse da revolução, onde a iniciativa concreta é o dever fundamental.

Os princípios pelos quais se rege esta organização são três: o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários e o terceiro é que só temos compromissos com a revolução.

Os Pontos de Partida da Organização Revolucionária

Esta organização está começando a constituir-se, por vontade dos revolucionários e sem pedir licença a ninguém, partindo dos comunistas em rebeldia e das organizações e agrupamentos que resistiram ao CC e não se submeteram às suas arbitrariedades.

Dessa rebeldia e dessa resistência surgiu um pequeno centro de cordenação que já existe em função da guerrilha. Dessa rebeldia e dessa resistência também estão surgindo grupos revolucionários.

Pensamos que chegou a hora de acabar com as intermináveis discussões internas e que não devemos mais continuar perdendo tempo na luta com o CC.

Também não queremos fazer outro partido comunista ou algo semelhante. O que queremos é a ação revolucionária, a preparação e o desencadeamento da guerrilha. O que pretendemos com a nossa decisão de lutar agora é contribuir para liberar as forças revolucionárias até então represadas e expandi-las até o limite máximo da tensão.

O que são os Grupos Revolucionários

O fundamental para lutar é contar com os grupos revolucionários.

Quem parte para a luta armada deve saber que enfrentará a fúria cada vez maior da reação, e deve preparar-se para tal. As organizações grandes e pesadas são a morte para os revolucionários. E é este o perigo que correm os comitês municipais e organizações provenientes da antiga estrutura.

Os grupos revolucionários constituem as bases da organização revolucionária. São grupos pequenos, compostos pelos revolucionários de mais iniciativa e de maior capacidade de luta.

Há grupos revolucionários que constituem o primeiro escalão da organização revolucionária, o escalão que tem as responsabilidades decisivas em função da luta armada e do estabelecimento da estrutura global da guerrilha.

O nome que tenham tais grupos revolucionários pouco importa. O fundamental é que passem à ação revolucionária imediata.

Todos nós sem exceção devemos organizar grupos revolucionários e pertencer a eles. O comando geral da organização pertence à guerrilha, onde quer que ela esteja. E para ela é que devemos trabalhar, a ela subordinando o cumprimento de todas as tarefas.

As Tarefas Revolucionárias

Não pode existir comunista e patriota que não tenha uma tarefa a cumprir. Os grupos revolucionários de primeiro escalão realizam quaisquer tarefas, sobretudo as mais difíceis.

As tarefas que têm prioridade são as que se relacionam mais de perto com a guerrilha, ou as que são por ela exigidas em cada momento. Na fase atual são as tarefas de preparação da guerrilha e as tarefas de apoio logístico.

Entre as tarefas exigidas para a preparação da guerrilha encontram-se a organização de aprendizagem do tiro, a seleção e o adestramento do combatente. Pode-se fazer o treinamento andando a pé, acampando no mato, praticando a defesa pessoal.

É preciso capturar e fabricar armas ou comprá-las, bem como munições e cartuchearias. O material clandestino deve ser impresso e distribuído pelos grupos revolucionários. É preciso organizar imediatamente grupos de apoio financeiro para obtenção de fundos para a caixa da guerrilha.

Devem ser criados grupos de sabotagem nas cidades, bem como grupos armados. Inclusive os que são compostos por operários e por camponeses devem treinar por sua própria conta e dirigir-se para a guerrilha, tão logo seja esta desencadeada.

Grupos de guerrilha urbana devem ser organizados. Comitês volantes, que não têm sede fixa, e franco-atiradores são indispensá-

veis para manter as cidades num clima de rebelião, enquanto a guerrilha se desenvolve na área rural.

A agitação política das massas deve ser posta em prática, com a distribuição de volantes nas portas de fábricas e no seu interior, e com pinturas murais, defendidas por grupos armados.

O trabalho de massas antiamericano deve prosseguir, com o castigo dos americanos agindo no Brasil, seja nas cidades ou no interior. A defesa da Amazônia e de nossa soberania exige passarmos à ação concreta.

O movimento de massas sindical deve fazer-se de baixo para cima, abolindo o sistema de trabalho pela cúpula, e visando à radicalização, para desmascarar o governo e despertar o espírito de luta revolucionário dos operários.

É preciso estimular a ocupação de terras pelos posseiros, fazer do trabalho de organização dos sindicatos rurais um meio para desencadear a luta de classes no campo e obter apoio revolucionário para a guerrilha, dando-lhe novos pontos de apoio e armando os camponeses às custas das armas tomadas aos latifundiários.

As mulheres e os jovens, particularmente os estudantes, devem ser organizados em grupos específicos ou mistos, para que, além das tarefas gerais, possam realizar missões e tarefas revolucionárias específicas.

Uma questão decisiva é que a aliança armada operário-camponesa comece a concretizar-se na organização do núcleo fundamental da guerrilha, o que se consegue trabalhando revolucionariamente com os operários nas fábricas e desenvolvendo o trabalho entre os camponeses. O sentido deste trabalho deve ser que operários e camponeses, vindos dos grupos armados em ação nas áreas urbanas e nas áreas camponesas acabem se juntando na luta da guerrilha e nos grupos guerrilheiros.

A realização desse conjunto de tarefas, que visa dar à guerrilha o apoio logístico indispensável, será a grande motivação que vai permitir formar, em torno dos grupos revolucionários, uma extensa e profunda rede revolucionária, apoiada no povo, e que será o sustentáculo definitivo da guerrilha.

Porque não Organizamos outro Partido Comunista

O agrupamento comunista de São Paulo é contrário à organização de outro partido comunista. Não desejamos fazer outro partido, o que seria a volta às antigas discussões e até mesmo a repetição da velha estrutura partidária, em prejuízo da atividade revolucionária imediata.

Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda. Seria para nós imperdoável perder tempo organizando uma nova cúpula, lançando os chamados documentos programáticos e táticos e fazendo novas conferências, de onde surgiria outro Comitê Central, com os vícios e deformações já por demais conhecidos.

A mesa das discussões hoje em dia já não une os revolucionários. O que une os revolucionários brasileiros é desencadear a ação, e a ação é a guerrilha.

Trabalhando por ela, sem disputarmos qualquer parcela de liderança, sem nos imiscuirmos nos assuntos das demais organizações revolucionárias e sem tentar misturar organizações, apenas procuraremos somar esforços para que a guerrilha seja desencadeada, pois o nosso dever é fazer a revolução.

Da guerrilha, afinal, surgirá a vanguarda revolucionária brasileira. Por enquanto o que nos interessa é trabalhar a fundo por essa guerrilha.

E ela surgirá como, quando e onde os “gorilas” e os imperialistas menos esperam.

Para nós o que vale é o exemplo do Guerrilheiro Heróico de Che Guevara.

O Agrupamento Comunista de São Paulo

São Paulo, fevereiro de 1968

CHAMAMENTO AO POVO BRASILEIRO

1968

De algum lugar do Brasil me dirijo à opinião pública, especialmente aos operários, agricultores pobres, estudantes, professores, jornalistas e intelectuais, padres e bispos, aos jovens e à mulher brasileira.

Os militares tomaram o poder pela violência em 1964 e foram eles mesmos que abriram o caminho à subversão. Não se podem queixar nem ficar assombrados de que os patriotas trabalhem para desalojá-los dos postos de mando que usurparam descaradamente.

Afinal, que classe de ordem querem preservar os “gorilas”? Os assassinatos de estudantes na praça pública? Os fuzilamentos do “Esquadrão da Morte”? As torturas e espancamentos no DOPS e nos quartéis militares?

O governo desnacionalizou o país, entregando-o aos Estados Unidos, o pior inimigo do povo brasileiro; os norte-americanos são os donos das maiores extensões de terra do Brasil, têm em suas mãos uma grande parte da Amazônia e de nossas riquezas minerais, incluindo minerais atômicos.

Possuem bases de foguetes em pontos estratégicos de nosso território. Os agentes de espionagem norte-americanos, da CIA, estão dentro do país como se estivessem em sua própria casa, orientando a polícia em caçadas humanas aos patriotas brasileiros, e assessorando o governo na repressão ao povo.

O acordo MEC/USAID (acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID norte-americana) vem sendo posto em prática pela ditadura, com o propósito de aplicar em nosso país o sistema norte-americano de ensino e de transformar nossa universidade numa instituição de capital privado, onde somente os ricos possam estudar. Enquanto isso, não há vagas e os estudantes são obrigados a enfrentar as balas da polícia militar, disputando com o sangue o direito de estudar.

Para os operários, o que existe é o arrocho salarial e o desemprego. Para os camponeses, os despejos, a ocupação ilegal de terras,

os arrendamentos usurários. Para os nordestinos, a fome, a miséria e a doença.

Não existe liberdade no País. A censura é exercida para coibir a atividade intelectual.

A perseguição religiosa cresce dia a dia, os sacerdotes são presos e expulsos do País, os bispos agredidos e ameaçados.

A inflação segue desenfreada. Há demasiado dinheiro em poder dos grandes capitalistas, enquanto é cada dia mais escasso nas mãos dos trabalhadores. Nunca pagamos tão caro os aluguéis e os artigos de primeira necessidade, com os salários tão baixos e cada vez mais reduzidos.

A corrupção campeia no governo. Não é de se estranhar que os maiores corruptos do país sejam ministros e oficiais das forças armadas. Membros do governo vivem como príncipes, praticando o contrabando e o roubo. Entretanto, os empregados públicos não recebem mais que um miserável 20% de aumento.

Diante da escandalosa avalanche de mentiras e acusações terrivelmente injuriosas lançadas contra mim, não tenho outra atitude a tomar senão a de responder à bala ao governo e às suas asquerosas forças policiais, empenhadas em minha captura, vivo ou morto.

Agora não será como em 1964, quando eu estava desarmado e a polícia disparou sem que pudesse pagar com a mesma moeda.

As organizações ultradireitistas assaltam, atiram bombas, matam, seqüestram. Contudo, ninguém tem conhecimento de que o governo esteja perseguindo sequer um dos assaltantes ou terroristas do CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

A ditadura diz que existe um plano subversivo e uma conspiração de políticos, privados de seus direitos, para derrubar o governo. E fazendo uma caçada às bruxas, procura encarniçadamente o comando da subversão. Porém, o comando da subversão está no descontentamento popular, pois ninguém pode aguentar mais tal governo.

O movimento que produz tanto pavor nos "gorilas" surge de baixo para cima. Não vem dos políticos privados de seus direitos, mas sim das entranhas de um povo descontente, decidido agora a recorrer à força das massas para sua unidade e organização.

Não derrubaremos a ditadura através de quarteladas, nem de eleições, redemocratizações ou outras panacéias da oposição burguesa consentida.

Não acreditamos num parlamento conformado e submisso, mantido com o beneplácito da ditadura e disposto a ceder em tudo para que os deputados e senadores possam sobreviver com seus subsídios.

Não cremos na solução pacífica. As condições para a violência nada têm de artificiais e estão criadas no Brasil desde que a ditadura se impôs pela força.

Violência contra violência. E a única saída é fazer o que estamos fazendo: utilizar a violência contra os que tiveram a primazia em usá-la para prejudicar os interesses da pátria e das massas populares.

A violência que anunciamos, defendemos e organizamos é a da luta armada do povo, concebida como guerrilha.

Os “gorilas” pensam que a morte de Che na Bolívia significou o fim da guerrilha. Ao contrário, inspirados no desprendido exemplo do Guerrilheiro Heróico, prosseguimos no Brasil sua luta patriótica, trabalhando junto a nosso povo com a certeza na mente e a história a nosso favor.

O que acontece em nosso país é um vasto movimento de resistência contra a ditadura. E, de dentro dele, irromperam as operações e táticas guerrilheiras. E aceitando o honroso título de “inimigo público número um” que me foi outorgado pelo governo “gorila”, assumo a responsabilidade pela irrupção de tais operações e táticas guerrilheiras.

Quem desencadeará os ataques vindouros, onde, como e quando serão desencadeados? Isto é um segredo da guerrilha que o inimigo em vão tentará saber.

A iniciativa revolucionária está em nossas mãos. Já passamos à ação.

Nada mais vamos esperar.

Os “gorilas” ficarão num labirinto escuro até que sejam obrigados a transformar a situação política numa situação militar.

Ao desencadear a revolução popular, utilizando táticas guerrilheiras, temos como objetivo organizar a guerra justa e necessária total do povo brasileiro contra seus inimigos. A guerra revolucionária no Brasil é uma guerra longa e não uma conspiração. Sua história já se escreve com o sangue dos estudantes nas ruas e nas prisões, onde os patriotas são torturados e aniquilados; na ação dos sacerdotes perseguidos, nas greves dos operários, na repressão aos camponeses, nas lutas das áreas rurais e dos grandes centros urbanos, envolvidos na violência.

O destino das guerrilhas está nas mãos dos grupos revolucionários e na aceitação, apoio, simpatia e participação direta ou indireta de todo o povo. Para isso, os grupos revolucionários devem unir-se na ação de baixo para cima.

Os revolucionários de todos os matizes e de qualquer filiação partidária, onde quer que se encontrem, devem prosseguir na luta

e criar pontos de apoio para a guerrilha. Uma vez que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução, não pedimos permissão a ninguém para praticar atos revolucionários e somente temos compromissos com a revolução.

A experiência recente das lutas de nosso povo nos demonstra que o Brasil entrou numa fase de táticas guerrilheiras e ações armadas de todos os tipos, ataques de surpresa e emboscadas, captura de armas, atos de protesto e sabotagem. Manifestações de massa, comícios-relâmpago, manifestações estudantis, greves, ocupações, seqüestro de policiais e “gorilas” para trocá-los por presos políticos.

O princípio tático que devemos seguir agora é distribuir as forças revolucionárias para intensificar essas formas de luta. Mais adiante deveremos concentrar as forças revolucionárias para organizar planos e manobras.

Na área rural ou urbana, dentro dos caminhos a serem escolhidos pelos revolucionários, existem três grandes opções: atuar na frente guerrilheira, na frente de massas ou na rede de sustentação.

Em qualquer uma destas frentes, é necessário que o trabalho seja clandestino, é preciso organizar grupos secretos, manter a vigilância contra a infiltração policial, castigar com a morte os delatores, espiões e batedores, não deixando filtrar nenhuma informação ao inimigo.

Seja qual for a situação, é necessário ter armas e munições, aumentar a potência de fogo dos revolucionários e utilizá-la com acerto, decisão e rapidez, inclusive em pequenas ações como a distribuição de panfletos e pichações de muros.

Entre algumas das medidas populares previstas para serem executados de forma inapelável, com a vitória da revolução, executaremos as seguintes:

- aboliremos os privilégios e a censura;
- estabeleceremos a liberdade de criação e a liberdade religiosa;
- libertaremos todos os presos políticos e os condenados pela atual ditadura;
- eliminaremos a polícia política, o SNI (Serviço Nacional de Informação), o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e os demais órgãos da repressão policial;
- depois de julgamento público sumário, executaremos os agentes da CIA encontrados no país, e os agentes policiais responsáveis por torturas, espancamentos, tiros e fuzilamentos de presos;
- expulsaremos os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades, incluindo as empresas, bancos e terras;
- confiscaremos as empresas de capital privado nacional que colaboram com os norte-americanos e que se opuseram à revolução;

- tornaremos efetivo o monopólio estatal das finanças, comércio exterior, riquezas minerais, comunicações e serviços fundamentais;
- confiscaremos a propriedade latifundiária, terminando com o monopólio da terra, garantindo títulos de propriedade aos agricultores que trabalhem a terra, extinguindo as formas de exploração como a meia, a terça, os arrendamentos, o foro, o vale, o barracão (escravidão agrária), os despejos e a ação dos grileiros, e castigando todos os responsáveis por crimes contra os camponeses;
- confiscaremos todas as fortunas ilícitas dos grandes capitalistas e exploradores do povo;
- eliminaremos a corrupção;
- serão garantidos empregos a todos os trabalhadores e às mulheres, terminando com o desemprego e o sub-emprego e aplicando o lema "de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho";
- extinguiremos a atual legislação do inquilinato, eliminando os despejos e reduzindo os aluguéis, para proteger os interesses dos inquilinos, assim como criaremos condições materiais para a aquisição de casa própria;
- reformaremos todo o sistema de educação, eliminando o acordo MEC-USAID e qualquer vestígio da intromissão norte-americana, para dar ao ensino brasileiro o sentido exigido pelas necessidades da libertação de nosso povo e seu desenvolvimento independente;
- daremos expansão à pesquisa científica;
- retiraremos o Brasil da condição de satélite da política exterior norte-americana para que sejamos independentes, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e à luta contra o colonialismo.

Todas essas medidas serão sustentadas pela aliança armada de operários, camponeses e estudantes, de onde surgirá o exército revolucionário de libertação nacional, do qual a guerrilha é o embrião.

Estamos nos umbrais de uma nova época no Brasil, que marcará a transformação radical de nossa sociedade e a valorização da mulher e do homem brasileiros.

Lutaremos para conquistar o poder e pela substituição do aparelho burocrático e militar do estado pelo povo armado. O governo popular-revolucionário será o grande objetivo de nossa estratégia.

Ódio de morte aos imperialistas norte-americanos!

Abaixo a ditadura militar!

Viva Che Guevara!

Carlos Marighella

Brasil, dezembro 1968

9
123

ÍNDICE

Apresentação	5
Do livro Porque Resisti à Prisão	9
A Crise Brasileira	49
Carta à Executiva	89
Críticas às Teses do Comitê Central	99
Ecletismo e Marxismo	113
Algumas Questões Sobre a Guerrilha no Brasil	117
Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo ...	131
Chamamento ao Povo Brasileiro	139

